

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA
MANDATO 2009/2013**

**REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DO ANO 2009
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA**

SIGLAS

ATMAD	Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro
BE	Bloco de Esquerda
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
CCDR	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional
CDU	Coligação Democrática Unitária
CMB	Câmara Municipal de Bragança
DGAL	Direcção Geral da Administração Local
DGO	Direcção Geral do Orçamento
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
IPSS	Instituição Privada de Solidariedade Social
IRS	Imposto do Rendimento Singular
ISLA	Instituto Superior de Línguas e Administração
NERBA	Núcleo Empresarial da Região de Bragança
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PCP	Partido Comunista Português
PDM	Plano Director Municipal
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PROVER	Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
REN	Rede Ecológica Nacional
RJIGT	Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública

Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 18 de Dezembro de 2009, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas.....	387
MANDATOS: MEMBROS	
A – Assembleia Municipal	
Membros que pediram substituição.....	6
Membros suplentes convocados.....	6
Instalação-Membros suplentes.....	6
Instalação-Membros efectivos	6,375
Moções: 1 - Luta contra a Pobreza;	10
2- Rendimento das Pessoa Singulares –IRS;	21
3 – Constituição de um grupo de Trabalho para as Comemorações do centenário da República;	27
4 – Portaria n.º 1245/2009, de 13 de Outubro.	66
Eleição dos Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia em vários Organismos	376
QUORUM -Primeira Sessão ordinária (Mandato 2009/2013) – 18 de Dezembro de 2009	6,89

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1- ACTAS: Leitura, discussão e votação das seguintes actas: 08 de Setembro de 2009; Sessão de Instalação dos Órgãos do Município de Bragança e Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013.....	6
2 - PÚBLICO - Período de intervenção	7
3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:	7
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA	34
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	34
4.2– DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:	90
4.2.1 – Análise e discussão dos Documentos Previsionais – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Actividades Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2010;.....	90
4.2.2 – Desafecção de uma parcela de terreno com a área de 13 168 M2 sita na Quinta da Trajinha, do domínio público Municipal para o domínio privado do Município de Bragança....	377
4.3 – A solicitação do Grupo Municipal do PSD, com vista ao exercício de competências prevista na alínea b) do artigo 49.º do regimento, proposta de deliberação sobre Constituição de Comissões da Assembleia Municipal.	379

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	361
Ana Cláudia	74,348
Ana Almeida	13
Bruno Veloso	90
Eduardo Malhão	345
Domingos Seca	74
Fátima Veloso	75
Isabel Lopes	18,22
José Brinquete	7,22,30,65,67,353,365
José Lourenço	360
Luís Vale	7,69,358
Manuel Pires	25,350
Paulo Xavier	79
Pedro Fernandes	71
Presidente da Câmara	12,32,45,64,83,321,341,366
Presidente da Mesa	6,7,12,13,18,22,24,25,27,30,31,32,34,45,61,63,64,65,66,67,68,69,71,74,75,77,79,81,83,89,90,321,334,335,337,338,341,345,348,350,353,358,360,361,363,364,365,366,371,372,373,374,376,377,379,384,385,386,387
Primeiro Secretário	18,350
Rui Correia	78,384,387
Victor Pereira	24,68,81,364

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	63,337
Dinis Costa	385
José Brinquete	61,335
Luís Pires	334
Paulo Hermenegildo	67
Vítor Pereira	22

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	372
José Brinquete	371
Luís Pires	371
Manuel Pires	371
Nuno Reis	373
Paulo Hermenegildo	68
Victor Pereira	25,31

.....Aos **dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Primeira Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal - Mandato 2009/2013 - tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das 17h00, na qual participaram **noventa e cinco membros** dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1- ACTAS: Leitura, discussão e votação das seguintes actas: 08 de Setembro de 2009; Sessão de Instalação dos Órgãos do Município de Bragança e Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013.

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.....

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança: .

4.2.1 – Análise e discussão dos Documentos Previsionais – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Actividades Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2010;

4.2.2 – Desafectação de uma parcela de terreno com a área de 13 168 M2 sita na Quinta da Trajinha, do domínio público Municipal para o domínio privado do Município de Bragança.....

4.3 – A solicitação do Grupo Municipal do PSD, com vista ao exercício de competências prevista na alínea b) do artigo 49.º do regimento, proposta de deliberação sobre Constituição de Comissões da Assembleia Municipal.....

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

EXPEDIENTE: (Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro). -

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e fins tidos por convenientes. Esta correspondência bem como a restante, encontra-se na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia.

INTERVENÇÕES ESCRITAS: A Mesa agradece a todos os membros que tenham intervenções escritas, o favor de as entregarem na Mesa, ou na Secção de apoio administrativo.....

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Martinho Eduardo Nascimento; José Luís Baltasar; Adriana da Conceição Vilares Angélico;
Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós.....

PS: João Baptista Ortega

Presidentes de Junta de Freguesia de Castrelos.

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PSD: António Manuel Pereira; Maria Eugénia C. Barreira Afonso; Maria Natália R. Alves; Maria
do Amparo Rodrigues Alves.

PS: Luís Manuel Silvestre.....

Presidentes de Junta de Freguesia – Compareceu o Substituto - Henrique Manuel Pires.....

INSTALAÇÃO:

----- **José Carlos Correia Mota Andrade.**

INSTALAÇÃO - membros suplentes :.....

PSD: António Manuel Pereira, Maria Natália Rodrigues Alves, Maria do Amparo Rodrigues
Alves;

Henrique Manuel Pires (Substituto Legal do Presidente da Junta de Freguesia de Castrelos).

----- **Presidente da Mesa** – Senhores e Senhoras Membros da Assembleia, muito bom dia a
todos, temos quórum para começar os trabalhos.

----- Vamos ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos.....

**PONTO 1- ACTAS: Leitura, discussão e votação das seguintes actas: 07 de Setembro de 2009;
Sessão de Instalação dos Órgãos do Município de Bragança e Primeira Reunião de
Funcionamento da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013.**

----- Dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18
de Setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros.....

----- **Presidente da Mesa** - Temos a aprovação da Acta realizada no dia sete de Setembro de
dois mil e nove. Pedidos de inscrições? Não sendo esse o caso vamos por à votação.

----- **Não tendo havido discussão foi a mesma submetida a votação, tendo sido
aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, três abstenções e noventa e dois
votos a favor, estando momentaneamente noventa e cinco membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** - Temos a Acta da Sessão da Instalação dos Órgãos do Município de Bragança, Assembleia Municipal e Câmara Municipal.

----- **Não tendo havido discussão foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, uma abstenção e noventa e quatro votos a favor, estando momentaneamente noventa e cinco membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** – Temos a acta da Primeira Reunião efectiva da Assembleia Municipal que resultou e que se realizou com o objectivo da eleição dos Membros da Mesa.

----- **Não tendo havido discussão foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, duas abstenções e noventa e três votos a favor, estando momentaneamente noventa e cinco membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - Passamos ao ponto seguinte

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

----- A Mesa solicita se alguém do público, aqui presente, pretende inscrever-se para expor algum assunto, tem, neste momento, a oportunidade de o fazer. Não regista a Mesa nenhuma intenção de inscrição por parte do público, assim sendo passamos ao

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- Inscrições? A Mesa regista a inscrição de cinco intervenções, eu passo já a ler qual é o seguimento das intervenções, tem apalavra o representante da CDU, o Sr. Brinquete.

----- **José Brinquete** – Apresentou, por escrito, o seguinte:.....

----- “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Bragança.....

----- Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal de Bragança.....

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança

----- Senhores Vereadores

----- Representantes da Comunicação Social.....

----- Senhoras e Senhores

----- Em nome da CDU e do PCP, quero transmitir a esta Assembleia o nosso propósito de tudo fazermos para prestigiar e dignificar este órgão. A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do concelho, logo é, sem qualquer dúvida, o nosso órgão autárquico máximo.....

----- Até há bem pouco tempo todos os membros da Assembleia Municipal tinham iguais direitos. No entanto, com a saída de legislação recente, os presidentes das juntas de freguesia foram colocados em desvantagem, designadamente em votações sobre algumas matérias. A

CDU não concorda com esta discriminação e, tudo fará, ao nível legislativo, para que nas assembleias municipais os direitos e os deveres sejam iguais para todos.

----- Sempre considerámos que as freguesias e os seus eleitos podem e devem desempenhar um importante papel no desenvolvimento do nosso concelho. Sempre defendemos, nomeadamente nesta Assembleia, que lhes devem ser atribuídos meios compatíveis com as suas atribuições e competências, tanto através do Orçamento de Estado, como através do Orçamento Municipal. Trata-se duma batalha que ainda não foi completamente ganha mas, estou certo, um dia o será.

----- Ao mesmo tempo que temos como princípio a defesa da autonomia e dignidade das freguesias – ao nível dos restantes órgãos do poder local – também esperamos que os representantes das freguesias agora eleitos saibam compreender o tempo histórico em que exercem os seus cargos.

----- Por isso mesmo, acreditamos que as juntas de freguesia do concelho apliquem um funcionamento genuinamente democrático aos seus órgãos, designadamente com a realização de **Reuniões Públicas Mensais**, devidamente publicitadas e, coloquem à disponibilidade dos seus habitantes um **Livro de Reclamações**, como aliás a lei estabelece. O cumprimento destas duas medidas será, sem dúvida, um bom sintoma da saúde democrática de cada Junta de Freguesia.

----- A CDU será sempre uma firme defensora do Poder Local Democrático, como conquista maior da Revolução de Abril de 74.

----- A CDU está disponível para construir soluções com todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal, desde que estejamos em presença da defesa dos superiores interesses dos munícipes e do concelho de Bragança.

----- Nesta linha, serão princípios da nossa acção:

----- - O reforço do carácter democrático e participado do Poder Local, sobretudo valorizando o papel dos órgãos deliberativos;

----- - O reforço dos mecanismos de representação e defesa dos interesses populares junto da autarquia, estimulando as formas de participação directa e indirecta das populações e das suas organizações representativas;

----- - A valorização das freguesias no quadro da Administração Local;

----- - O combate aos projectos de alteração ao sistema eleitoral visando eliminar a eleição directa das Câmaras Municipais;

----- Por outro lado,

----- Pretendemos, desde já, reafirmar que a nossa intervenção nesta Assembleia, terá como bússola o programa que apresentamos aos eleitores.

----- Onde, a afirmação de Bragança como capital regional criadora de bem-estar, deverá ter como base o desenvolvimento e a defesa intransigente do emprego e da criação de empregos estáveis e com direitos.

----- Onde, a importante comunidade de jovens que trabalha e estuda no concelho possa usufruir de condições que lhes permitam viver felizes em Bragança e olhar para o futuro com confiança numa vida melhor.....

----- Onde, os mais idosos possam receber da autarquia aquilo a que tem direito.....

----- Onde, a cultura, nas suas várias dimensões, parte basilar da nossa identidade, não seja o parente pobre da política autárquica.

----- Também, teremos sempre presente a defesa dos comerciantes, empresários e outros sectores de actividade económica, como seja, a agricultura familiar e o mundo rural.

----- À semelhança do anterior mandato, **a CDU criará um Gabinete de Atendimento ao Município**, estimulando a comunicação e, trazendo os cidadãos de novo à participação e ao debate.

----- Numa palavra, a CDU será uma oposição responsável, força política com quem os municípios podem contar.

----- Fomos eleitos para servir o povo!

----- Os brigantinos podem contar connosco!

----- O progresso e o futuro de Bragança assim o exigem!.....

----- Bragança, 9 de Novembro de 2009

----- Eleito da CDU, **José Brinquete”**.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, tem a palavra o representante do Bloco de Esquerda, Luís do Vale.

----- **Luís do Vale** – Apresentou, por escrito, o seguinte:

----- “Exmos(as) Senhores(as),

----- 2010 vai ser o Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

----- Por Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social (n.º 23.757/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 29 de Outubro) foi publicado o «Regulamento

Específico» que estabelece as regras para o co-financiamento público de projectos que visem prosseguir os objectivos estratégicos expressos no seu artigo 4.º e que passamos a transcrever:

----- Promover a coesão através da sensibilização do público quanto aos benefícios para todos de uma sociedade mais justa e solidária;

----- Fomentar uma sociedade que promove e sustenta a qualidade de vida, incluindo o bem-estar social, particularmente dos mais vulneráveis, e a igualdade de oportunidades para todos;-

----- Fomentar a sensibilização e o empenho de todos os cidadãos no combate à pobreza e à exclusão social;.....

----- Fomentar a participação das pessoas com experiência directa ou indirecta dos fenómenos de pobreza e exclusão social.....

----- Considerando que estiveram abertas candidaturas, até ao passado dia 2 de Dezembro, para obtenção desse co-financiamento, e.....

----- Considerando que as autarquias locais podem ser entidades promotoras e, por isso, candidatar-se à obtenção de fundos para realização de iniciativas diversas que visem atingir aqueles objectivos.....

----- Considerando a existência de problemas de índole social no nosso concelho e o importante papel que a CMB pode desempenhar no apoio às famílias carenciadas.....

----- O BE:

----- 1º Questionamos o executivo acerca da sua candidatura a esses apoios e que apoios solicitou e para que acções;

----- 2º Recomendamos que a autarquia, no decorrer de 2010 e nos anos seguintes, desenvolva acções concretas de combate à pobreza e exclusão social, independentemente do tipo de financiamento;

----- Obrigado.....

----- BRAGANÇA, 18 de Dezembro de 2009”.....

..... **Apresentou também, por escrito, a seguinte**

**“Moção/ Recomendação
LUTA CONTRA A POBBREZA**

A Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), uma entidade independente que funciona junto do Tribunal de Contas e desenvolve actividades de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas.....

Em 1 de Julho de 2009, o CPC aprovou uma Recomendação sobre a elaboração de “Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas”, nos termos da qual «os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza [entre as quais se encontram as Câmaras Municipais], devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infracções conexas», prazo este que foi prorrogado até ao dia 31-12-2009.

No Plano-tipo elaborado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, e que, com toda a certeza, é do conhecimento da CMB, diz-se que «a gestão do risco é uma responsabilidade de todos os trabalhadores das instituições, quer dos membros dos órgãos, quer do pessoal com funções dirigentes, quer do mais simples funcionário.».....

Naquele documento da ANMP pode, ainda, ler-se que uma das exigências de hoje é «não só que a Administração procure a realização dos interesses públicos, tomando as decisões mais adequadas e eficientes para a realização harmónica dos interesses envolvidos, mas que o faça de forma clara, transparente, para que tais decisões possam ser sindicáveis pelos cidadãos.»

Em consequência, «a regra é, pois, a liberdade de acesso aos arquivos administrativos, sendo os registos um património de todos que, por isso mesmo, devem estar abertos à comunidade.»

Face ao exposto e considerando que:.....

«A matéria do acesso aos documentos administrativos e à informação ... é um desígnio de cidadania e simultaneamente um instrumento de modernização dos serviços públicos»;.....

«A disponibilização da informação e o princípio do arquivo aberto constituem-se, assim, como uma das formas mais fundamentais de controlo da administração por parte dos administrados, uma vez que por tal via existe a possibilidade de todas as medidas serem analisadas e sindicadas.».....

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária no dia 18 de Dezembro de 2009, delibera recomendar à Câmara Municipal de Bragança que:.....

No cumprimento dos objectivos atrás preconizados, remeta a esta Assembleia Municipal cópia do respectivo PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E

INFRACÇÕES CONEXAS, já elaborado ou, caso ainda o não tenha feito, assim que proceder à sua elaboração.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda – Luís Miguel Vale”

----- **Presidente da Mesa** – Chamo a atenção à mesa do controlo de som, agora o volume está bom, mas tem estado a produzir algum feedback, mas agora está bom, obrigado.

----- Senhor Deputado, portanto apresenta uma Moção.

----- Passamos à discussão desta Moção, pelo que solicito se alguém da Assembleia, algum Deputado pretende algum esclarecimento adicional sobre a Moção. Não regista a Mesa nenhum pedido de esclarecimento. Pedido de intervenção? Não há pedidos de intervenção. Passamos à votação. Julgo que não será necessário reler a Moção. Bom, então a Mesa, vamos fazer o seguinte, a Mesa vai ler outra vez a Moção e vamos novamente colocar a questão se alguém pretende fazer alguma intervenção. Não regista a Mesa nenhum pedido de inscrição. .

----- Pergunto ao Senhor Presidente de Câmara se quer pronunciar-se sobre esta matéria. Muito obrigado, Senhor Presidente tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social presente. Informar os Senhores Deputados que tivemos já agendada na última reunião de Câmara, a aprovação do Plano de Prevenção de Risco e Infracções Conexas, cumprindo com as orientações da Associação Nacional de Municípios Portugueses, como entidade das mais inspeccionadas no País e das mais cumpridoras da legalidade. E nesse âmbito o Município de Bragança, na próxima reunião de Câmara, terá aprovado o seu Plano de Contenção. Tal como aconteceu com outras orientações que a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo, naturalmente, tem vindo a produzir, sito designadamente a fundamentação e a justificação de taxas e tarifas que tinha como prazo Dezembro de 2008 e o Município de Bragança, até esse limite, trouxe à Assembleia Municipal a fundamentação técnico/financeira de todas as taxas e tarifas.

----- O Município de Lisboa não cumpriu e foi prorrogado para Dezembro de 2009, como ainda continua haver Municípios que não cumpriram, foi prorrogado para Dezembro de 2010.

----- A nossa orientação, do Município de Bragança, é cumprir sempre com os primeiros prazos, cumprimos também com este primeiro prazo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Regista a Mesa, nesta intervenção do Senhor Presidente, os bons princípios que a Câmara de Bragança tem habituado os cidadãos deste Concelho.....

----- Assim, colocamos à votação esta Moção.....

----- **Não tendo havido discussão foi a mesma Moção/Recomendação submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - Quer a Mesa, neste momento, fazer um pedido de informação. Hoje, a Excelentíssima Câmara fez um convite a todos os Deputados Municipais, para o almoço, pelo que necessitávamos de saber, sabemos já que o número de presenças aqui é de 85 pessoas, a questão que se coloca em termos de gestão do restaurante é perguntar quem, neste caso, que já há muitas inscrições, quem não vai, quem por alguma razão não pretende ir ao almoço, nesse caso, quem não pretender ir ao almoço, faça o favor de colocar o braço no ar. Registamos nove, muito obrigado. O almoço vai decorrer quando os trabalhos terminarem na parte de manhã e vai ser no restaurante Tulipa, lá em cima, perto do cemitério, Restaurante Tulipa, quando os trabalhos terminarem dirigimo-nos todos para lá, muito obrigado.

----- Tem a palavra, agora, em representação do CDS, Ana Cláudia Guedes de Almeida, por favor, tem a palavra.

----- **Ana Cláudia** – Bom dia a todos, reitero os cumprimentos aos colegas Membros da Assembleia, reitero os cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Devo dizer que a minha intervenção em sede de período da Ordem do Dia, tem que ver efectivamente com uma coisa que já aqui foi dita, que a Assembleia Municipal é o órgão que eu considero nobre, dos chamados órgãos Autárquicos e portanto, é o órgão representativo do princípio do Estado de Direito Democrático e eu também referi na primeira sessão desta Assembleia ocorrida no mês de Novembro, que gostaria que tudo fosse feito com urbanidade e com o maior respeito e com o princípio da transparência e da abertura possíveis, no domínio das opções políticas, se é assim que se pode dizer uma vez que havendo grupos representativos de forças políticas é natural que cada um defenda aquilo que são seus programas.

----- Em todo o caso devo asseverar que o meu papel aqui é essencialmente defender os interesses da região, da cidade de Bragança e dos Brigantinos. Isto tem efectivamente um

enquadramento para uma situação que me deixou, digamos assim, relutante, quanto à forma como se começou a criticar as intervenções feitas na Assembleia Municipal.

----- Quero com isto dizer que deve ser no âmbito da Assembleia Municipal que todas as coisas sobre todos os temas que são aqui tratados, devem ser com frontalidade contraditados pelos presentes e não apenas nos meios de comunicação social. Porque fui acusada de demagogia política, e antes de mais devo dizer que não tenho qualidade nem jeito para ser política, estou aqui numa vertente de participação cívica, fui acusada de demagogia política ao propor a criação de sociedades de reabilitação urbana na última Assembleia Municipal, o que me levou forçosamente a tratar o regime das sociedades de reabilitação urbana e que me fez concluir a necessidade de reiterar à Câmara Municipal, a ponderação dos pontos fortes e dos pontos fracos das oportunidades e das ameaças que a instalação ou a criação de uma sociedade reabilitação urbana suscita. E por isso, não pude deixar de fazer um tratamento mais ou menos cuidado do regime, e deixo a questão, que a posso antecipar, se a demagogia política de que fui acusada é uma verdadeira demagogia política ou se ela consubstancia um medo de controlo das opções municipais, e a minha exposição de motivos, tem que ver com o que vou passar a expor:

----- “A globalização veio pôr em crise alguns dos postulados tradicionais que informavam o direito público; *nomeadamente o direito administrativo e do direito autárquico local*

----- A necessidade de integração dos Estados em comunidades de direito de nível supra-estadual impôs uma reconstrução da *forma de pensar o direito que atinge a seu modo dogmática*, que atinge, a seu modo, quase todos os domínios jurídicos, e um deles é, precisamente, o direito do urbanismo. Tradicionalmente *este ramo de direito assentava* num modelo de “planificação vinculística em cascata”, orientado para a implementação de um modelo único de ordenamento do território pré-definido a nível central, e concretizado a nível local em instrumentos fundados na técnica do zonamento, *tendo no entanto* o direito do urbanismo hoje dificuldade em dar uma resposta adequada aos novos desafios. De facto, este modelo de *planificação vinculística em cascata* não se compagina com as exigências do *princípio da sustentabilidade*, assente em novos conceitos como a *avaliação estratégica*, a *programação* ou a *multilevel governance do território*, reclamando uma revisão dos instrumentos de gestão territorial.....

----- O novo modelo *do direito administrativo e nomeadamente do direito de urbanismo*, está a ficar, digamos, *plasmado nos diplomas que sucessivamente têm vindo a sair*, troca o

plano os instrumentos de planeamento pelo projecto cada vez mais, não sei se terão noção disso, fala-se em pines, fala-se em projectos de intervenção nacional, portanto com importância sobeja para terem tratamento especial em relação a todos os outros projectos de particulares, e pela programação estratégica, a repartição de competências entre Estado e autarquias e os princípios da coordenação e hierarquia entre os planos por mecanismos de governance multilevel e o “pré-ordenamento do território” por um sistema complexo, em rede, de concretização de níveis de qualidade ambiental e de coesão no desenvolvimento, orientados para um “programa de âmbito super-estadual”.

----- A experiência comparada mostra-nos claramente que os *actos de boa governação* do território assentam agora na elaboração de *estratégias abertas* destinadas à posterior *concretização aplicativa*. São estratégias formadas a partir de esquemas de *multilevel governance* entre os diversos níveis públicos de decisão, e entre estes e as entidades privadas.

----- Por outro lado, dos “novos instrumentos de gestão territorial” espera-se não só que incorporem a compreensão do território-recurso, como ainda que revelem a absorção por este ramo do direito dos princípios informadores do “novo direito administrativo”.

----- A reabilitação urbana, sobretudo no diploma que agora se encontra está em vigor, constitui, a nosso ver, o exemplo mais emblemático do despontar desta nova realidade no nosso ordenamento jurídico.

----- Com efeito, o novo regime da reabilitação urbana passa a adoptar, segundo palavras do legislador, “um regime de enquadramento normativo da reabilitação urbana ao *nível programático, procedimental e de execução*” com o qual se espera alcançar “soluções coerentes de intervenção ao nível funcional, económico, social, cultural e ambiental nas áreas a reabilitar”.

----- O novo modelo parte da definição prévia de *objectivos* a alcançar e de *princípios* a respeitar, os quais constituem os parâmetros e os limites da intervenção.

----- Assim, o novo regime jurídico ancora-se na definição pelo município da *área ou áreas de reabilitação urbana, do tipo de operação de reabilitação e do modelo de gestão adoptado*, e é aqui, que eu sublinho a gestão do modelo adoptado.

----- A delimitação de uma *área de reabilitação urbana* pela assembleia municipal exige a respectiva fundamentação, que assentará no enquadramento da respectiva decisão no contexto das opções de desenvolvimento urbano do município, na definição do tipo de operação a utilizar e na estratégia ou programa estratégico a adoptar.

----- Sublinhe-se a importância de reconduzir a área delimitada à política municipal de desenvolvimento urbano, deixando para trás a sua ligação ao conceito tradicional de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística da lei dos solos, o que permite, por um lado, alargar a aplicação deste regime jurídico a novas situações (por exemplo, intervenção sobre áreas excessivamente edificadas embora não degradadas ou, simplesmente, áreas desordenadas) e, por outro, estabelecer uma ligação mais directa entre o programa político municipal e a sua execução, melhorando a *accountability* das decisões.

----- O novo regime jurídico consagra dois tipos distintos de operações de reabilitação urbana: a *operação de reabilitação urbana simples*, que é realizada fundamentalmente pelos privados (proprietários e titulares de outros direitos sobre os imóveis) sob a “supervisão” da entidade gestora ou em colaboração (total ou parcial) com esta; e a *operação de reabilitação urbana sistemática*, que acentua a vertente integrada da intervenção promovida pela entidade gestora.....

----- A operação de reabilitação simples funda-se numa *estratégia de reabilitação urbana*, que define as opções estratégicas de reabilitação compatíveis com as opções de desenvolvimento do município, as prioridades e os objectivos a prosseguir na execução da operação, o quadro de apoios e incentivos às acções a desenvolver pelos diversos interessados, bem como o modelo de gestão e de administração da operação (o que implica, quando a entidade gestora não seja o município, a definição dos poderes delegados naquela entidade e/ou dos poderes que se presumem delegados nessas entidades).....

----- A operação de reabilitação urbana sistemática pressupõe, por seu turno, a aprovação de um *programa estratégico*, que, para além de integrar o conteúdo semelhante ao que já foi referido para a *estratégia*, há-de incluir ainda o programa da operação com identificação das acções estruturantes a adoptar, distinguindo as que têm por objecto os edifícios, as infra-estruturas urbanísticas, os equipamentos sociais, as áreas livres e de espaços verdes e as actividades económicas, bem como apresentar um programa de investimentos públicos onde se discriminem as acções de iniciativa pública necessárias ao desenvolvimento da operação. O programa estratégico poderá definir *unidades de execução* e *objectivos específicos a prosseguir no âmbito de cada uma delas*.

----- O *regime das operações de reabilitação urbana sistemática* a promover pelas entidades gestoras pode recorrer a *parcerias*, devendo adoptar uma das seguintes formas:

concessão urbanística, empreitada única, contrato de reabilitação urbana e administração conjunta.

----- Podem revestir a qualidade de *entidade gestora*, a quem cabe a coordenação das operações de reabilitação urbana, o município directamente, uma *sociedade de reabilitação urbana* (empresa pública que tenha por objecto social exclusivo a gestão de operações de reabilitação urbana) ou uma *empresa pública local encarregada da promoção do desenvolvimento económico local ou regional.*

----- As entidades gestoras de tipo empresarial gozam de poderes delegados, presumindo a lei a delegação de alguns poderes quando essa entidade for uma sociedade de reabilitação urbana, entre os quais se incluem, por exemplo, o poder de cobrar as *taxas* e as *compensações* previstas nos regulamentos municipais, o poder de licenciamento e o poder de adopção de medidas de tutela da legalidade urbanística.

----- O novo regime jurídico da reabilitação urbana consagra, assim, um novo esquema de gestão do território, o qual se sobrepõe, nas respectivas áreas de intervenção, aos planos urbanísticos

----- Do regime consta ainda a expressa possibilidade de vir a ser elaborado um *plano de pormenor de reabilitação urbana.*

----- Cabe ainda a este propósito assinalar o facto de o novo regime jurídico passar a contemplar a articulação necessária entre *plano de pormenor de reabilitação urbana* e os planos de pormenor de salvaguarda de património cultural, superando uma das principais críticas feitas ao regime jurídico anterior.

----- Este modelo não consubstancia apenas uma forma aprofundada de discricionariedade administrativa, mas sim uma forma imediata de produção de uma medida de promoção do interesse público que incorpora em si “um mecanismo de diálogo entre os poderes e os interesses” (*governance*), visando produzir uma solução legitimada e ponderada em tempo real. ---

----- A particularidade do novo modelo radica no reforço da participação na formação da decisão através do recurso às novas tecnologias (o que justifica, por exemplo, a ênfase que as novas cartas de direitos fundamentais conferem ao direito à informação e à participação ambiental) e na preocupação em instituir mecanismos de controlo político dessas decisões e do respectivo incumprimento (*accountability*).

----- Será isto demagogia política ou medo de controlo das opções municipais?

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa gostava de informar os presentes e porque já verificámos, com o nosso contacto visual convosco, que há membros que estão aqui presentes e que não assinaram a folha de presenças, pelo que solicitamos aos membros que não o fizeram, que o façam. Senhor Professor faz favor de fazer a chamada.

----- **Acúrcio Pereira** – Isabel Maria Lopes, não assinou aqui a folha de entrada, só assinou a saída, tem que assinar, se fizer o favor, rápido, desculpem lá... ..

----- **Presidente da Mesa** – As folhas de presença estão sempre no início da sessão à porta, mas espero que tomem os Senhores Deputados o cuidado de assinarem sempre.....

----- **Acúrcio Pereira** – Carlos Cadavez, Nuno Reis, assinaram a ficha de presença, mas não assinaram a entrada, Nuno Reis, Dionísio, Mota Andrade, Alzira Bento, Manuel António Pires, Mariza Alexandre, Senhores Presidentes de Junta de Babe, Baçal, Coelhoso, Serapicos e Sortes, Serapicos não está e Babe também não.

----- **Presidente da Mesa** – Como vêem esta lacuna no cumprimento dos procedimentos pela vossa parte, Senhores Deputados, perturba o andamento da Assembleia, pelo que até é admissível dos deputados que são novos nesta assembleia o possam fazer, mas reparei que há vários que não cumpriram o procedimento e já são repetentes, pelo que sugerimos que não esqueçam que no início da sessão, bem como no final, estão as folhas ali no hol. Há quem tenha dito hoje aqui “mas eu assinei” provavelmente assinaram a folha que dá seguimento ao pagamento da senha de presença, mas para além dessa assinatura convém assinar a lista de presenças, que esta é outra lista. Portanto façam o favor, na próxima Assembleia, não ter esse tipo de atitudes porque prejudica o nosso andamento dos nossos trabalhos. Naturalmente à saída têm que assinar novamente a lista. Esta bom? Obrigado. Esperemos evitar esta situação na próxima Assembleia.

----- Em representação do Partido Social Democrata tem a palavra a Deputada Isabel Lopes.

----- **Isabel Lopes** – Apresentou, por escrito, o seguinte:.....

----- “Sr. Presidente da Mesa

----- Srs. Secretários

----- Sr. Presidente da Câmara

----- Srs. Vereadores.....

----- Srs. Presidentes de Junta.....

----- Srs. Membros da Assembleia

----- Comunicação Social.....

----- Minha Senhoras, Meus Senhores.....

----- É com muita honra e viva emoção que integro pela primeira vez esta Assembleia na qualidade de Deputada Municipal do Grupo do PSD. Sempre gostei e respeitei o Parlamento Municipal, porventura o órgão autárquico mais desconhecido, mas simultaneamente aquele em que se encontra melhor representada a diversidade de pensamentos e opções políticas dos habitantes do Município. Bastará atentar que na actual Assembleia estão representadas seis forças políticas.

----- Sendo indissociável a Política Local da Nacional, o Concelho de Bragança tem nos últimos anos de governação do PS, assistido à implementação acentuada de políticas centralistas entre regiões do território nacional, cuja maior consequência é o agravamento da falta de coesão do país.

----- Todos os dias, nos deparamos com novas medidas que em nada contribuem para a inversão desta realidade.

----- O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) que é uma grande oportunidade para os Municípios, através da apresentação de projectos, possam dispor dos apoios necessários para satisfazer melhorias de condições de vida para as *suas* populações e minorar as assimetrias regionais, é discriminatório para o interior do país.

----- O défice previsível para 2009 (segundo o ministro das finanças), de 8%, corresponde a um aumento significativo relativamente ao défice verificado em 2008 que se situava em 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, maior do que o de qualquer governo liderado pelo PSD. ---

----- A apresentação de um orçamento rectificativo, prova que o governo se enganou e enganou os portugueses! Em 2009 o aumento, em 15 mil milhões de euros, do endividamento, bem como a quebra acentuada da receita fiscal, obrigaram o Governo, entre outros factores, a pedir uma autorização à Assembleia da República para alterar o Orçamento do Estado.

----- Verificou-se, durante os últimos quatro anos, um contínuo aumento da carga fiscal em cerca de 5%. Os números não enganam e não permitem demagogia ou qualquer mistificação. .

----- Faltou apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME), que são a mola real da nossa economia e que representam no nosso Concelho a quase totalidade do tecido empresarial.

----- Os números do desemprego, em contínua subida, ultrapassaram a fasquia psicológica dos dois dígitos, atingindo os 10,2% em Outubro, o que representa uma subida de 1,9 pontos percentuais face ao mesmo mês de 2008, espelhando o fracasso das opções políticas e do

modelo económico implementado por este Governo. Com este Governo o desemprego bateu todos os recordes, quer em percentagem, quer em números absolutos.....

----- Os sucessivos chumbos do tribunal de contas aos ditos grandes projectos estruturais incluindo a concessão da auto-estrada Transmontana e do Douro Interior, são bem reveladoras da falta de rigor e de estratégia que grassa pelo Governo! Facto que ainda é agravado, se pensarmos que estas obras rodoviárias são há tanto tempo esperadas pelas populações.....

----- O PIB, ao longo dos quatro últimos anos, registou uma contracção de 3,7%, no primeiro trimestre de 2009, naquela que foi considerada a maior redução desde 1977, ano em que o Banco de Portugal começou a compilar os dados. Estes dados confirmam a profunda recessão em que a nossa economia está mergulhada e que se repercute na redução de mil milhões de euros da receita fiscal, face ao orçamentado pelo governo para 2009, de acordo com os dados veiculados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Verifica-se assim, uma queda significativa da receita fiscal na ordem dos 13,2% relativamente a 2008. Esta contracção “obriga” o Governo a ter de enfrentar um défice significativamente maior. Neste cenário torna-se improvável falar numa putativa baixa de impostos nos próximos tempos. A quebra das receitas fiscais já prevista, aquando da apresentação do Orçamento Geral do Estado para 2009, pelo PSD, leva ao recrudescimento da problemática da consolidação das contas públicas do Estado.

----- O despesismo, ligado a certas opções de investimentos públicos, como o TGV, afigura-se-nos absolutamente dispensável neste momento de crise, pois, com crise ou sem crise, o TGV não serve os interesses dos sectores da Indústria ou do Comércio, nem, tão pouco, as exportações e as importações. Esta tipologia de investimentos em nada contribui para o desenvolvimento do País! É caso para se afirmar que não é o TGV que faz falta, o que faz falta é o bom senso.

----- A baixíssima taxa de aproveitamento dos fundos europeus destinados á Agricultura, conduziu a que mais de 857 milhões de euros, destinados à modernização deste sector de actividade, tivessem ficado por aplicar durante os últimos três anos, revelando-se, por essa via, a falta de vontade política e de capacidade técnica para a execução daqueles quantitativos!.....

----- Perante a situação anteriormente descrita, e tendo em conta que a Assembleia Municipal deliberou, em 27 de Novembro de 2009, acerca da “fixação da participação do Município no IRS”, não prescindir esta autarquia da respectiva participação nas receitas e

porque se tratou de uma Assembleia Municipal Extraordinária, obstando-se regimentalmente à apresentação de uma moção, considero útil que esta se faça no momento presente.....

----- Assim, passo a apresentar a

“MOÇÃO

Considerando o disposto na Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais (LFL) -, nomeadamente o n.º 1 do artigo 20.º, que estabelece: “Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º1 do artigo 780.º do Código do IRS”

Considerando, ainda, que o IRS não constitui uma receita adicional dos Municípios, estando sim, integrada nas transferências normais da Administração Central, no âmbito do estabelecido na LFL no que respeita à repartição de recursos públicos (artigos 19.º e 20.º).

Considerando que, num exercício de coesão, a anterior LFL dispunha que 5% de IRS, cobrado a nível nacional, fosse repartido pelos municípios, redistribuindo as receitas captadas nos mais ricos para os mais desfavorecidos.

Considerando que a actual LFL, ao atribuir directamente a cada município 5% do valor de IRS cobrado aos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no respectivo município, está a favorecer o orçamento dos municípios com mais população e com mais elevado poder de compra, acentuando as desigualdades entre municípios dentro do mesmo território nacional.....

Considerando que 95% da receita de IRS é recebida pelo Poder Central, fazendo sentido que a redução do imposto em causa seja feita pela Administração Central, por dispor de margem suficiente e largamente maior, para o efeito e que as medidas drásticas de redução de IRS, neste âmbito, fazem sentido por parte da Administração Central, como medida de incentivo à fixaçãoa população jovem num interior cada vez mais desertificado e cuja população é, cada vez mais, constituída por pessoas idosas, dentro de um país em que a política do governo é cada vez mais centralista e onde as assimetrias entre as diferentes regiões são cada vez mais acentuadas.

A Assembleia Municipal reunida, em 18 de Dezembro de 2009, delibera propor, à Administração Central, que abdique, nas regiões do interior, de uma parcela significativa, dos 95% que recebe do IRS, e assim crie uma medida justa de incentivo à fixação de jovens e

menos jovens quadros, em espaços territoriais que são económica e socialmente mais deprimidos em relação ao cômputo geral do País.....

Mais se delibera que esta moção seja enviada ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Ministro da Economia, ao Governo Civil de Bragança, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Comunicação Social.

a) Isabel Maria Lopes (Grupo Municipal do PSD)”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada Senhora Deputada, os Grupos Municipais restantes pretendem uma cópia do documento? Sim. Pedidos de esclarecimentos relativos à Moção? Regista a Mesa um pedido de esclarecimento. Ninguém mais quer inscrever-se para esclarecimento? Tem a palavra o Senhor Deputado.

----- **Victor Pereira** – Muito bom dia, começo por cumprimentar o Excelentíssimo Executivo, Senhor Presidente, muito bom dia, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimos Deputados, Comunicação Social. Eu só queria perguntar, uma pergunta muito simples, dos 95%, que pelos vistos o Governo e é verdade, arrecada, quanto é que a Senhora Deputada, ou eu não ouvi, ou aqui não vem proposto... ai fica a deliberação do Governo! Se o Governo for mais caridoso, se for um homem daqui de Bragança ou de Vila Real dá 10 se for de Lisboa dá 5 ou 4, de for de Bragança, leva, diz aqui a Excelentíssima Mesa, é que não estamos esclarecidos de qual é o montante e gostaríamos de saber qual era o montante.

----- **Presidente da Mesa** – Senhora deputada para os esclarecimentos devidos.

----- **Isabel Lopes** – Não está referido, mas aceito sugestões de todos os Grupos Parlamentares, eu penso que é um pouco, como vamos definir, um valor, acho que isso tem que ser negociável, é pelo Governo e ele é que tem que analisar isso, isto é uma proposta só, é um montante, é claro quanto maior melhor, mas aceito sugestões, as vossas sugestões e alterarmos a Moção sem problema nenhum.

----- **Presidente da Mesa** – Ora, inscrições para intervenção sobre a Moção. Regista a Mesa um pedido de inscrição da CDU, segunda inscrição por parte do Vitor, Deputado Brinquete pode tomar a palavra.

----- **José Brinquete** – A mim parece-me que esta Moção faz sentido na medida em que quando o Governo decidiu o que decidiu, ou seja, os Municípios poderem abdicar dos 5%, tinha consciência que ficava com 95% e não teve a iniciativa de dizer dos 95% que o Governo arrecada vamos ter também um gesto para com os contribuintes, até porque foi ele da ideia,

normalmente quando nós somos da ideia, assumimos as ideias, não transferimos para as Autarquias.

----- Depois há aqui um outro aspectos que é este, quando numa Assembleia Municipal, como foi o caso da nossa, se decide que o Município não abdica, e a CDU fez questão de dizer que era a favor, porque considerava, ponto um, que o valor que cabia a cada pessoa não tinha expressão, que cada pessoa poderia vir a beneficiar, não tinha expressão e que o bolo no seu todo, que a Câmara poderia arrecadar, poderia servir para ajudar as finanças da Câmara, e, ponto dois, que as políticas de impostos não passam pelos critérios de cada uma das Assembleias Municipais, passam pelos critérios da Assembleia da República, e portanto, há aqui uma armadilha que o Governo criou para com as Autarquias, que é, quando a Autarquia, de uma forma séria e responsável, não vai na demagogia desta medida supostamente simpática e agradável, pode ser acusada por alguém, a começar por alguma força política que tem outro ponto de vista, de que tinha a oportunidade de dar um bónus a cada um dos contribuintes abrangidos e assim não tem e cada um também daqueles abrangidos pode dizer - é pá, eu podia ter tido um desconto x ou y - e é por isso que eu estou de acordo com esta proposta e tenho uma sugestão, sobre o valor, que é, se o Governo ficava com 95%, diz às Autarquias - vejam se abdicam dos vossos 5% - porque isso era importante para os contribuintes, então vamos propor que o Governo abdique de 10% que ainda fica com 85%, ainda fica com 85%, que abdique de 10%, porque assim não só leva a ideia à prática nos Municípios onde podem não ser a favor de abdicar, mas também favorece o interior, é uma medida clara de favorecimento.

----- Eu devo dizer que já houve uma medida em relação a impostos de empresas do IRC no interior do País que durou vários anos que era de 20%, de 20%, portanto até me parece que 10% é muito, mas se não ficar nenhum valor também não faz mal, porque eu penso que uma decisão da Assembleia Municipal em relação a este assunto, tem sobretudo muito de sinal que não estamos de acordo com este tipo de políticas fiscais e achamos que as regiões do interior devem ser beneficiadas e deve haver sinais nesse sentido e portanto ficando também ao critério do Governo até lhe dá algum espaço para que não tenha em cima do pescoço uma valor já sobre o qual tem que estar condicionado, também pode ficar ao critério do Governo. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, dou a palavra ao representante do Partido Socialista, Vitor Pereira, peço que no final das intervenções desliguem ali o microfone, porque senão faz feedback.

----- **Vitor Pereira** – Bom meus amigos e dirijo-me mais propriamente aqui para o Grupo Parlamentar do PSD, é evidente que todos nós gostamos muito da nossa terra, todos nós gostamos muito do interior, todos nós sabemos e fazemos os diagnósticos do que se está a passar em relação ao interior, todos os dias vemos, todos os dias olhamos para a cidade saímos à noite e vemos que não à gente, não à pessoas e cada vez vamos definhando lentamente cada vez mais, mas parece-me que também isso é importante ver isso, que não é com demagogia, não é com demagogia que defendemos a nossa terra, e não foi por acaso, foi propositadamente quanto é que a Senhora Deputada propunha, para efectivamente a Lei das Finanças Locais dar mais às Autarquias. Porque não podemos dar com uma mão e tirar com a outra, se o PS ou se o Governo do PS que fez esta Lei, se deu 5% às Autarquias e à Autarquias que têm a noção do instrumentos que têm nas suas mãos para dar ou para fazer alguma discriminação, efectivamente fazem-no outras não o fazem e portanto, por isso é que digo não podemos dar com uma mão e tirar com a outra, depois dizia aqui o Brinquete, até podiam ser 10%, eu acho que ó Brinquete e perdoe-me a e adiantou um número e perdoe-me a frontalidade, não é com este tipo de medidas que nós defendemos o interior. Eu quase que me levava a perguntar e é uma pergunta provocante evidentemente, 5% que o Governo dá a Bragança, o que é que nós temos lucrado com isso? Qual é o desenvolvimento que a nossa terra tem lucrado com isso? Quais são as obras estruturantes, quais são as medidas estruturantes que esses 5% nos tem levado? Quase que me levava a perguntar, e portanto não é por aqui, não é com este caminho que nós vamos lá, não é tentando fazer demagogia politica barata, que desenvolvemos e que estancamos este definir, como dizia eu no inicio da minha intervenção, permanente e constante e portanto o PS não concorda e não vai por aí, sendo que sempre, mas sempre a nossa terra em primeiro lugar, mas não com demagogia, vamos votar contra evidentemente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Insisto que devem desligar o microfone, que cria feedback.

----- Senhora Deputada, houve uma sugestão da bancada da CDU, pretende alterar a Moção ou pretende deixar a Moção como está?

----- Senhor Presidente, pretende fazer uma intervenção sobre esta matéria?

----- Bom, já foi feito o pedido de esclarecimentos, já fizeram as intervenções, vamos votar a Moção.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com onze votos contra, duas abstenções e setenta e dois votos a favor, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto sobre a Moção? Vítor Pereira tem a palavra.....

----- **Vítor Pereira** – É evidente que eu só queria aqui reiterar que esta nossa posição do voto contra é exactamente o voto contra a demagogia e não contra a intenção ou a proposta que foi eventualmente colocada aqui em cima da mesa. Nós achamos que é com outras medidas que este rincão, que este nordeste, que este interior, pode ter algum desenvolvimento e estancar alguma perda constante e permanente da população e não é com esta demagogia que o PSD, alias eu, eu não tinha tempo é evidente, porque, perderia o tempo, alguns números ou algumas afirmações em relação ao défice, em relação ao Tribunal de Contas, em relação ao CREN, em relação aos fundos de agricultura, é evidente que não posso perder tempo a rebater estas afirmações, porque se não é-nos retirado daquele que nós queremos utilizar mais à frente, mas eu quase que lembro, o PSD até parece que se esqueceu que estamos numa conjuntura que estamos, para não utilizar a palavra crise, até parece que se esqueceu, até parece que se esqueceu, estamos num paraíso!

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra, em representação do Partido Socialista, o Senhor Deputado, Manuel Pires. Por favor, tem direito ao uso da palavra, com a devida contenção, que já sabe quais são os tempos, tem oito minutos.

----- **Manuel Pires** – Muito bom dia a todos, cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, cumprimento a Senhora Secretária e o Senhor Secretário e o Executivo Municipal. No ano de 1997, quando o Senhor Engenheiro Jorge Nunes assumiu pela primeira vez a presidência da Câmara Municipal, o Município de Bragança tinha água na cidade e nas aldeias em quantidade e em qualidade.

----- Nos diferentes Planos e Orçamentos apresentados nos últimos 12 anos, nesta Assembleia, apareceu sempre com elevado grau de oportunidade a dizer que nos seus mandatos se realizou o maior ciclo de investimentos no Município. Ora, sendo a água um bem de primeira necessidade, manda a boa gestão que em primeiríssimo lugar se cuide deste bem e só depois se construam outras infraestruturas e equipamentos, mas o Senhor Presidente da

Câmara Municipal logo no primeiro mandato ignorou este bem e tratou de desbaratar todo o trabalho desenvolvido pelo anterior Executivo, liderado pelo Dr. Luís Mina, que para o próximo ano prevê uma receita, vejam só, de quatrocentos e noventa e nove mil euros só de energia e um milhão seiscentos e vinte e quatro mil e quatrocentos euros só de água, totalizando tudo isto dois milhões cento e vinte e três mil e quatrocentos euros.

----- Todo este património, que produzia esta receita, foi objecto de transferência para as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro com a adesão ao Sistema Municipal de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo à época o Partido Socialista votado contra esta adesão.

----- Como o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal que o apoia, nunca estiveram suficientemente satisfeitos com a integração do Município nesta empresa e porque o Executivo do PSD, que liderou a Câmara, nunca se preocupou com o Alto Sabor, porque ficava muito longe e era uma obra que não se via, ignorou este problema argumentando que não lhe deixavam fazer barragens, ou outras formas de retenção e captação de água.

----- Perante este problema, o Senhor Presidente preferiu sempre falar da modernidade sem garantir o bem primeiro das necessidades básicas, a água.

----- Como não queremos só falar deste problema quando a água escasseia, julgamos pertinente falar dela quando a temos em abundância, podendo, por ventura, pensar como a aproveitamos quando há muita e como efectuamos a sua gestão quando há menos.

----- Nunca o Executivo Municipal se preocupou com a água, a não ser quando começamos a ter falta dela e naturalmente tem a necessidade de a distribuir com parcimónia mesmo que os Municípios a paguem.

----- Ora, no passado dia oito de Dezembro, o jornal Público deu-nos conta, num artigo aí publicado, de que cinco Concelhos: Bragança, Vinhais, Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso, estariam a estudar a hipótese da constituição de uma empresa inter-municipal para a gestão da água e saneamentos. Destes Concelhos, dois, Miranda do Douro e Vimioso não fazem parte da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

----- Os argumentos aduzidos no artigo para a constituição da empresa inter-municipal são os elevados custos que terá a água e o tratamento dos esgotos.

----- Perante estes factos e porque não houve nenhum desmentido relativamente a esta notícia, colocamos as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal:.....

----- O que leva o Município a pedir a rescisão e a saída da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro?;.....

----- Quais as consequências para o Município desta rescisão se vier a concretizar-se?;.....

----- Porque não ponderou adesão em tempo útil e irreflectidamente aderiu à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, hipotecando todo o desenvolvimento do projecto do Alto Sabor, por ventura o mais sustentável e lucrativo desde que há Poder Autárquico?

----- Agradecemos respostas convincentes. Obrigado a todos.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Imagino que o Senhor Presidente queira fazer uma intervenção no final, responder a algumas questões.

----- A Mesa dava agora a palavra, em representação do Partido Social Democrata, ao Senhor Deputado, Carlos Moreno. Lembro que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata tem apenas 3 minutos.....

----- **Carlos Moreno** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Secretária e Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal.....

----- Apresentou, por escrito, a seguinte

“MOÇÃO

(Constituição de um Grupo de Trabalho para as Comemorações do Centenário da República)

Exposição de Motivos:

Em 2010, entre o dia 31 de Janeiro e 5 de Outubro, decorrerão as comemorações oficiais do Centenário da República, criada para o efeito, a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, (CNCCR), através do Decreto-Lei n.º 17/2008, de 29 de Janeiro, com a missão de preparar, organizar e coordenar as comemorações do primeiro centenário da implantação da República.....

O Programa das Comemorações do Centenário, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2009, de 27/03/09, integra um conjunto de iniciativas diversas, envolvendo os órgãos de soberania, os órgãos do governo regional, as autarquias locais e as instituições da sociedade civil, instâncias centrais, regionais e locais da Administração, centros de investigação e escolas, entidades empresariais, fundações, associações e outras entidades. .

A Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República tem como principais objectivos:.....

- a) Evocar historicamente os acontecimentos de 1910 e honrar a memória daqueles que se entregaram à causa da República;
- b) Promover a reflexão colectiva sobre a identidade nacional, os valores da República e o desenvolvimento e o futuro das instituições políticas;
 - i. Identificar desafios que se colocam à sociedade portuguesa;
 - ii. Contribuir para a renovação da relação entre a República e os cidadãos;
 - iii. Mobilizar os mais novos para a participação cívica;
 - iv. Aprofundar o debate em torno da ética republicana do século XXI;
 - v. Reforçar a identidade nacional;.....
- c) Aprofundar e divulgar o conhecimento histórico-científico sobre a República;.....
- d) Dinamizar iniciativas culturais diversificadas capazes de mobilizar a participação alargada da sociedade portuguesa, especialmente junto das gerações mais jovens e das comunidades portuguesas no exterior.

Do Programa Oficial destaque:.....
Exposições do Centenário;

República nas Escolas, que visa promover a realização de iniciativas e de actividades comemorativas do Centenário da República, apelando à divulgação de informação histórica, à reflexão e ao debate dos ideais republicanos nas escolas de diferentes níveis educativos, envolvendo alunos, professores, pais e encarregados de educação. Neste eixo programático, quero dar particular atenção ao papel da escola, enquanto agente de igualdade de oportunidades e espaço formativo por excelência e na promoção de uma cidadania responsável, na qual importará sublinhar a marca humanista, progressista e igualitária, que a República deixou na Educação e na defesa dos direitos fundamentais. Neste domínio destaque iniciativas que estão já a decorrer: concursos “A minha T-shirt na República”, “A República – o meu discurso em 2010”, “O meu blogue na República”, “A república em...”, que se destina a projectos que se dediquem à história local, exposições e colóquios.

República e Academia, inclui um conjunto de iniciativas no espaço universitário. Destaco: “Pensar a República 1910/2010” – A I República e Educação; ciclo de encontros temáticos.....

República das Letras, dedicada ao conhecimento e divulgação de manifestações literárias e jornalísticas do tempo da I República e da sua relação com o republicanismo.

República e Ciência, pretende aprofundar o conhecimento e a valorização da história da ciência e tecnologia e fomentar uma cultura científica de base histórica, entendida como ferramenta de progresso político, económico e social. Neste âmbito está previsto o desenvolvimento de programas educativos, em parceria com o Centro de Ciência Viva.....

República e Cidadania, compreende um conjunto de programas temáticos, visando a reflexão e o debate, sobre temas nucleares da projecção da República e do republicanismo no séc. XXI.

República nos Municípios, é dedicado à relação com as autarquias e o poder local e visa expressamente a evocação e a valorização da história e da actividade dos municípios portugueses.....

República nas Regiões Autónomas.

República e Lusofonia, visa valorizar a relação de Portugal com o mundo lusófono na História da República.

Artes e Espectáculos, Jogos do Centenário e Edições.....

O dia 5 de Outubro de 1910 é um dos momentos mais marcantes da nossa História. Os ideais republicanos muito contribuíram para uma maior afirmação da liberdade, da cidadania e do Estado de Direito.....

No dizer das palavras de José Manuel dos Santos, colunista e gestor cultural, “ A República é aquilo que a fizemos ser. Porque, entre nós e a palavra que a diz, há o que a pode destruir: indiferença, suspeita, corrupção, logro, lugar-comum, arbitrariedade, vazio. E também o que a pode construir: comunidade, lei, representatividade, bem-comum, memória, autonomia e crítica.”

Nestes termos e pelos fundamentos supra expostos, os Membros da Assembleia Municipal de Bragança, eleitos pelo Partido Social Democrata – PPD/PSD –, vêm, em representação do respectivo Grupo Municipal, ao abrigo do disposto no art. 65.º, n.º 1, b) do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, apresentar a seguinte Moção:

1. A Assembleia Municipal delibera constituir um Grupo de Trabalho para as Comemorações do Centenário da República.
2. O grupo de trabalho integrará um representante de cada Grupo Municipal.

3. O grupo de trabalho articulará com a Câmara Municipal o conjunto de iniciativas a promover no Município de Bragança para as comemorações do Centenário da República.....
4. Sempre que possível o grupo de trabalho deve fazer apelo à participação dos vários grupos e movimentos da sociedade civil e instituições públicas na concretização dos objectivos da iniciativa e que se encontram consagrados pelo Decreto-Lei n.º 17/2008, de 29 de Janeiro.....
5. O grupo de trabalho desenvolverá as suas actividades entre o dia 1 de Janeiro de 2010 e o dia 6 de Outubro de 2010.....
6. Finda a sua actividade, o grupo de trabalho remeterá, para apreciação do Plenário da Assembleia Municipal, um relatório sumário das acções desenvolvidas no Município de Bragança no quadro das Comemorações do Centenário da República.

Bragança, 15 de Dezembro de 2009

P'LO GRUPO MUNICIPAL DE BRAGANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Os Membros da Assembleia Municipal

Subscrita por : Carlos Abílio Moreno, Nuno Filipe Machado Reis, Aníbal de Jesus Raimundo Morais, António Manuel Teixeira Baptista e Rui Fernando Rodrigues Correia”.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, trata-se de uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, para a constituição de um grupo de trabalho, não se trata de uma moção, mas sim de uma iniciativa da criação de um grupo de trabalho. Pedidos de esclarecimentos sobre a constituição deste grupo de trabalho? Não registamos nenhum pedido de esclarecimento. Intervenções? Registamos a intervenção do representante da CDU, José Brinquete, tem a palavra. Eu peço aos Senhores Deputados que nas vossas intervenções se cinjam ao comprimento dos tempos, temos sido bastante tolerantes hoje, podem crer, mas vamos ter que gerir o tempo de forma a que não se prolongue para lá daquilo que é legal.

----- **José Brinquete** – Eu pedi a palavra para vos dizer, em primeiro lugar eu gostava de ter tido em nome da CDU a iniciativa de apresentar uma proposta desta natureza, na medida que se trata de uma comemoração da maior importância para o viver colectivo e dos 100 anos da República, e portanto acho que é uma iniciativa muito louvável e muito oportuna do PSD.

Queria recordar que tivemos aqui uma experiência, na Assembleia Municipal, que foi também a criação de uma Comissão para as Comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, que teve um programa muito interessante, na altura, haverá aqueles que estão lembrados, editou livros, fez exposições, fez colóquios, um conjunto de coisas que pode ser uma referencia para quem vier a constituir a comissão.

----- É oportuno porque foi marcante e determinante para o futuro desta nossa Pátria, de que é Portugal, provavelmente todos nos orgulhamos de ser Portugueses, foi determinante a mudança da Monarquia para a República e todo o percurso que fizemos até agora, que fizeram os nossos antepassados, e que estamos nós agora a fazer, nós agora somos elementos dessa mesma história, por isso penso que é uma proposta que vai merecer o voto da CDU.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Vamos passar à votação desta iniciativa, da iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata para a constituição de um grupo de trabalho para as comemorações do centenário da República.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. Estão terminados os pedidos de inscrição para o período de antes da Ordem do Dia, dava-mos a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se pretende proceder à resposta a algumas questões que foram formuladas. É uma falha da Mesa, as declarações de votos, quem pretende fazer declaração de voto? Vitor tens a palavra, peço desculpa Senhor Presidente.....

----- **Vitor Pereira** – Só para dizer que o Partido Socialista é evidente que não poderia votar de outra maneira, teria que votar a favor, porque tudo que seja para relembrar e para fazer a educação como está muito bem evidente nos princípios que estão no site das comemorações da República, não poderia de deixar de votar como votou, votar a favor. Só que eu espero e também desejo e esse voto é importante e o Brinquete lembrou aqui e eu já sou desse tempo da Assembleia Municipal em que se comemoraram esses anos do 25 de Abril e que foi um grupo de trabalho que efectivamente trabalhou e a prova provada é que efectivamente o resultado dessas comemorações, foram comemorações brilhantes que nós fizemos no nosso Concelho. E portanto deixar aqui os meus votos que este grupo de trabalho que saía daqui, que também tenham um trabalho de tal maneira meritório que lembre essa saudosa comissão do 25 de Abril.

----- **Presidente da Mesa** – Eu colocava a questão ao controlo, habitualmente não há este problema de feedback, não sei se é do som estar muito alto, mas esta situação de desligarmos os microfones é absolutamente necessária. Não? Portanto, temos mesmos que desligar os microfones, não tem nada a ver com o volume de som, porque habitualmente não era necessário fazer isso, mas teremos o cuidado então. Senhor Presidente tem a palavra por favor. -

----- **Presidente da Câmara** – Quero, em primeiro lugar, congratular-me com esta Moção alusiva à criação de um grupo de trabalho relacionada com as comemorações do centenário da República, o Município está já a iniciar a sua programação, tem já o esboço de programa, tem vindo a acompanhar algumas iniciativas que os Concelhos gerais das escolas também já estão a inscrever no âmbito das actividades que vão desenvolver ao longo do ano e portanto faz todo o sentido que haja uma coordenação em geral desta iniciativa.....

----- Queria salientar que o Governo não dá 5% do IRS ao Município nenhum, os 5% do IRS já existiam, faziam parte da receita de transferência corrente para os Municípios, é preciso que isso fique bem saliente e evidente, enfim, na cabeça de todos os deputados.

----- A questão é de outro nível, é um imposto de âmbito nacional que devia ter uma decisão de âmbito nacional e que neste âmbito foi transferido para a decisão de poder abdicar de parte desse seu legítimo imposto e necessário para resolver problemas básicos às populações, foi transferido para os municípios gerando situações de conflitualidade próxima entre os cidadãos e os decisores locais, por uma lado.

----- Por outro lado essa medida introduziu um processo de agravamento de assimetrias entre os municípios ricos e municípios pobres, foi por isso também uma decisão injusta e contestada pelos municípios, portanto essa questão do IRS é preciso que fique clara. E se houver necessidade e há necessidade inquestionavelmente, de que sejam tomadas medidas de ruptura para substituir e alterar o actual modelo de desenvolvimento que agrava assimetrias no País e empobrece cada dia que passa, regiões, particularmente regiões fronteiriças, com índices de desenvolvimento humano muito abaixo daquilo que é média do País e a menos de 50% daquilo que é média das regiões fronteiriças espanholas, se há medidas a tomar nesse âmbito, só podem ser medidas de ruptura com o actual modelo de desenvolvimento.....

----- Colocar IRS igual a zero e IRC igual a zero, é a minha perspectiva.....

----- Relativamente à questão da água, porque com meias tintas já o País não se governa, do meu ponto de vista. Relativamente à questão da água, é inquestionável que a gestão do PS, cometeu um erro gravíssimo, já falei disso e eu acho que na próxima Assembleia Municipal vou trazer as cópias desses documentos para os senhores deputados, um erro gravíssimo que foi de considerar, de não ter tido a capacidade de dar seguimento a um projecto bem concebido no tempo do Eng.º Pinheiro, de facto foi uma concepção global e integrada para desenvolver um projecto de aproveitamento múltiplo em seis fases e que num dado momento para tentar antecipar receitas para o município, eliminou do contrato programa a componente Veiguinhas, com a justificação lamentável que a construção dessa barragem não era necessária ao futuro abastecimento de Bragança.

----- E esse protocolo, que podia ter sido revisto no prazo de um ano, no sentido de poder voltar a reintegrar essa última e sexta componente Veiguinhas, o PS distraiu-se na gestão municipal e não o fez. Criou-se aí um primeiro grande e grave problema no que diz respeito ao abastecimento de água. Esta é a realidade. Eu vou trazer documentos aos Senhores Deputados, cópias para a próxima Assembleia, para que fiquem bem cientes disso.

----- Quanto à receita de água e energia, como notam, ela consta do Orçamento da Câmara Municipal, o Orçamento que vai ser aprovado para 2010, portanto aquilo que o Senhor Deputado Pires disse, portanto não é verdade.....

----- Relativamente ao estudo que a Associação de Municípios da Terra Fria, que agora integra também o Município de Mogadouro, pretende fazer, relativa à eventualidade de criação de uma empresa inter-municipal para a gestão de água, o Município de Bragança está nesse processo só na parte que diz respeito à baixa, mantém os seus compromissos no que diz respeito à alta, com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Não é minha intenção, em circunstância alguma, durante este mandato, a não ser que houvesse uma situação de incumprimento absoluto por parte dessa empresa, que viessem a ocorrer situações de incumprimento contratual evidente e particularmente no que diz respeito ao investimento e às tarifas, aí sim, nós teríamos que recorrer a uma situação de rescisão contratual, caso contrário não o faremos, ou seja o Município de Bragança, está solidário com os restantes Municípios no sentido de avaliar a eventual possibilidade de criação de uma empresa de gestão inter-municipal que para o Município de Bragança se viesse a ocorrer, ocorreria exclusivamente naquilo que diz respeito à baixa, ponto número um.....

----- Não somos contrários à gestão inter-municipal, fomos dos principais promotores e impulsionadores da solução de gestão de resíduos do Nordeste Transmontano que funciona muito bem a nível inter-municipal.

----- Assim, esse estudo que está a decorrer, e cujas declarações eu não li no Público, não são da responsabilidade do Presidente da Câmara e não estou preocupado sequer em desmenti-las. O caderno de encargos, aprovado ontem em reunião do Concelho de Administração da Associação de Municípios foi claro, para cinco municípios, há um estudo de alta e baixa, e para Bragança há um estudo em baixa, mas Bragança gere o sistema de distribuição de água em baixa com eficácia, os serviços do município de Bragança não têm necessariamente que vir a recorrer a soluções fora da sua própria estrutura orgânica actual, mas isso não impede que um estudo não seja feito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Damos por terminado o período antes da Ordem do Dia, e passamos ao período da Ordem do Dia. Antes de mais gostaria de, porque nos foi dada essa informação e para informação agora dos restantes, uma boa notícia, a jovem que se encontrava desaparecida há algum tempo, tivemos a confirmação agora mesmo, que já se encontra bem e em casa, de modo que, obrigado a todos pela colaboração que foi prestada.....

PONTO 4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.....

PONTO 4.1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara

sobre o Estado e Vida do Município.

“ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 7 de Setembro de 2009, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1 - Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia

As actividades no âmbito da secção decorreram com regularidade ao nível da arrecadação da receita.

Neste período o total da receita arrecadada foi de 857.081,74€.

No mesmo período do ano anterior a receita arrecadada foi de 831.324,04€, verificando-se um saldo positivo de 25.757,70€ (3,10%).

1.1.2 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 30 de Novembro de 2009 a execução bruta do Orçamento da receita é de 75,55% (no montante de 35.907.822,49€), para um Orçamento da despesa paga de 75,09% (no valor de 35.688.965,33€) em relação às previsões e dotações corrigidas do orçamento municipal de 2009, no valor global de 47.528.000,00€. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior há a referir que, verifica-se um acréscimo de receita cobrada no valor 5.224.805,74€, facto este que contribuiu para o aumento de despesa paga no montante de 5.156.338,63€.

Foram, deliberados em reunião do executivo camarário - no período que medeia de 10 de Agosto até 14 de Setembro - a atribuição dos seguintes apoios:

Transferências para as Juntas de Freguesia: no período em avaliação, foram decididas transferências no valor de 429.765,07€,

Subsídios e Comparticipações: no período em avaliação, foram decididas transferências no valor de 120.560,00€,

1.1.3 – Tesouraria

O processo de recebimentos e pagamentos decorreu com um movimento superior ao período homólogo do ano anterior tendo, até 30 de Novembro do corrente ano, sido realizados os seguintes procedimentos: registo de leituras de contadores (5.770), recibos de água cobrados (54.015), guias de receita cobradas (19.086); ordens de pagamento pagas (7.283), certidões de dívida emitidas (5.577).

1.1.4 - Secção de património, Notariado e Aprovisionamento

Durante o período de 15 de Agosto a 30 de Novembro de 2009, foram abertos 69 procedimentos por Ajuste Directo e 2 Concursos Públicos referentes a aquisição de bens e serviços, nomeadamente Aquisição de serviços para fornecimento de refeições aos alunos das escolas pré-primárias e escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Aquisição de serviços para execução do livro banda desenhada, com o título “O Meu Nome é Bragança”, Aquisição do livro/catálogo da Biblioteca Adriano Moreira, Aquisição de montagem e desmontagem de

iluminação decorativa na época Natalícia de 2009, Prestação de serviços de transporte escolar no concelho de Bragança para o ano lectivo de 2009/2010. O valor total adjudicado perfaz 1.406.363,11€.

Foram emitidas 974 notas de encomenda no valor total de 642.074.34€, correspondendo a uma despesa de capital de 119.288.56€ e a uma despesa corrente no montante de 522.785.78€.

Aberto concurso para aquisição de serviços de limpeza pelo período de três anos para as seguintes instalações: Piscinas e Pavilhão municipal, Teatro Municipal, Centro Cultural, Parques de Estacionamento Subterrâneos, Centro de Arte Contemporânea. Aberto concurso para a contratação de Serviços de Higiene Segurança e Saúde no Trabalho.

Património do Município

Foram inventariados 672 bens móveis, distribuídos pelas rubricas: *Equipamento básico; Equipamentos administrativos; Bens de Património Histórico, Artístico e Cultural; Ferramentas; Equipamento de Transporte*. Foram ainda abatidos 27 bens móveis.

Quanto a Bens Imóveis, na rubrica terrenos e recursos naturais de domínio privado: Procedeu-se à regularização de uma parcela de terreno para construção com 14.847,42 m², sita na Av. General Humberto Delgado, pelo valor de 2.486.580,00 euros; Com a emissão do Alvará de Loteamento Urbano nº 4/2009, de 5 de Agosto de 2009, foram constituídos dois lotes de terreno para construção de equipamentos, identificados com as letras A e B, com as áreas de 1380 m² e 975 m², respectivamente, destinados a regularizar as construções da Igreja dos Formarigos e Centro Social – Obra Kolping; Registámos 5 Lotes, destinados a complemento dos Lotes contíguos números 215 a 219, sitos no Bairro do Pinhal, Av. Prof. Gonçalves Rodrigues e ainda, o Lote A, destinado a complemento do Lote contíguo número Um, sito no Bairro de Vale de Álvaro, Rua Jaime Cortesão; Parcela de Terreno para construção com 717,33 m², Sita na Av. Eng. Amaro da Costa, Bairro de Santa Isabel, pelo montante de 138.920,00 euros; 4/42 avos de um Prédio Rústico, Sito no Alto do Sapato, pelo valor de 89.420,00 euros; Foi contabilizado um prédio misto, designado de Parque de Máquinas de Vale de Álvaro, com a área total de 7.341,00 m², sito na Estrada de Vale de Álvaro, destinado a zona verde junto à saída do Túnel de ligação entre a Avenida Sá Carneiro e a Avenida das Forças Armadas em Bragança, pelo valor total de 521.980,00 euros; celebrado o contrato promessa de compra e venda, com a EP - Estradas de Portugal, S.A, de aquisição de parcela de terreno e casernas do ex. BC3, sitas no Forte S. João de Deus, com a área de 13.666 m², pelo valor de 219.992,00 euros.

Foram outorgadas as seguintes escrituras: Escritura de Cedência do Direito de Superfície sobre uma sobre uma parcela de construção urbana com a área total de 1.380,00 m², sito no lugar de Santa Apolónia – Av. Francisco Sá Carneiro, ao *Conselho da Fabrica da Igreja Paroquial dos Santos Mártires*, destinado à construção de uma Igreja, imóvel já edificado; Escritura de Cedência do Direito de Superfície sobre uma sobre uma parcela de construção com a área total de 975,00 m², sito no lugar de Santa Apolónia – Av. Francisco Sá Carneiro, à *Obra Kolpig da Diocese de Bragança-Miranda*, destinado à construção de imóvel já edificado; Escritura de Justificação de uma Parcela de Terreno para construção com 717,33 m², Sita na Av. Eng. Amaro da Costa, Bairro de Santa Isabel, relativa às negociações tidas com o Ministério do Exército, no ano de 1968; Escritura de Permuta, em que o Município de Bragança recebe 4/42 avos de um Prédio Rústico, Sito no Alto do; Escritura de Venda, à firma *Manuel Augusto Reis & Filhos, Lda*, do Lote 191, sito nas Pereiras, Zona Industrial das Cantarias, com a área de 1.880 metros quadrados, para instalação da actividade de exploração florestal, comércio de madeiras, derivados e mobiliário;

1.2 - Divisão Administrativa

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, entre Agosto e Novembro, cerca de 3.970 documentos; foram emitidos nesse período 10 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia, sendo prestado também outro tipo de informação, referente a assuntos de legalização.

De salientar também os procedimentos de regularização e elaboração de todo o processo administrativo referente aos últimos actos eleitorais decorridos, nomeadamente:

- Eleição dos Deputados à Assembleia da República e eleição dos Órgãos das Autarquias Locais, que se realizaram nos dias 27 de Setembro e 11 de Outubro de 2009, respectivamente.

- Eleição para o Plenário dos Cidadãos Eleitores das freguesias de Pombares e Rio de Onor, respectivamente, que se realizou no dia 18 de Outubro de 2009.

- Eleição para a eleição da Assembleia de Freguesia de França, que se realizou no dia 25 de Outubro de 2009.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos – encontram-se a decorrer nesta secção os seguintes processos; 4 contratos de trabalho a termo resolutivo; 5 procedimentos concursais por tempo indeterminado; 7

aposentações/pensão de sobrevivência. De salientar também, a colocação de 4 subsidiadas afectas ao Centro de Emprego de Bragança.

Estão a decorrer 4 estágios profissionais ao abrigo do PEPAL e 9 estágios curriculares, integrados na formação académica dos respectivos estagiários.

No âmbito da Formação, foi desenvolvido todo o processo relativo a 5 acções de formação, sob os temas: “Como Preparar e Conduzir a Entrevista de Avaliação de Competências”; “XVI Convenção Internacional de Fitness Corpo em Movimento”; “ Metrologia- Medição da Água (Contadores); “GEPAL- Curso de Gestão Pública na Adm. Local” e “O Novo SIADAP nas Autarquias Locais” (INA).

Na Secção de Cadastro e Remunerações, são realizadas as tarefas de processamento de salários, e informação de controlo de despesa com pessoal.

No Sector de Arquivo, procedeu-se à instalação da aplicação informática para Arquivo Histórico - ArqHist – que se destina à gestão da documentação histórica, tendo neste período sido introduzidos 1444 registos.

1.3 - Divisão de Informática e Sistemas

Destacam-se os seguintes projectos na área da Informática e Sistemas: - Aprovação, em parceria com as Associações AMAT, AMTQTe AMTFNT da candidatura para a Modernização Administrativa, com um custo total elegível para a CMB de 229.000€, participado em 60%; - Implementação da plataforma de contratação pública (VortalGOV), que consistiu na utilização de uma plataforma electrónica para realização dos processos de contratação para a aquisição de bens, serviços e empreitadas; - Apetrechamento das escolas com redes de área local para acesso à Internet a partir de todas as salas de aula. De referir ainda, a constante manutenção do sites próprios da CMB, através da actualização de conteúdos e apoio aos utilizadores.

1 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 – Sector de Educação – nesta área de actividade, destaca-se: aquisição de mobiliário escolar para as escolas EB1 da Mãe d’Água, Artur Mirandela, Loreto, Cantarias e Quintanilha; Visita de 589 alunos da cidade (pré-escolar e 1º ciclo – ensino privado e pré-escolar – ensino público) à Norça; Aquisição de 278 prendas de Natal para os alunos do Pré-escolar do Concelho de Bragança e aquisição de 1300 licenças e Cd’s de conteúdos didácticos multimédia para apoiar o ensino de inglês no 1º ciclo.

2.2 - Área Cultural

Centro de Arte Contemporânea Graça Morais – Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente a exposição “Sagrado e Profano – 1986/87”, desde dia 30 de Junho a 10 de Janeiro de 2010. No Núcleo de Exposições Temporárias está patente, de 24 de Outubro a 10 de Janeiro, a exposição de João Cutileiro – Escultura, desenho e fotografia.

Foram realizadas várias visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições.

Durante os meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro 5613 pessoas visitaram o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais. Desde a abertura 26 656 pessoas visitaram o centro.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro, 2175 pessoas visitaram o Museu, destes a maioria são de nacionalidade portuguesa. Foram realizadas várias visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Desde a abertura, 44 167 pessoas visitaram este equipamento.

Teatro – Durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro realizaram-se 21 espectáculos, com o total de 4 446 espectadores. Nestes meses, destaca-se o Festival Internacional Douro Jazz, na sua sexta edição, este ano o programa juntou 80 músicos de seis países, apresentando 56 espectáculos em seis cidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, os “ Monólogos da Vagina”, a dança contemporânea “ Mão na Boca”, Companhia de Olga Roriz: Nortada, Código dance projet: Kings Cross, e os espectáculos para crianças “ A Fada Oriana”

Biblioteca Municipal- De Setembro a Novembro foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 2075 monografias, perfazendo um total de 8 136 utilizadores. Na secção infantil, realizaram-se algumas actividades: desenho e pintura, projecção de filmes, hora do conto, com a presença de 1333 crianças.

Na Biblioteca Adriano Moreira nos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro 694 pessoas visitaram o espaço. Foram catalogadas durante este período 2449 monografias.

Exposições - De 11 de Setembro a 11 Novembro de 2009, nas salas 1 e 2 do Centro Cultural esteve a decorrer a Exposição de Pintura de Gerthein de Visser “ Terra de Ninguém”.

Integrada no programa da IV edição da Bienal da Máscara foi inaugurada no dia 01 de Dezembro, nas salas 1 e 2 do Centro Cultural a exposição: Balbina Mendes – “ Máscaras Rituais do Douro e de Trás-os-Montes”. A Bienal da Máscara, decorre de 1 a 11 de Dezembro,

evento com diversas iniciativas e que conta com a colaboração da Academia Ibérica da Máscara, Museu etnográfico de Zamora, Museu Etnográfico de León, Museu etnográfico de Navarra, Museu do Oriente, IPB, grupos de Caretos e Mascarados e escolas do concelho.

Outras actividades - De 30 de Setembro a 03 de Outubro de 2008, no Auditório Paulo Quintela, realizaram-se os VIII Colóquios de Lusofonia, com a presença de 45 oradores. Recitais de música e poesia, exposições, mostras de livros e sessões de autógrafos integraram também o programa do colóquio. Nesta iniciativa estiveram presente os Prof. Dr. João Malaca Casteleiro (Academia de Ciências de Lisboa), Evanildo Bechara (Academia Brasileira de Letras), Adriano Moreira (Vice-Presidente, da Academia das Ciências de Lisboa), o escritor convidado, Cristóvão de Aguiar e o Dr. Ângelo Cristóvão (Academia Galega da Língua Portuguesa).

2.3 - Áreas do Desporto - Durante este período, realizaram-se 3 caminhadas do programa Bragança Saudável. Foi feita a gestão e distribuição das instalações desportivas; o apoio à realização de torneios, competições oficiais e programas; organização e distribuição dos equipamentos desportivos para as AEC, ano lectivo 2009/2010; actividades orientadas na Piscina Municipal; apoio à orientação dos Estágios Curriculares da Escola Superior de Educação.

Em termos de utilizadores durante este período: nas piscinas, 19684; pavilhão municipal, 9466; pavilhão da bancada, 5706; campo do CEE, 6880 e campo do Trinta, 860 utilizadores.

2.4 - Área de Habitação e Acção Social –

Acção Social: Atendimento social; realização de visitas domiciliárias nas Freguesias rurais e urbanas. Foram concentrados esforços, no âmbito da Acção Social Escolar, em processos relativos à CPCJ de Bragança, e colaboração em processos do Rendimento Social de Inserção (RSI). Gestão, acompanhamento e classificação dos processos de isenção de casos atípicos sem aplicação do abono de família. Destacam-se ainda a realização da 12ª Sessão Plenária para aprovação dos pareceres técnicos relativos às candidaturas das instituições ao PRODOR e ao programa Escolhas, assim como a realização das 5as Sessões Temáticas do CLAS Bragança, reunindo os vários parceiros da Rede Social e outras entidades convidadas em 4 grupos de discussão para a actualização e construção do novo PDS – Plano de Desenvolvimento Social para 2010-2012. educação e inclusão escolar; equipamentos sociais e dinamismo das respostas

sociais; qualificação, empreendedorismo e reconversão; grupos sociais vulneráveis e coesão social

No Sector da Habitação Social, destaque a sinalização e acompanhamento de casos de pedidos de habitação urgentes; estudo técnico específico de casos prioritários para a 2ª fase de realojamentos a realizar no mês de Dezembro.

Realização do estudo de caracterização social dos agregados familiares com pedidos de obras/materiais recepcionados pelo SHAS 2006-2009, visando determinar regularidades e perfis sociais neste tipo de pedidos e procurando a melhoria da resposta produzida pelo sector de habitação.

Continuação do estudo realizado pelo SHAS para averiguação da situação de várias fracções não habitacionais pertencentes ao Bairro Social da Coxa, e relativamente ao processo de procura de espaços vagos para cedência a instituições da área social, tendo apresentado os resultados das várias averiguações realizadas durante o mês de Julho.

2.5 - Área do Turismo - Durante os meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro no Posto de Turismo foram atendidos 8901 turistas., sendo cerca de 83% de nacionalidade estrangeira. Durante este período foram realizadas várias visitas guiadas.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - Divisão de Urbanismo – tratados processos correntes e avaliadas pela equipa técnica e Comissão Mista de acompanhamento das pretensões apresentadas em fase de discussão pública da revisão do PDM. Feita a venda directa de 12 lotes, para construção de habitação unifamiliar no loteamento de S. Tiago, nos termos das condições gerais publicitadas e destinados a jovens e jovens casais.

3.2 – Divisão de Obras

Concursos - Foram neste período abertos 5 concursos dos quais se destacam a Requalificação e reintegração da zona da Mãe d'Água, e a remodelação dos edifícios sede do município para instalação do Balcão único.

Foram concluídas as obras e abertos os núcleos museológicos de Izeda e Outeiro. Adjudicados os trabalhos de substituição de caixilharias e pinturas no bloco n.º 6 do Bairro da Mãe de Água, tendo em vista melhorar a imagem geral do conjunto habitacional, as condições de conforto e factura energética dos arrendatários, operação que se pretende venha e incluir todos os blocos, desde que existam disponibilidades financeiras. Adjudicados os trabalhos de construção do acesso ao Centro Escolar de Santa Maria. As obras adjudicadas decorrem de um

modo geral conforme o previsto, caso dos centros escolares e ciclovias, tendo os trabalhos da Av. General Humberto Delgado sido significativamente antecipados.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1 - Divisão de Saneamento Básico

Procedeu, para além dos trabalhos correntes de manutenção das redes, entre Setembro e Novembro, aos seguintes trabalhos: mudanças de nome de cliente; execução de novas ligações; ligações após corte; fugas/reparações; reparação em escolas/edifícios públicos; colocação de caixas de contadores no exterior, nas localidades de Failde, Rabal, Salsas, Moredo e Calvelhe. Em fase final de execução a empreitada de conclusão da rede de saneamento básico na localidade de Calvelhe. Destacam-se ainda a elaboração do projecto de execução para reforço do abastecimento de água ao Zeive,

No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se os seguintes trabalhos: manutenção da rede situações de substituição de tampas e grelhas; execução de ramais domiciliários; desobstrução de colectores (174) e limpeza de fossas (71) na área rural do Concelho.

Vila Meã – Execução de drenos na descarga da ETAR; Minas do Portelo – Reparação do reservatório de água; Freixeda - Elaboração do projecto de execução de saneamento; Elaboração do projecto de execução de saneamento do Bairro de S. Lourenço e das ruas João Fernandes e Ana Garcia.

Procedeu-se à renovação condicionada do contrato de prestação de serviços com a AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, contrato que assegura a exploração, manutenção e conservação da ETAR e estações elevatórias, a manutenção electromecânica e exploração da ETAR, a limpeza e manutenção de fossas sépticas, montagem desinfecção e operação de sistemas de desinfecção de água potável.

- Divisão de Defesa do Ambiente

Espaços Verdes – Para além das tarefas normais de manutenção dos espaços, de destacar como actividades mais relevantes; Limpeza dos Claustros da Igreja da Sé; Manutenção do sistema de rega de todos os espaços verdes; Plantação de 21.280 unidades de plantas anuais nos canteiros dos espaços verdes; Plantação de 138 unidades de arbustos nos canteiros dos espaços verdes da Sé Catedral; Plantação de 300 Árvores do dia Nacional das Espécies Autóctones; Cedência de 360 plantas às Juntas de Freguesia.

Actividade Veterinária - Captura e abate sanitário de 17 canídeos errantes.

Rebaixamento de Passeios - 10 passeiras no Loteamento da Rica Fé, totalizando 239 rebaixamentos. Sinalização Vertical - No período em questão, foi desenvolvida trabalhos de sinalização vertical, através da colocação de 42 novos sinais e manutenção de 30, assim como se procedeu a marcações horizontais em várias ruas e avenidas.

Mobiliário Urbano - A actividade de manutenção de mobiliário urbano incidiu essencialmente no reposicionamento de 4 pedras de granito, 1 bola delimitadora, 11 mecos, 1 papelreira e 3 bancos.

Espaços de Jogo e Recreio - Neste âmbito, foram desenvolvidas, 5 acções de manutenção de equipamentos municipais, envolvendo a reposição de equipamento vandalizado/danificado e a limpeza de recintos e equipamento.

Cemitérios Municipais - Toural: Inumações – 25; Construção sepulturas – 1. Sto. Condestável: Inumações – 14; Construção sepulturas – 15; Construção de capelas – 2. Gabinete Técnico Florestal - actividades mais representativas: Participação na Campanha Nacional promovida pela AFN, de recolha de amostras no âmbito da despistagem da doença do nemátodo do pinheiro, no concelho de Bragança; Conclusão do processo de classificação de árvore de Interesse Público (Teixo do Jardim da Gulbenkian), aprovado pela AFN, concepção de placa sinalizadora e proposta de sinalização do Teixo já classificado como árvore de interesse público existente na Quinta do Albergue; Concepção de um prospecto de informação/sensibilização no âmbito da DFCI; Participação na elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado no âmbito de uma candidatura ao programa PRODER – Acção 1.6.5.

Outras iniciativas: A Câmara Municipal de Bragança, aderiu este ano à Semana Europeia da Mobilidade sob o tema: Melhoremos o Ambiente na Cidade, que decorreu de 16 a 22 de Setembro. Nesta acção foram desenvolvidas actividades cujo objectivo foi chamar à atenção para a importância de andar a pé, incentivando os percursos pedonais descobrindo a cidade no espaço e no tempo. Foram ainda divulgados os meios de transportes alternativos e menos poluentes, disponibilizados pelo município. Paralelamente foi também desenvolvida uma exposição de exemplos de boas práticas de mobilidade utilizadas por diversas cidades europeias – Exposição “Move Together”, projecto Europeu em que o município participa.

4.3- Divisão de Transportes e Energia – No período compreendido entre Janeiro e Novembro de 2009, comparativamente, a período homólogo de 2008, verificou-se um aumento na produção

de energia nas centrais hidroeléctricas de 10,3%, a que corresponde um valor de facturação de 607.994,66€ (sem IVA).

No que se refere à ampliação de rede de iluminação pública no Concelho de Bragança, de referir a colocação de 221 pontos de luz, 48 postes num investimento para a Autarquia de 15.290,92€ + IVA.

No âmbito deste sector, referir ainda, alguns trabalhos desenvolvidos: - Substituição das luminárias do Pavilhão da bancada do Estádio Municipal; - Iluminação da zona envolvente do polidesportivo do Artur Mirandela; - Iluminação em frente ao elemento escultórico dos Caretos; - Procedimento concursal fornecimento de serviço de iluminação de Natal; - Iluminação do monumento alusivo ao 25 de Abril na Av. Das Forças Armadas.

Preparado processo técnico de suporte a candidatura a apoios comunitários, no âmbito da eficiência energética, envolvendo a intervenção em 50 postos de transformação, num investimento de cerca de 500 mil euros, tendo em vista a redução da despesa com a iluminação pública. Assinado contrato de convénio com o INTELI, para a criação da “Rede Piloto para a Mobilidade Eléctrica”.

No sector de trânsito, foram feitas 169 propostas de alteração de trânsito/estacionamento validadas.

Na área de transportes, de salientar que foram efectuadas 87 viagens com os autocarros de turismo, num total de 2399 passageiros transportados e uma extensão total de 21.932Km.

Relativamente ao Aeródromo, no período em referência, a nível de tráfego, foram verificados 3.449 movimentos de aeronaves e 4.792 embarque ou desembarque de passageiros. O que corresponde, em relação ao mesmo período de 2008, a um aumento de 33 % nos movimentos das aeronaves e a um aumento de 12,33 % no número de embarque e desembarque de passageiros.

No que respeita à carreira regular, verificou-se em relação ao ano de 2008, um aumento de 29,4 % no número de embarque e desembarques de passageiros e um aumento de 22,2% nos movimentos das aeronaves (+168 movimentos derivados à regularidade nos voos do novo operador Aerovip).

De destacar ainda a realização no dia 12 de Novembro do voo de certificação/verificação da rádio ajuda VOR/DME à empresa Cobham (inglesa), pelo valor de 16124€ aproveitando a deslocação contratada pela NAV – Portugal.

No que diz respeito aos parques de estacionamento, de salientar o registo de entrada, nos primeiros 11 meses de 2009, de 60.727 veículos no parque Camões e 188.531 veículos no parque Sá Carneiro.

Ao Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) foi enviado o Estudo de Impacte Ambiental relativo ao Plano Director do Aeroporto Regional de Bragança, para envio à APA, com vista à declaração de conformidade.

Município de Bragança, 26 de Maio de 2009

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Senhores Deputados, proponho fazer uma síntese muito breve, sobre o Estado e Vida do Município, no período que decorre desde a última Assembleia ordinária, feita antes das eleições autárquicas.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA



ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO



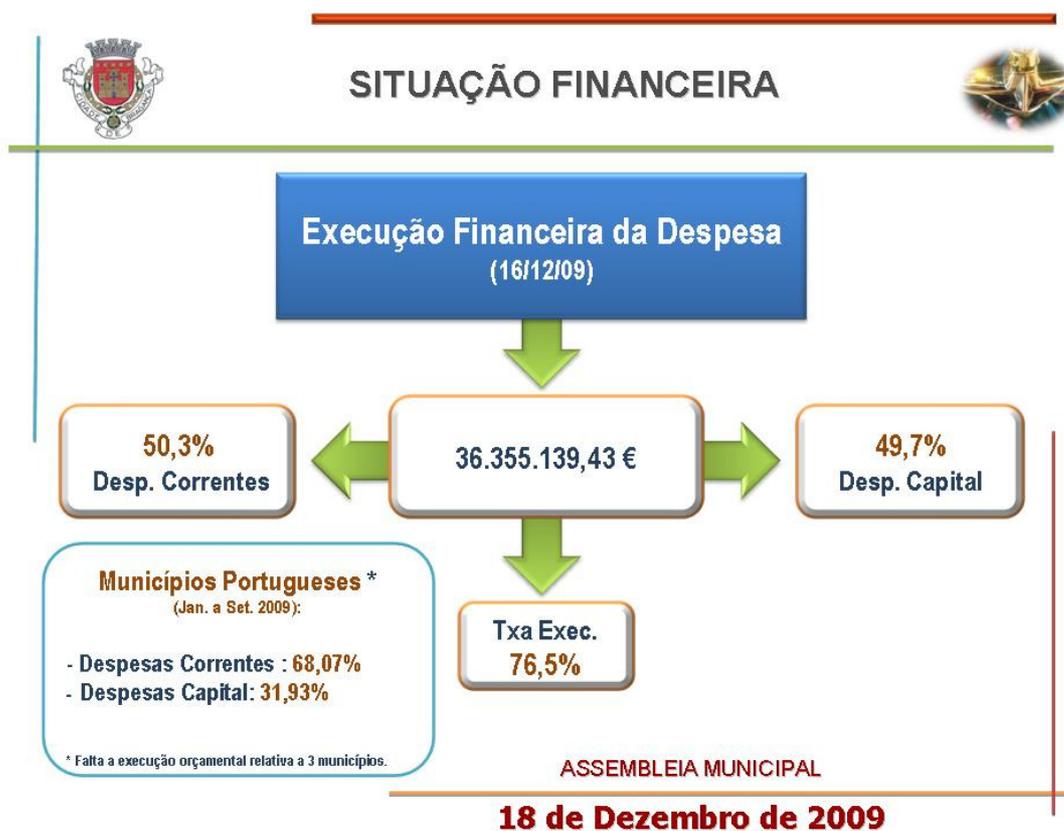
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

2

----- Assim e porque aquilo que vai ser passado em acetatos está escrito de forma mais extensiva, dar a ideia da execução financeira à presente data, estamos em 15 de Dezembro com uma execução financeira de trinta e seis milhões de euros, correspondente a quarenta e nove virgula sete por cento de despesa de capital, com cinquenta virgula três por cento de

despesa corrente, com uma taxa de execução de setenta e seis virgula cinco por cento, portanto estamos com uma boa taxa de execução, parece-nos, esta taxa de execução reporta ao orçamento corrigido durante o ano, não ao orçamento inicial, o orçamento inicial foi de quanta e dois milhões de euros, enquanto o orçamento corrigido ascendeu a quarenta e sete milhões de euros, o que quer dizer que a taxa de execução relativamente ao orçamento inicial andarรก próximo dos oitenta e cinco por cento e quis transpor, quisemos dar uma indicação, aqui a do canto esquerdo, daquilo que é a tendência dos municípios portugueses, Janeiro a Setembro, na relação entre o que é despesa corrente e a despesa de capital.



----- Já tinha vindo falar nisto na Assembleia, que é para também os Senhores Deputados irem percebendo qual vai ser a tendência do orçamento nos próximos anos no Município, que não fugirá à regra do que acontece nos municípios a nível Nacional, que é a despesa corrente, anda na ordem sessenta e oito por cento, e a despesa de capital na ordem dos trinta e dois por cento.

----- Naturalmente os últimos anos o investimentos foi prioritariamente direccionado para a construção de equipamentos culturais, desportivos, de abastecimento público, de infra-estruturas rodoviárias, de mobilidade urbana, etc. e a maior parte da receita há-de começar a

ser canalizada para a manutenção desses equipamentos, o que é perfeitamente normal para a qualidade de vida e bem estar das populações.

----- Acresce ainda que no final deste período, corresponderá à presente legislatura autárquica que o quadro comunitário de apoio, um próximo que exista, estou convencido que Portugal não vai deixar de ter um próximo Quadro Comunitário de Apoio porque a evolução do País, não há-de ser tão favorável como isso, no entanto as regras de acesso a recursos comunitários serão inquestionavelmente diferentes, como já diferentes neste, o que quer dizer que a tendência será, irá neste sentido, mesmo assim quisemos destacar que este ano, o corrente ano, está a ser uma ano de investimento acima daquilo que seria espectacular.....



PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO ASPECTOS MAIS RELEVANTES



Designação	Área (m ²)	Valor (€)
Regularização de uma parcela de terreno para construção - Av. General Humberto Delgado	14.847,42	2.486.580,00
Parcela de Terreno para construção - Av. Eng. Amaro da Costa	717,33	138.920,00
4/42 avos de um Prédio Rústico - Alto do Sapato	-	89.420,00
Contabilizado um prédio misto - Parque de Máquinas de Vale de Álvaro	7.341,00	521.980,00
Celebrado o contrato promessa de compra e venda, p/ aquisição de parcela de terreno e casernas do ex. BC3	13.666,00	219.992,00
TOTAL	36.571,75	3.456.892,00

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

----- Relativamente à questão do património, dar nota de que nos tempos mais resistentes o município procedeu à regularização de compra ou ajustamento contabilístico de cerca de quatro hectares de terrenos dentro da cidade no valor de três virgula cinco milhões de euros, nós temos no próximo orçamento, no próprio orçamento de 2010 não-de detectar que há várias verbas significativas que estão afectas a investimento neste âmbito, de satisfazer compromissos neste âmbito. Trata-se de facto de um investimento significativo.

----- Ao nível de outras candidaturas mais recentes, na última Assembleia Municipal tinha feito uma informação exaustiva daquilo que tinham sido as candidaturas apresentadas aos vários programas do QREN no âmbito da contratualização e noutros âmbitos, agora mais recentemente foi apresentado uma candidatura à modernização administrativa, estamos a preparar uma candidatura de requalificação de caminhos rurais, cerca de um virgula cinco milhões de euros, é uma candidatura de âmbito Nacional, não é uma candidatura regional e é uma candidatura para valores muito baixos, a nível Nacional, quinze milhões de euros, quer dizer, devia ser para aí cento e cinquenta milhões de euros, no mínimo não é? É uma candidatura baixíssima, nós vamos tentar, pelo menos, tentar, marcaremos presença nessa candidatura.



CANDIDATURAS FINANCIADAS



Designação	Valor (€)	Txa Financiamento
Modernização Administrativa	229.000,00	60%
Requalificação de Caminhos Rurais (em elaboração)	1.485.358,90	100%
Redução de Factura Energética na Rede de Iluminação Pública – Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso	480.874,00	70%
TOTAL	2.195.232,90	1.959.370,70€



Programa de Desenvolvimento Rural



QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

----- Também apresentamos na semana passada uma candidatura com vista a redução de factura energética na rede de iluminação pública, factura da rede de iluminação pública é pesada para o município, é pesada e temos que colaborar todos nas metas de eficácia ao nível energético, seja pela instalação de painéis fotovoltaicos, o município tem, neste momento, a quarta central instalada, que iremos ligar proximamente, ainda este mês; painéis solares térmicos, temos uma superfície muito significativa nas piscinas; estamos a intervir noutras

áreas a nível da eficácia energética e queremos intervir experimentalmente, este é um projecto experimental, que vai ser uma primeira candidatura que está a ser apresentada num primeiro concurso a nível de eficiência energética no âmbito da iluminação pública, quisemos apresentar o Centro Histórico como, digamos, uma referencia, assim, apresentar três, quatro referencias a nível da zona norte, optamos por apresentar, enfim, avaliar a cidade no seu conjunto e destacar os cinquenta postos de transformação mais consumidores de energia, actuar sobre esses postos de transformação e tentar fazer investimento no sentido de reduzir em cerca de cento e cinquenta mil euros a factura energética anual no consumo de energia o que quer dizer que este investimento será pago em quatro anos, estamos à espera de aprovação.....

----- Na área Cultural, durante o período em referência houve muita actividade, no Centro de Arte Contemporânea, boas exposições, com bastantes visitas; no Teatro Municipal uma boa programação inquestionavelmente, uma programação de qualidade com uma taxa, com uma frequência significativa de cidadãos; no Centro Cultural um conjunto de exposições também, que os Senhores Deputados certamente têm visitado; o Programa da Mascararte decorreu com um programa extenso de um a onze de Dezembro com participação de várias instituições, saliento o Museu Etnográfico de Leon, Etnográfico de Zamora, Museu do Oriente, Museu Etnográfico de uma outra Cidade Espanhola, Instituto Politécnico, várias instituições, as escolas, portanto com um programa cultural diverso e que alguns dos Senhores Deputados acompanharam. Hoje foi distribuído o catálogo da III Bienal, portanto a Bienal anterior. No site da Câmara existe já disponível um pequeno filme relativo às sínteses das actividades feitas durante esta IV Bienal.



ÁREA CULTURAL (ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES)



Centro Arte Contemporânea

- Exposição "Sagrado e Profano – 1986/87
- Exposição de João Cutileiro – Escultura, desenho e fotografia

Teatro

- Festival Douro Jazz;
- "Monólogos da Vagina"
- A dança contemporânea "Mão na Boca"
- Companhia de Olga Roriz: Nortada
- Código dance projet: Kings Cross
- Espectáculos para crianças "A Fada Oriana"

Centro Cultural

- Exposição de Pintura de Gerthein de Visser "Terra de Ninguém"
- Balbina Mendes – "Máscaras Rituais do Douro e de Trás-os-Montes"

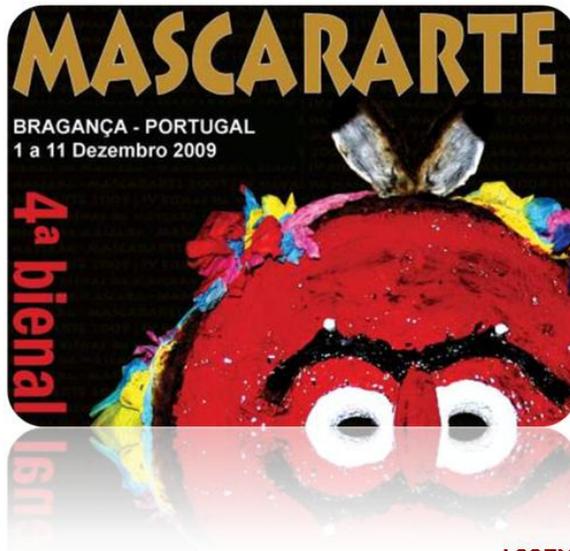
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

----- Decorreram também os colóquios de Lusofonia, os oitavos colóquios de Lusofonia, os únicos que são feitos a nível de Nacional e que têm trazido a estes colóquios gente importante na área da investigação da língua, da Academia de Letras de S. Paulo, Rio de Janeiro, Academia de Ciências de Portugal, Academia Galega de Língua Portuguesa, enfim, vários oradores importantes, curiosamente colóquios que não são muito frequentados, não são muito frequentados por pessoas da região, professores, professores de Português raramente estão presentes nos colóquios, vamos tentar na próxima edição a ver se o problema é nosso, é do Município certamente, mas nos colóquios de Lusofonia que trás acima de trinta oradores de primeiríssimo nível, a nível da Lusofonia, algo está errado, vamos tentar, na nona edição, valorizar a importância destes únicos colóquios que se realizam no espaço da Lusofonia.



ÁREA CULTURAL (ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES)



VIII Colóquios
de Lusofonia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009



ÁREA CULTURAL (ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

----- Realizou-se a feira Norcastanha de sete a onze de Novembro de dois mil e nove, tal como a Norça, dois eventos mais direccionados para a área da economia.



ÁREA SOCIAL



Manutenção e melhoria de fogos sociais



- Custo médio por Fogo (arranjo exterior): 6.720 €
- Custo médio por Bloco: 100.000€



• Estimativa de intervenção: 15 Blocos

Realojamento de 5 famílias+ 1 transferência

Aprovação do Plano de Desenvolvimento Social para 2010-2012 -
Promotores: ISS; CMB e Paróquia dos Stos. Mártires -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

----- A nível de intervenção de habitação social houve algumas famílias apoiadas a nível de melhoria das condições habitacionais na área rural mas também nos fogos sócias. Ontem fez-se o realojamento de mais cinco famílias e uma transferência, pensamos nos próximos cinco meses, sensivelmente cinco meses, entregar mais dez fogos recuperados, um investimento médio por fogo na recuperação nada nos 6.720€ mais, acresce sensivelmente em média a estes valores cerca de 2.000€ para limpeza de lixo, desinfestação de fogos, antes da intervenção dos operários e o custo médio por bloco uma beneficiação que queremos fazer também no âmbito da políticas de eficiência energética, conjugar as políticas de eficiência energética com as políticas de apoio social. Pretendemos, no conjunto dos quinze blocos, substituir todas as caixilharias existentes, de madeira, alumínio, por caixilharias de vidro duplo, que garantam melhores condições de conforto à famílias, redução da factura energética e simultaneamente pintar cada um dos blocos, portanto isso é um programa, como está salientado, para o mandato, esperamos conseguir dinheiro para fazer este investimento, nos quinze blocos, portanto estamos a falar de cerca de 2,5 milhões de euros.....

----- Também queria destacar na área social, como relevante, a aprovação do Plano de Desenvolvimento Social para o período de 2010/2012, sendo promotores a Segurança Social, a Câmara Municipal e a Paróquia de Santos Mártires, envolvendo cinco freguesias, como parceiros, um projecto que foi apresentado recentemente e aprovado já portanto para aquele período.....



URBANISMO – LOTEAMENTO S. TIAGO



Loteamento p/ jovens casais e jovens.



Atribuídos 12 lotes, prevendo-se uma nova fase de candidaturas.

• Preço médio lote: 32.536 €

• Área média lote: 311m²

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

10

----- Foram recentemente atribuídos 12 lotes para casais jovens, para jovens em casais jovens, a um preço médio de 32,5 mil euros, portanto cerca 40% abaixo do valor do mercado, com uma área média de 311 m², num loteamento que envolve 28 lotes, na próxima reunião de Câmara e veremos abrir novo período, provavelmente até Março, para que novos jovens se consigam e queiram inscrever para fazer a sua própria construção e por essa via iniciarem um processo de radicação preferencial na Cidade de Bragança.....

----- Destacar que no período em avaliação foram abertos dois núcleos Museológicos, na área rural, respectivamente em Izeda, um núcleo rural, um núcleo Museológico muito interessante, muito interessante com muito valor, que a população de Izeda muito apreciou e muito colaborou, de facto num espaço bem estruturado, com vitrinas adequadas e iluminação certa, tudo bem feito.

----- Também em Outeiro foi aberto um núcleo Museológico no edifício que foi da antiga Câmara Municipal de Outeiro enquanto foi Concelho.



NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

11



OBRAS – CENTRO ESCOLAR DE SANTA MARIA



Previsão de conclusão: Jan. 2010



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

12

----- A nível dos Centros Escolares, portanto dar uma passagem pelas principais obras, Centro Escolar de Santa Maria está praticamente concluído, a ultima data de previsão para elaborar a vistoria final será 11 de Janeiro, portanto é um edifício com uma boa arquitectura, com uma boa qualidade de trabalho, com salas apetrechadas já, com os quadros interactivos com tudo que é necessário. O Centro da Sé está atrasado, está atrasado por razões imputáveis ás dificuldades da empresa, dificuldades com subempreiteiros, dificuldades de área natureza, pensamos que a previsão de conclusão deste Centro não andarás antes do mês de Maio, portanto há essa dificuldade, de resto haverá dificuldades de aplicar asfalto, há dificuldades de natureza diversa, para todos os efeitos a obra está a ser bem construída também, como salientei, será uma excelente obra, que valorizará o património.....

----- Os Centros Escolares de Quintanilha e Rebordãos estão na fase final de conclusão, as aulas iniciar-se-ão no dia 4 de Janeiro já nos novos Centros Escolares, portanto aproveitar o período de férias para fazer essa mudança. Portanto dois bons investimentos que foram concretizados também.....



CENTRO ESCOLAR DE SANTA MARIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

13



CENTRO ESCOLAR DA SÉ



Previsão de conclusão: Maio 2010



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

14



CENTRO ESCOLAR DA SÉ



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

15



CENTROS ESCOLARES DE QUINTANILHA E REBORDÃOS



Quintanilha



Rebordãos

Data de conclusão: Dez. 2009

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

16



CICLOVIA



Previsão de conclusão: Set. 2010



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

17

----- Projecto da Ciclovía está em execução, é um projecto que foi candidatado no âmbito de um programa mais amplo que se chama Bragança Activa que envolve a conclusão do pólo desportivo de Santa Apolónia, numa parceria com o Instituto Politécnico de Bragança, a ligação desta Ciclovía ao Centro de Ciência Via, a recuperação de alguns edifícios no Centro Histórico, a construção de parque urbano na Coxa, a construção da Escola de Musica e outras intervenções. Começamos com esta primeira intervenção, está aprovada no QREN já há alguns meses, mas não temos ainda contratualização, não temos contratos feitos, portanto, há um atraso enorme na execução do QREN, estamos com três anos de execução, ligeiramente acima de 40% e com taxas de execução globais inferiores a 7%. Espera-se que oportunamente o novo responsável ministerial pelo QREN, altere um conjunto de procedimentos sob pena de o País perder e não ter a capacidade de executar os Fundos que a Comunidade Europeia tem posto à disposição.

----- É um bom projecto que está em execução, projecto de duplicação da Avenida General Humberto Delgado, tinha como sabiam, um prazo de conclusão para Agosto de 2010, a previsão é que em Janeiro de 2010 aquilo que falta, que são alguns pórticos de informação direccional, uma ou outra correcção que estejam feitos durante o mês de Janeiro e a obra seja

assim antecipada, seja feita em cerca de 60% do tempo que estava previsto, uma obra de uma qualidade evidente e reconhecida.....



AV. GENERAL HUMBERTO DELGADO



Previsão inicial de conclusão: Agosto 2010

Previsão final de conclusão: **Jan. 2010**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

18



AV. GENERAL HUMBERTO DELGADO



Previsão inicial de conclusão: Agosto 2010

Previsão final de conclusão: **Jan. 2010**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

19



OUTROS ASPECTOS RELEVANTES



Voo de certificação/verificação da rádio ajuda VOR/DME.

Envio ao INAC do Estudo de Impacte Ambiental relativo ao Plano Director do Aeroporto Regional de Bragança, para envio à APA, com vista à declaração de conformidade.

Entregue, pela empresa ATMAD, na Administração da Região Hidrográfica do Norte, em 22 de Setembro de 2009, novo estudo de impacte ambiental, para a reserva de água de Montezinho (barragem das Veiguinhas), tendo em vista a obtenção da respectiva aprovação, nos termos do previsto no decreto-lei n.º 69/2000, de 3 de Maio.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

20

----- Outros dados, foi concretizado o voo de certificação, chamar-lhe-ia mais de verificação da rádio e ajuda VOR/DME, aproveitando a deslocação de uma aeronave inglesa, a única, enfim, o País não tem equipamento próprio para fazer certificação deste tipo de equipamentos, a NAVE fez a certificação do VOR do Porto, do aeroporto de Porto- Lisboa-Faro e aproveitámos a deslocação desse voo para fazer a verificação do VOR de Bragança, VOR que pretendemos e estamos a tentar transferir para a rede Nacional de rádio ajuda, isto não é o tipo de equipamento que seja suportável o Município manter, pelo grau de responsabilidade que envolve, de fiabilidade associada ao seu funcionamento, e pelo riscos que estão associados ao nível da aviação civil que envolve valores demasiado elevados ao ponto de nós ainda não termos feito um seguro necessário por alguma dificuldade identificar o montante, os milhões de euros que têm que estar envolvidos nesse processo.

----- Foi enviado para o INAC, o Estudo de Impacto Ambiental relativo ao Plano Director Regional do Aeródromo, regional de Bragança, que por sua vez enviou à Agencia Portuguesa do Ambiente, onde se aguarda para efeitos de eventual declaração de conformidade. Também a ATMAD entregou na Região Ideográfica do Norte a 22 de Setembro de 2009, o novo Estudo de Impacto Ambiental para a reserva de água de Montezinho/Barragem de Veiguinhas, tendo em vista a respectiva aprovação nos termos previstos na Lei, prevendo-se que entre Abril e Maio este processo esteja resolvido. Penso que em traços gerais, sobre o Estado e Vida do Município, que aquilo que é de mais relevante, está transmitido aos Senhores Deputados.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Pedidos de esclarecimentos, relativamente a esta matéria? Registamos já uma inscrição do representante da CDU, Senhor José Brinquete, uma segunda, registamos apenas três pedidos de esclarecimento. Tem a palavra, Senhor Deputado, José Brinquete.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, das minhas leituras mais ou menos atentas das Actas do Executivo Camarário, queria colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara. A primeira refere-se a uma decisão da reunião Camarária 10 de Fevereiro deste ano, claro, 2009, que aprovou uma urbanização, que é a Urbanização Construções Sucesso, no Campo Redondo Junto ao Fervença e chamou-me à atenção por várias coisas. A primeira é porque, eu penso que aquele espaço no PDM estava na Reserva Agrícola e entretanto, no Plano de Urbanização que agora temos em vigor está como Zona Verde não edificante. Depois há ali uma redacção que diz mais ou menos o seguinte, em termos da decisão da Câmara, que pode se ver na Acta, que a urbanização deveria ceder áreas

destinadas a espaços verdes e equipamento de utilização colectiva, mas como não cede, conclui a mesma Acta, “ não cedendo, deverá o requerente compensar o Município em numerário, de acordo com o valor estabelecido no Regulamento das Taxas em vigor”. Pronto, tudo isto me deixou muito perplexo e o que queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara são três questões, e a primeira é - a Comissão de Planeamento do Plano de Urbanização foi consultada como era obrigatório por Lei? Quem deu os pareceres técnicos favoráveis a este projecto? E por ultimo, o Senhor Presidente garante-me que foram respeitadas todas as normas legais na aprovação desta urbanização?

----- A segunda questão, que resulta da leitura, tem a ver com o contrato local de desenvolvimento social 2009/2012. Em reunião do Executivo, do dia 28 de Setembro deste ano, foi celebrado um protocolo em exclusivo com o Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires, como entidade coordenadora e executora do Contrato Local de Desenvolvimento Social, 2009/2012, de acções nas áreas do emprego, formação e qualificação, intervenção familiar e parental, etc., etc. A pergunta que faço é a seguinte - qual foi o critério usado para entregar em exclusivo este programa a uma só entidade?

----- Uma outra pergunta era saber se o Senhor Presidente pode informar a Assembleia e a mim próprio, para quando está previsto apresentar a proposta de revisão do PDM, para apreciação e votação da Assembleia Municipal?.....

----- Uma seguinte tem a ver com as imagens que ali vimos da Ciclovia. Eu tenho estado a observar a construção da Ciclovia, quer por passar em viatura, quer por parar, e há duas coisas que me intrigam, gostava de saber se a Câmara e o projectista pensaram nisso, é que dá-me a ideia que duas pessoas não cruzam uma com a outra se vier em sentido contrário, e muito menos duas bicicletas, aquilo é tão estreito tão estreito que fiquei com essa sensação.

----- Depois uma outra questão é esta, que é, seria mesmo necessário construir aquele enxame de pilares, porque se vocês repararem, há zonas em que aquilo são dezenas e dezenas de pilares de betão armado, eu até penso e não sou especialista nestes assuntos, que o terreno, a orografia incerta até é melhor, pequenas subidas, pequenas descidas, é mais natural e gasta-se menos dinheiro.

----- Por ultimo, referente à estrada que vai de S. Pedro de Sarracenos para Alfaião. Aquilo qualquer dia coloca-se lá uma placa e chama-se as obras de Santa Engrácia. Eu passo por lá com frequência, por razões naturais, visitar amigos e de ver a paisagem que também é bastante interessante ali para aqueles lados e o que é certo é que agora até está parada. Não

sei se esta pergunta vai para o Senhor Presidente da Câmara, penso que é para o Senhor Presidente da Câmara, se é para o Senhor João Rodrigues, que é Presidente da Junta de Alfaião, mas as populações estão a ser altamente prejudicadas, a obra inexplicavelmente não anda nem desanda, houve algumas movimentações de terra e arranjo, antes das eleições, pronto, até podemos perceber, mas convinha concluir aquela obra. Era tudo, para já, obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. O Senhor Deputado, Eduardo Malhão, prescinde, damos a palavra à Senhora Deputada, em representação do CDS, Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- **Ana Cláudia** – Bom dia novamente, relativamente à apresentação feita pelo Senhor Presidente da Câmara eu creio que o colega membro da CDU me absorveu duas das questões, mas aproveitava ainda nomeadamente uma delas que é o caso da integração em REN daquela parte do POLIS, eu perguntava ao Senhor Presidente se de acordo com o novo regime jurídico da REN, como é que essa obra que está em execução, e dadas as ultimas alterações legislativas nomeadamente para a Revisão dos Planos Directores Municipais que ainda não se encontra em discussão pública ou que esta ainda não tenha sido finalizada, se já prevê usos compatíveis ou complementares da REN, de acordo com o próprio regime da REN e como é que isso assegura, digamos assim, a execução ou a continuidade dessa obra?.....

----- Depois perguntava ao Senhor Presidente, se todas as obras previstas estão a ser licenciadas ao abrigo de que diploma? É que, muitas vezes, é frequente se não mesmo recorrente, nos despachos e nas apreciações técnicas que se fazem dos pedidos de licenciamento de operações urbanísticas, terem em conta estudos de projectos que não constam das opções do plano, estudos esses que não são vinculativos dos particulares.

----- Ora, eu penso que aqui poderão estar a ser usados parâmetros ainda não vinculativos mas já tendo em conta a proposta da revisão do PDM, o que a ser verdade, é ilegal e portanto, gostaria de saber qual é a tramitação procedimental que está a ser seguida pela Câmara Municipal.....

----- Depois uma ultima questão tem a ver com a Ciclovía, parece-me que resulta de uma intenção efectivamente de criar um espaço de recreio e lazer, mas eu perguntava se sendo a Ciclovía, digamos assim, uma infraestrutura de acordo com a nova nomenclatura legislativa de uso especial, se ela dá ou não continuidade\em termos de estratégia à estrutura ecológica Municipal ou se não passa mais uma vez, de uma obra desgarrada. E pergunto, e onde está a estrutura Ecológica Municipal em solo rural? E o tratamento dos aglomerados rurais?

Efectivamente a figura dos aglomerados rurais parece que o Decreto Regulamentar 11/2009, que obrigará à própria Câmara Municipal de Bragança a adaptar-se à nomenclatura e às regras de classificação e qualificação dos solos nessa categoria, eu perguntava qual é a estratégia do município para não só o solo rural e dentro do solo rural, os aglomerados rurais que ao fim e ao cabo, o que é que são, não passam das nossas aldeias onde efectivamente cada vez há menos pessoas e menos critérios de fixação das pessoas. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Terminámos. Senhor Presidente, queira fazer as respostas às perguntas. Tem a palavra o Senhor Presidente para os esclarecimentos necessários.

----- **Presidente da Câmara** – Respondendo ao Senhor Deputado, José Brinquete - há coisas que eu não sei, de imediato, responder, nem sequer estou a associar essa urbanização Construções Bom Sucesso, confesso, mas já mandei buscar o processo. Todos os procedimentos e as decisões que são tomadas em reunião de Câmara, são suportadas em pareceres técnicos obrigatórios, nos quais é dito que os procedimentos legais estão todos cumpridos, sem excepção, se assim não for, não há nenhuma decisão que seja tomada em reunião de Câmara, por isso eu digo assim, responderei, seguramente que está aprovada correctamente nos termos da Lei.

----- Contrato de Desenvolvimento Social - foi assinado com o Centro Social Paroquial de Santos Mártires, Plano de Desenvolvimento Social determinava, recomendava que fosse escolhido um parceiro, foi escolhido esse parceiro.

----- O Plano Director Municipal foi objecto de discussão pública, foram apreciadas, salvo erro, as 268 pretensões que foram apresentadas, foram apreciadas pela Comissão Técnica, Comissão de Acompanhamento dirigida pela CCDRN, a Câmara Municipal na sua próxima reunião, em reunião pública dará a aprovação ao relatório final de ponderação e fará a notificação individual a cada um dos cidadãos que apresentou pretensão, fará a publicitação no site da Câmara, fará a síntese nos jornais, dois jornais nacionais e um regional, do síntese do relatório, solicitará o parecer final à CCDRN e na Assembleia de Fevereiro será agendado para aprovação definitiva em reunião de Assembleia Municipal.....

----- A dimensão da Ciclovia, a dimensão mínima é de dois metros de passeio mais dois metros de Ciclovia, parece ser normal, há Ciclovias de metro e meio, há Ciclovias de dois metros e meio, de três, pareceu normal uma Ciclovia de dois metros. O projecto parece-nos bom, ter mais pilar menos pilar é uma questão de engenharia, há zonas difíceis de execução, particularmente na margem esquerda do Rio Fervença, onde terá que haver alguma

reformulação inclusive do projecto, há áreas em que o passeio tem mais largura ao longo da Avenida Sá Carneiro, essa largura de passeio não será sacrificada.

----- A estrada de S. Pedro a Alfaião, no plano de actividades para 2009 estava exclusivamente a terraplanagem dessa estrada, não estava a colocação de asfalto, fez-se aquilo que tínhamos planeado e no orçamento de 2010 está a aplicação de asfalto, portanto temos o nosso planeamento, planeamento que se ajusta aos recursos e portanto não se trata de obras de Santa Engrácia, nem de falta de consideração pelas populações, nem o que quer que seja, é o planeamento do município que ajusta, assim, os trabalhos que se propõe fazer com os recursos disponíveis.

----- Quanto ao espaços de REN existentes na Cidade, com o Plano de Urbanização aprovado, não há espaços de REN, há estrutura ecológica urbana. Naturalmente o município em todas as suas, seus investimentos públicos ou privados, ou licenciamentos privados, faz respeitar os instrumentos de planeamento urbanístico.....

----- O desenvolvimento desta Ciclovía está de acordo com aquilo que foi a estratégia desenhada na Agenda Local 21, participada por várias entidades.....

----- O Plano Verde da Cidade e o manual de boas práticas elaborado numa parceria com o Instituto Politécnico de Bragança está também conforme estes instrumentos de planeamento, ou seja, a coerência e a coesão entre os instrumentos de planeamento, pelo que não tinha, em principio, mais nada a acrescentar além de que a terminologia dos espaços nos instrumentos de planeamento, segue aquilo que é orientação Nacional, nenhum gabinete, nenhum gabinete técnico das autarquias ou gabinetes projectistas que se dedicam mais à área do planeamento urbanístico inventam tipologias para a classes de usos dos solos, seguem aquilo que é a orientação de nível Nacional.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Aceitamos inscrições para intervenções sobre esta matéria da informação escrita do Senhor Presidente. Senhor Deputado Brinquete, tem a palavra.....

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vou tentar ser muito breve, queria referir duas questões. A primeira refere-se à Avenida Humberto Delgado, que o Senhor Presidente já aqui projectou alguns slides, para dizer o seguinte, sobretudo um comentário. A Avenida está concluída e está airosa, mas tem alguns erros de palmatória. O bairro da Mãe D'Água ficou bloqueado, o túnel poderia se desnecessário e poupava-se muito dinheiro, uma simples rotunda resolvia muito melhor o fluxo de transito e a mobilidade. Ficou

ali um autêntico labirinto. Junto ao café Cinderela, até existe uma rotunda completamente desnecessária. A saída do parque de estacionamento da Segurança Social está perigosíssima, o comércio junto ao túnel como em frente ao ISLA, ficou com os dias contados, aliás, junto ao ISLA extinguiram os estacionamento e até havia espaço. Em suma, os nossos engenheiros estão chumbados, mais uma vez não passaram no exame. Senhor Presidente, esta é que é a ECOCIDADE de que tanto fala?

----- No Estado e Vida do Município ou na informação que o Senhor Presidente da Câmara apresenta, há uma informação que me parece que é interessante, e que queria comentar, refere-se ao Gabinete Técnico Florestal.

----- É referido que o Gabinete Técnico Florestal integrado na campanha nacional da AFN, fez uma recolha de amostras de despistagens de doença do nemátodo do pinheiro e conclui a classificação de arvores de interesse público, duas, o teixo que está aqui no jardim por trás da Gulbenkian e o teixo da Quinta do Albergue.

----- A primeira nota é que é muito positivo que este gabinete já apresente trabalho e estas duas iniciativas são importantes. O primeiro comentário era sobre a classificação, que estou de acordo, e que tardava, sobretudo da Quinta do Albergue, e acrescenta-se esta, o que não se perde nada, mas queria fazer este comentário. Pelos visto a Câmara Municipal, afinal até sabe desencadear processos de classificação de património de interesse público, provando, desta forma, que não o quis fazer relativamente à casa do Abade de Baçal.

----- Em relação ao nemátodo, chamava a atenção de que não basta fazer a recolha de amostras, o assunto é muito grave, não é só grave aqui na nossa região, é grave em todo o País e o governo não tem estado à altura de dar combate a esta doença do pinheiro, portanto, era de todo o interesse que o gabinete pudesse avançar com outras iniciativas e não se ficar só pela recolha das amostras.

----- E acrescentava que o gabinete também podia dar alguma atenção a outras arvores que estão em perigo, e refiro-me concretamente ao castanheiro, ao sobreiro, ao negrilho, não sei se repararam que a maior parte dos negrilhos morreram junto às zonas húmidas, e à oliveira.....

----- Por fim e a propósito de uma portaria, que saiu recentemente, sobre as áreas protegidas e que já foi suspensa, queria apresentar a seguinte

“MOÇÃO

O Governo anterior fez publicar a Portaria n.º 1245/2009, de 13 de Outubro, que actualiza os montantes das taxas de acesso às Áreas Protegidas.

Esta Portaria vem criar uma “tabela de preços” absolutamente descabida e desajustada da realidade em que supostamente se deve inserir, nomeadamente penalizando as populações residentes.

Recentemente a Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território suspendeu por três meses a aplicação desta Portaria. Esta suspensão nada garante que fiquem afastadas outras medidas de igual gravidade.

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 18 de Dezembro de 2009 decide:

1. Exigir do Governo a sua revogação;
2. Exigir do Governo um Plano de Investimentos para o Parque Natural de Montesinho que reconheça o valor estratégico desta Área Protegida para a Região e para o País, contemplando designadamente acções nos domínios do Desenvolvimento Local e das Actividades Sócio/culturais, em coordenação com todas as restantes acções ligadas à Conservação da Natureza.

Bragança, 18 de Dezembro de 2009

a) O eleito da CDU - José Brinquete”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, passamos de facto à discussão sobre esta Moção. Pedidos de esclarecimento? Registou a Mesa apenas um pedido de esclarecimento. Tem a palavra Senhor Deputado, Presidente de Junta de Rabal, Paulo Hermenegildo.

----- **Paulo Hermenegildo** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, eu propunha, em vez de revogação, abolição da taxa, Senhor Deputado Brinquete. Eu na Moção propunha em vez de revogação, abolição. Não, revogação quer dizer-vamos negociar o montante-, abolição é aboli-la mesmo de vez.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Deputado, Brinquete.

----- **José Brinquete** – Em primeiro lugar chamo à atenção de que do ponto de vista jurídico, não há essa figura de abolição, claro, mas esta Moção pressupõe, desde logo, que a suspensão é só para três meses, a revogação é acabar com ela e ficam as taxas anteriores, porque há taxas neste momento, só que são coisas decentes, não é? Estas são indecentes, por assim dizer. E mesmo as anteriores, mais tarde ou mais cedo, poderão ter de ser actualizadas, admito, não é? Mas esta era pura e simplesmente a revogação, é proposta que eu fazia.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Intervenções sobre esta Moção. Registamos uma intervenção. Vitor Prada Pereira, tens a palavra, se fazes o favor.

----- **Vitor Pereira** – Eu penso que nós aqui, em tempos, já aprovamos uma Moção, não com este conteúdo mas que no fundo a finalidade dela ia exactamente neste caminho e neste sentido.

----- Mas de qualquer maneira eu quero dizer aqui, ao contrário do que aconteceu com a Moção que foi discutido ainda há bocado, por parte do PSD, o Partido Socialista sempre que seja defender os interesses das nossas gentes e da nossa terra, estará sempre do lado da gente, do lado da terra, e como tal, esta Moção da CDU parece-me oportuna. Parece-me oportuna porque? Porque não faz sentido nenhum, não faz sentido nenhum, quem vive no parque, quem conhece o parque, não pode de maneira nenhuma concordar com uma taxa desta natureza e portanto, parece-me que ainda bem que a senhora Ministra, ainda bem que a Senhora Ministra suspendeu por três meses esta proposta, porque às vezes os Ministros e a maior parte das vezes os Ministros, então se forem do governo Socialista têm bom senso e neste caso, a Ministra, claro que estou a gracejar é evidente, a Ministra teve bom senso e portanto nós, eu não sei faltou-me a voz, não sei o que me aconteceu, se calhar foi de falar da Ministra, desculpem, mas, sendo assim, é evidente que nós também concordamos com a segunda parte da Moção.

----- É preciso e é urgente, não só para o Parque Natural de Montezinho, mas para todas as áreas protegidas e apreço-me que esta Ministra, temos de dar tempo ao tempo, o trabalho que ela fazer, e portanto, também essa parte, a segunda parece-me que também com todo o sentido e faz todo o sentido apresentar um plano, dizia eu, para esta zona mas também todas as áreas protegidas e como tal parece-me que o Partido Socialista, só poderá votar a favor da proposta.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado. Não há mais intervenções sobre a Moção, pelo que vamos passar à sua votação.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.**

----- Declarações de voto? Tem a palavra.....

----- **Paulo Hermenegildo** – Mais uma vez, bom dia. Várias vezes viemos aqui falar do Parque Natural de Montezinho, das zonas rurais que estão inerentes geograficamente ao

Parque de Montezinho, falou-se muito quando foi do Plano de Ordenamento do Parque e aquilo que eu constato é que infelizmente a nível do Parque de Montezinho está tudo na mesma, se não se quer dizer pior. O que é real é que o Parque Natural de Montezinho funciona mal, não funciona, dá-me até a ideia que não existe um plano plurianual de investimentos, acho que a falha neste âmbito do Parque de Montezinho começa pela falha, acho que tem que haver uma simbiose entre Parque e populações, acho que a chave está aí, o Parque está voltado de costas para com as populações, tem mais uma atitude repreensiva do que formativa e didáctica para com as populações... ..

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa ao Senhor Deputado, eu pedia que se cingisse simplesmente à declaração de voto, essa é considerada uma intervenção, se o quiser fazer, tem tempo disponível para tal, é uma declaração de voto.

----- **Paulo Hermenegildo** – Mas quero com isto dizer, que é para concluir, que só poderia votar a favor desta Moção, porque efectivamente não bastam as dificuldades que temos a nível do meio rural económicas e ainda por cima a aplicação de uma taxa, como também fazer um apelo para que efectivamente a nível dos nossos governantes, o Parque comece a ter algum rumo, algum rumo de governação, que não é isso que se está a verificar neste momento. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Continuamos então as intervenções, damos a palavra ao Deputado, Luís Vale.....

----- **Luís Vale** – Apresentou, por escrito, o seguinte:

----- Obrigado, Senhor Presidente.

----- “Exmos(as) Senhores(as).....

----- Porque vem referido neste documento e porque foi algo que aconteceu há poucos dias, gostaria vos trazer uma pequena reflexão acerca da Bienal da Máscara, dos caretos e das diferentes iniciativas organizadas pela autarquia sobre esta temática, isto é, sobre a Máscara. Isto porque, sendo uma iniciativa da Câmara Municipal será uma opção política e por isso mesmo considero importante partilhar convosco o seguinte:

----- Começo com uma afirmação pela qual assumo total responsabilidade: NUNCA COMO HOJE, EM BRAGANÇA, NA REGIÃO, A MÁSCARA TEVE TANTA IMPORTÂNCIA, TANTO PROTAGONISMO, TANTA CENTRALIDADE.

----- Bem sei e, concerteza, saberão os demais aqui presentes que nos últimos tempos e por esse mundo fora, assim como em Portugal, temos assistido a uma forte tematização como

forma de estruturar e gerir os territórios (patrimónios mundiais ou reservas naturais são alguns exemplos que todos conhecem). Um bom exemplo, concreto e bem próximo, será o do município de Sabrosa, que não satisfeito com a sua inclusão num território protegido pela UNESCO, não satisfeito pela produção de vinhos de qualidade, adoptou uma personagem - Fernão de Magalhães, cuja origem, envolta em polémica, alguns afirmam ser em Sabrosa, como ponto de partida para uma circum-navegação de imaginários globalizantes, ou seja, a associação global de um personagem ao seu ponto de origem, que por acaso é em Sabrosa, que por acaso é em Portugal. A isto se dá o nome de tematização.....

----- Aquilo que o município de Bragança faz com a Máscara poderia muito bem ser também uma tematização, mas pelo que me é dado a perceber pelas narrativas, pelos discursos e pelas actividades não é isso que se trata. E também importa salientar que aquilo que está em questão, no meu entender, não é a realização da Bienal da Máscara ou *mesmo a existência* de um Museu da Máscara (que considero um excelente equipamento) nem os *inputs* de outras geografias. Aquilo que me preocupa são as narrativas, os discursos repletos de lugares comuns produzidos pelos mesmos de sempre e que, ano após ano, vão-se repetindo na elegia ao objecto como o sacrossanto da região, numa folclorização exacerbada que até poderá levar as pessoas para as ruas e que reunirá os grupos de máscaras ou de caretos, consoante a sua origem (e vejam como a própria designação do grupo já nos remete para algo folclórico...), e que mais não fazem do que uma actuação para os outros verem e que alguém paga. Aliás, mesmo na nossa região assistimos ao aparecimento e à organização de muitos desses grupos no lugar dos velhos rituais que em muitos lugares e aldeias há muito tinham desaparecido.

----- Não me parece que a folclorização revivalista seja a melhor forma de dignificar a Máscara, nem me parece que a médio ou longo prazo possa ser uma mais-valia para a região e para o município de Bragança. Importante era estudar, recolher e perceber junto daqueles que têm essa memória.

----- Agora para finalizar, regresso à minha afirmação inicial para vos dizer que ela tanto mais me parece verdade, que a Máscara nos seus ambientes originais, rurais, nunca teve tantas honras e tanta serventia. A sua utilização era sempre ritual, com data e hora marcada, num tempo de excepção, num tempo dentro do tempo, devidamente enquadrado pelo ciclo anual agrícola e pelo ciclo anual litúrgico. Tempo oportuno para alguma redistribuição (géneros alimentares, adereços, etc) dentro das comunidades, como a antropóloga Paula

Godinho defende, e tempo de uma maior tolerância social que poderia funcionar como descompressor das tensões existentes nas comunidades. Tudo isto, durante meia dúzia de dias em cada ano. É por isto e mais, que me desagrada ver toda esta parafernália discursiva e de legitimação forçada de algo que querem que seja aquilo que nunca foi. Mas há muito para fazer e esta é só uma opinião.

----- Obrigado.....

----- BRAGANÇA, 18 de Dezembro de 2009”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, tem a palavra, em representação do Partido Social Democrata, o Deputado, Pedro Fernandes.....

----- **Pedro Fernandes** – Apresentou, por escrito, o seguinte:

----- “Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora e Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e meus Senhores.

----- Permitam que antes de mais expresse o sentimento de honra e de emoção que neste momento sinto ao dirigir-me a este ilustre claustro municipal, na medida em que todos os seus membros, na diversidade de visões e de entendimentos comungam e partilham de um mesmo valor ou princípio: o serviço à causa pública e a defesa intransigente do Município de Bragança e de todas as suas populações.

----- Este concelho ancestral é herdeiro de uma rica história e cultura que o foram moldando e determinaram as características políticas, sociais e económicas que actualmente possui. E de entre essas características sublinharia a determinação e a coragem como vectores fundamentais da acção deste concelho, das suas gentes e instituições. Ao longo de gerações e gerações de afastamento e esquecimento por parte dos vários Poderes Centrais que a partir de Lisboa governaram, ao longo de nove séculos o país, os Bragançanos souberam, bem, enfrentar com determinação e coragem os desafios com que, em cada momento histórico, se confrontaram. É certo que a adopção de políticas solidárias e promotoras da coesão do território nacional teriam impulsionado o esforço por todos desenvolvido ao longo de gerações, mas a dura realidade que enfrentámos nunca nos fez esmorecer ou desanimar!.....

----- Com um núcleo urbano, desde cedo chamado à condição de cidade, com um forte dinamismo administrativo e comercial, as gentes do concelho de Bragança, rapidamente compreenderam que, apenas, o estabelecimento e reforço de relações de união e

interdependência entre o meio urbano e o meio rural poderiam criar as condições necessárias ao crescimento e desenvolvimento de um território que apresentava e *ainda hoje* apresenta desafios complexos.

----- Ao longo dos últimos anos a estratégia de desenvolvimento preconizada pelo Partido Social Democrata assentou e apostou nesta dialéctica entre a necessidade de uma cidade capital moderna e afirmativa, com capacidade de atracção e fixação de população e visitantes, mas também de um meio rural com núcleos comunitários com índices de qualidade de vida e bem-estar dignos das exigências das sociedades desenvolvidas do século XXI!

----- Porém, os desafios históricos com quem país actualmente se confronta, e superiormente descritos na intervenção da minha companheira de bancada Dra. Isabel Lopes, exigem de todos um olhar mais atento e uma aposta mais determinada no desenvolvimento de políticas activas de promoção e desenvolvimento do meio rural.

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal.....

----- Não raras vezes os decisores políticos nacionais, locais e comunitários têm a tendência de olhar de forma longínqua o meio rural, procurando cristalizar no tempo uma certa marca antiga de ruralidade que parece corresponder a uma espécie de lógica saudosista que em pouco ou nada serve os interesses das populações rurais, das suas economias e *sobre tudo* das suas capacidades de desenvolvimento.

----- O meio rural pode e deve ser olhado como um espaço de oportunidades para todos os que com inteligência e coragem as souberem aproveitar!.....

----- Permitam pois, que de entre as múltiplas oportunidades de criação de riqueza, proporcionadas pelo meio rural, me detenha e destaque o sector de produção da castanha.

----- Depois de uma acentuada queda de produção neste sector, sentida especialmente na década de cinquenta do século passado, o início da década de noventa devolveu ao ramo uma dinâmica de crescimento que permitiu que a área plantada com castanheiro, em Portugal, ocupe, *hoje*, cerca de trinta mil e noventa e sete hectares, nos quais se produzem mais de vinte e duas mil toneladas de castanhas. Desta produção, entre 70% a 80% têm como destino a exportação, afirmando-se no mercado externo, como principais compradores, e com tendência de crescimento, a Espanha, a França, a Suíça, *a Itália* e *sobre tudo* o Brasil, contribuindo esta área do tecido produtivo para a redução dos desequilíbrios da balança comercial portuguesa.....

----- Assim, a aposta e dinamização deste sector de actividade assume a maior importância para o concelho de Bragança que conjuntamente com Chaves, Guarda e Portalegre assume os lugares cimeiros desta área de mercado.

----- Efectivamente, e de acordo com o último recenseamento geral da agricultura, encontra-se instalada uma mancha de 5.708 ha de souto no concelho de Bragança que acolhem um total de 2.924 explorações agrícolas, produtoras de aproximadamente 11.000 toneladas de castanha.

----- Acresce ainda, que a castanha produzida neste concelho beneficia da mais – valia de estar incluída na área de Denominação de Origem Protegida “ castanha da terra fria”.

----- Mas nem só a produção e o circuito de comercialização da castanha crua permite a geração de empregos e riqueza, com efeito, as agro – indústrias, transformadoras do produto original, designadamente de produção de pasta de castanha, conservação a frio, descasque e embalagem assumem um papel tendencialmente crescente na economia da região.

----- Senhor Presidente

----- Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

----- Porém, nem tudo é um mar de rosas neste segmento de mercado, potencialmente gerador de riqueza para a região em geral e para o nosso concelho em particular.

----- A produtividade média, registada nos soutos de outros países europeus, produtores de castanha, assente numa lógica de produção intensiva e altamente mecanizada, contrasta com a produção tradicional e familiar que em larga medida ainda caracteriza este ramo de actividade em Portugal.

----- Confrontando a produção média dos soutos de Itália, que atingem os 21.766 Kgs de castanha por cada hectare, ou mesmo de Espanha com uma produção média de castanha de aproximadamente 16.667 kgs por hectare, com a produção média nacional que se cifra em 1.000 kgs por hectare, facilmente se conclui pela desvantagem ou incapacidade concorrencial do nosso país.....

----- Importa pois, que os agentes políticos e administrativos dos poderes central e local assumam as suas responsabilidades e tenham a capacidade de encontrar as soluções necessárias ao crescimento da mancha de souto no país, ao aumento da produtividade dos soutos, uma melhoria dos sistemas de regulação do circuito de comercialização da castanha e que será, possivelmente, um dos mais longos da economia.....

----- O prestígio e credibilidade de que gozam os autarcas deve mobiliza-los no sentido de promover, concretamente neste concelho de Bragança, junto dos agricultores, acções que induzam a introdução de novas técnicas de produção geradoras do aumento de produtividade dos soutos e da qualidade das castanhas, o favorecimento do associativismo ou cooperativismo dos agricultores que reduzam as etapas do circuito de comercialização e simultaneamente impeçam a cartelização de preços por parte de angariadores.....

----- É hoje fundamental intervir criando sinergias e parcerias entre os produtores e os meios académicos, nomeadamente o Instituto Politécnico de Bragança, para o desenvolvimento e aprofundamento de técnicas de melhoramento da produtividade dos plantios e do produto.....

----- Urge reconhecer, favorecer e promover a “ castanha da terra fria” como marca de um produto agrícola de qualidade, capaz de conquistar novos segmentos de mercado nacionais e internacionais e, também, como meio para a afirmação desta região!

----- Só assim, reafirmaremos a nossa determinação em conquistar o nosso lugar no futuro, legando às gerações vindouras uma região com uma economia mais forte e próspera.

----- Obrigado!”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. A Mesa dá agora a palavra à representante do CDS, Ana Cláudia Guedes de Almeida, por favor.

----- **Ana Cláudia** – Ó! Senhor Presidente, já desde a ultima intervenção, isto funciona quase como um voto de protesto, que reparo que, já é a segunda vez, que ignora ou se esquece, quero acreditar que é um esquecimento e que estamos todos de boa fé, que não me responde às minhas intervenções, mas eu calculo que elas são de relevante interesse municipal, serem esclarecidas, portanto, no caso de não querer responder agradeço que fique em Acta essa alocução, nomeadamente as ultimas que tinha que ver com as opções propostas para a organização do território municipal. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigada, Senhora Deputada. No final o Senhor Presidente poderá responder a essa questão. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paradinha Nova, Senhor Domingos Seca, tem a palavra.

----- **Domingos Seca** – Em primeiro lugar, bom dia a todos. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, minhas senhoras e meus senhores, caros colegas Presidentes de Junta e meus senhores Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social e Publico em geral. Eu só venho aqui, Senhor Presidente, fazer-

lhe um pedido, e um pedido que é de urgência fazer. Eu, no ultimo fim de semana tive a necessidade de fazer o trajecto Paradinha Velha/Paradinha Nova / Calvelhe, uma estrada sem qualquer marcação, sem qualquer visibilidade, o nevoeiro era de tal maneira fechado que as pessoas, por vezes, viam-se fora da estrada e nem um palmo se via à frente dos olhos, com o nevoeiro, e isso é um perigo para quem passa ali nesses dias.

----- Além desse pedido ainda tinha um outro a fazer-lhe, era um raid de protecção numa curva que há, quem vai de Paradinha Velha para Calvelhe, do lado esquerdo, antes de chegar há ribeira, pode ser um perigo e por vezes vêm-se protecções por essas estradas fora em planícies que não se necessitam e ali já é a segunda vez que faço este pedido até agora não fui atendido, mas pelo menos a marcação é de urgência fazer naquela estrada Senhor Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Damos a palavra agora, em representação do Partido Socialista, à Deputada Fátima Renovato Veloso.....

----- **Fátima Veloso** – Ora muito bom dia a todos, cumprimento e saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara e Membros desta Assembleia. A minha intervenção vai basear-se fundamentalmente a nível de instalações desportivas, porque constato pelo que acabo de ver que mais uma vez não se prevê investimentos a nível da área desportiva. Os que há são insuficientes e para alem de serem insuficientes foram recuperados, foram submetidos a obras que não se apresentam, às pessoas que os utilizam, nas melhores condições para a sua pratica. Portanto, por isso eu entendo que a Câmara, o município deve virar-se para a construção de um pavilhão, a um gimno-desportivo que eu acho que a cidade merece ou um complexo de piscinas, que a cidade merece, uma área de laser e recreação, que a cidade merece, e não tem. Portanto, qualquer cidade se preze, tem um polidesportivo em condições para fazer uma prática simultânea de uma ou mais modalidades, esta cidade não tem. Temos realmente um, que chamamos pavilhão, mas cuja assistência está e não vê parte daquilo que se passa no recinto desportivo, porque isso é uma realidade, portanto, e acho que realmente são poucas. .

----- E agora vou referir-me concretamente à piscina municipal. A piscina municipal tem um horário de funcionamento que sinceramente eu não entendo e a minha vinda aqui, a minha intervenção é no sentido de saber as razões porque tem esse horário de funcionamento, que eu passo a dizer, a piscina abre das quinze até às vinte e duas, o período da manha não é utilizável.

----- Porque razão não pode ser aberta da parte da manhã? Há pessoas que têm horários que não são fixos, que pretendem utilizar a piscina da parte da manhã, há pessoas que são aposentadas que gostariam de utilizar da parte da manhã, o que é que acontece, vai tudo da parte da tarde, a partir da dezassete horas, torna-se completamente impossível andar em duas ou três pistas, que são aquelas que restam nas horas livres, tudo o resto são para as classes, as classes são, a partir das horas que as escolas fecham, a partir das dezassete horas, dezasseis e trinta e portanto as pessoas ficam privadas da sua liberdade em usar as pistas, estão..., eu tenho conhecimento de que houve situações em que na mesma pista, que me parece impossível, estavam oito pessoas. Portanto, mantendo-se a parte da manhã a funcionar, a partir de determinada altura eu acho que isso rentabilizava-se a piscina, servia-se melhor as populações, isto é uma queixa que eu sinto nas populações em geral, nas pessoas que têm prazer em ir utilizar a piscina, nas pessoas que por indicação médica necessitam de ir para a piscina, nós felizmente e devemos-nos sentir felizes cada vez a nossa população mais jovem e menos jovem, procura a prática desportiva, tem prazer na prática de qualquer actividade física e eu acho que deve ser proporcionado essa vontade.

----- A escola tem uma função que é motivar e incentivar os alunos para a prática desportiva, mas têm quando saem da escola, criar-lhe condições para eles darem continuidade a essa prática desportiva e terem hábitos de vida saudável.

----- Em relação à piscina, ainda queria dizer outra coisa. Porque razão a piscina tem que fechar em períodos de férias, nomeadamente Agosto, a piscina está fechada, é um mês em que as pessoas estão de férias, tem mais tempo livre, para ir para as piscinas, há pessoas que vêm para cá, querem utilizar a piscina, piscina não há, nós não podemos contar com uma piscina que é do Académico, porque nós temos dias em que a piscina do Académico não é possível, porque não temos sempre um verão quente, ultimamente então tem sido frequente termos frio, portanto não podemos utilizar. Ora em Agosto, agora eu tive conhecimento que a piscina tinha fechado quarta-feira e que só vai abrir no dia quatro de Janeiro, sinceramente eu acho que isto, gostaria de obter uma resposta para esta tomada de posição, para este horário de funcionamento, não me parece que a piscina esteja ao serviço das populações, estou a falar neste caso da piscina, porque efectivamente há muita gente, felizmente, que a vai utilizar.....

----- Outra coisa, as escolas utilizam a piscina, estou a falar concretamente em aulas de desporto escolar, vão à piscina, pagam, pagam por hora, vale a pena referir que, mas pagam. Eu pergunto, há piscinas no Distrito, que eu conheço, com as quais temos intercâmbios

escolares, cujo alunos não pagam: Mirandela, Mogadouro, Miranda do Douro e outras, não paga, porque razão nós temos que pagar à hora? As escolas não vivem do desporto escolar, mas têm outras actividades, têm actividades múltiplas e portanto o dinheiro não, não, não dá para pagar a piscina, eu acho que seria de bom tom proporcionar às escolas, até inclusive da parte da manhã, quem quisesse ir lá leccionar aulas poder efectivamente dar essa unidade aos alunos, é outra questão que eu coloco.....

----- E agora coloco uma que é a questão da segurança na piscina, que eu queria perguntar ao Senhor Presidente se tem conhecimento ou se sabe que a piscina, ou se tem a certeza, melhor ainda, que há segurança a 100% no tempo de utilização da piscina? Eu tenho conhecimento que não é a 100% e quando falo em segurança falo de alguém que está devidamente preparado, para socorrer uma pessoa que se sentiu mal disposta, que ficou na piscina aflita e portanto que necessita de ser retirada da piscina, e isto, esta segurança tem que ser a 100%, não pode ser a 70% nem a 80%.

----- Em relação à piscina, portanto gostaria de ver estas questões respondidas.

----- Em relação aos pavilhões e aos campos desportivos que são do município, eu também não sei porque razão e gostaria também que me respondesse, as camadas jovens, jovens que pedem para utilizar essas instalações, também têm que pagar para utilizar as instalações! O apoio à prática desportiva às camadas jovens é um direito que os jovens têm! Porquê ter que pagar, se calhar a Câmara até lhe dá uma subsídio, mas depois vai-lhe retirar porque têm que pagar a hora à Câmara, é uma questão que eu deixo em aberto.....

----- E já agora, porque me pediram para colocar esta questão, são várias pessoas a pretender utilizar os campos existentes, há varias pessoas a meter requerimentos, a apresentar o seu projecto, e eu gostaria de saber quais são os critérios porque me parece que são pessoas a mais para as instalações que existem, e portanto deve haver um critério de selecção para a utilização dessas instalações e eu gostaria de saber quais são os critérios que a Câmara utiliza para seleccionar as pessoas que vão utilizar as instalações. Muito obrigada a todos e antes de me sentar, posso não ter outra oportunidade, desejo a todos um Bom Natal e felizes festas. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada Senhora Deputada. A Mesa dá agora a palavra, em representação do Partido Social Democrata ao Senhor Deputado, Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Vereadores, Comunicação

Social, Convidados a Público em geral. Antes de mais queria só dizer à companheira e Deputada Fátima Renovato, que eu concordo com ela, quando fala que a piscina deveria estar aberta da parte da manhã, concordo perfeitamente. Depois também dizer-lhes que e como responsável de um estabelecimento de ensino de Vinhais, Vinhais também não paga as piscinas, no entanto temos um protocolo de cedência do nosso pavilhão com a Autarquia, portanto é uma mão lava a outra, digamos assim.....

----- Agora já não concordo consigo quando fala que não há aqui um investimento nos espaços desportivos, porque de facto se tivesse lido a documentação que lhe foi entregue, saberia que a Câmara vai agora investir no Complexo Desportivo do Trinta.....

----- Além disso sabe também que a piscina tem manutenção e a Autarquia aproveita estas paragens para fazer a manutenção, a manutenção de verão para uma manutenção mais cuidada e agora esta para substituir a água.

----- Em relação também ainda ao desporto, também há passeios, a Autarquia promove passeios, o desporto não é só em recintos fechados, e também em paralelo com os Parques Infantis tem também os Parques para os mesmos jovens e isso não existia, é recente, portanto é da responsabilidade desta Autarquia.....

----- Bom mas, o que me trouxe aqui foi um bocadinho uma iniciativa nacional, uma iniciativa que tem por base um projecto que foi desenvolvido na Estónia, em 2008 e que neste momento, uma equipa que decidiu colocar mãos à obra e decidiu limpar a floresta Portuguesa num só dia. Este projecto chama-se limpar Portugal, a maior parte de vocês já ouviram e algumas das palavras que eu vou dizer, estão precisamente no site que podem consultar que se chama, que tem o endereço www.limparportugal.org . Eu tirei alguns desdobráveis, alguns flyers que vou deixar ali na mesa de apoio para quem quiser levar à saída. Isto porquê? Porque de facto nós temos um Concelho com belas paisagens, mas que infelizmente todos os dias as vemos invadidas por lixos, que são os frigoríficos, máquinas de lavar roupa, máquinas de lavar loiça, pneus, moveis usados, carros abandonados. E principalmente os caçadores deparam-se muitas vezes com este tipo de lixo pelo monte. E então, tendo por base - e os cartuchos também é verdade, não deviam trazer os cartuchos - tendo por base então esta situação, resolveu-se colocar mãos à obra e em poucos dias estavam inscritos 17000 voluntários e todos nós nos devemos inscrever, eu já estou inscrito, 17000 voluntários para que no dia 20 de Março se possa num só dia, limpar Portugal e limpar Portugal, principalmente as nossas paisagens. Os objectivos deste programa e passo a citar são:

----- - O projecto limpar Portugal, tem como objectivo limpar as lixeiras ilegais existentes no espaço de floresta de Portugal no dia 20 de Março de 2010;

----- -O projecto de limpar Portugal é um movimento cívico, de pessoas em regime de voluntariado;

----- O projecto Limpar Portugal, não aceita doações em dinheiro;

----- O projecto Limpar Portugal, aceita agradece doações de bens e serviços que possam contribuir para a persecução do seu objectivo, exemplo, luvas, sacos de lixo, disponibilização de transportes e ou máquinas de remoção;

----- O projecto Limpar Portugal funciona com uma coordenação Nacional e com tantas coordenações regionais quantas as necessárias, Distritais e Concelhias;

----- O projecto Limpar Portugal ficará vinculado pela decisão tomada em reuniões presenciais a realizar pelo menos uma vez por mês em locais a designar abertos a todos os seus membros;

----- É importante registarem-se, e para se registarem têm que ir ao site [http](http://limparportugal.ning.com), também está ali no flyer, depois quem quiser levar, limparportugal.ning.com. Neste site podem encontrar cartazes, flyers, panfletos e vídeos e podem também denunciar aonde é que encontram lixo, tanto por coordenadas, coordenadas tendo em conta o GPS, como por, indicando só os caminhos, é este o repto que eu deixo e espero que todos nós, no dia 20 estejamos lá de luvas para ajudar a limpar Portugal. Quem quiser ver o vídeo também, o vídeo está disponível, um vídeo deste projecto que foi desenvolvido na estónia está disponível no you tube legendado em português e vão ver que conseguiram limpar em cinco horas um País que demoraria o governo, três anos a limpá-lo. Tenho dito

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. A Mesa dá a palavra agora à pessoa que está inscrito a seguir que é o Senhor Presidente de Junta de freguesia da Sé.....

----- **Paulo Xavier** - – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos e Companheiros Membros da Assembleia, Presidentes de Junta, Comunicação Social, a todos muito bom dia ou digamos boa tarde.

----- Dois ou três considerandos e um considerando aqui ao nosso Presidente da Mesa da Assembleia que ainda está no activo na questão do palco e som, isto deve ser demasiado som, portanto, retirar da mesa e por no amplificador. Dirigir só duas palavras apenas ao Senhor José Brinquete que quase condenou ali o Bairro da Mãe D'Água que eu acho que está fabuloso,

independentemente de gostar ou não gostar da Avenida Humberto Delgado. O grande problema que poderá ter no futuro é se da parte do município não houver sensibilidade e debate com quem de direito, na questão da mobilidade e da sinalética para o Bairro. Urge, mas muitas vezes apressadamente se faz, mas não se faz bem, portanto esse é que é o grande problema, todo o resto não posso concordar consigo.

----- Quanto ao polidesportivo - não está aí a nossa Deputada da bancada do Partido Socialista a Doutora Fátima Renovato, - mas a freguesia preocupada também com o sentido do desporto em Bragança, temos um pedido de apoio ao município, já uma ano, quase, para, a cobertura, uma coisa simples, na ordem dos duzentos mil euros, um pedido de apoio à Câmara Municipal no sentido de cobrirmos um polidesportivo, o que iria a tornar como é óbvio, dos nove polidesportivos que temos na freguesia, dava mais oportunidade para o Inverno, que são nove meses, portanto também a freguesia, nesse ponto, estamos atentos.

----- Duas perguntas apenas à Excelentíssima Câmara e dizer-lhe, Senhor Presidente, depois dos debates com a necessidade da realização de obras, designadamente na impermeabilização do estacionamento subterrâneo da Praça Camões, que infelizmente as nossas expectativas eram altas e foram, e volto a referir, infelizmente não foram superadas em virtude de que obras profundas e não melhorou praticamente em nada.

----- De qualquer maneira, fica também essa boa vontade e essa atenção, mas temos outro problema, é o estacionamento subterrâneo, o estacionamento da Avenida Sá Carneiro. Temos recebido muitas queixas, e também solicitações dos utentes desse referido parque. Porque eu próprio empiricamente também constatando que na ausência de um sistema eficaz de escoamento de água, basta de quando em vez haver limpeza, para ser difícil o escoamento da água. Também e ainda há pouco tempo, trás de ontem, sempre que se verifica um aumento dos níveis de pluviosidade na cidade, Senhor Presidente, e se bem se compreende os esforços e as iniciativas manuais da limpeza da extracção das águas acumuladas do parque de estacionamento, entendemos esta situação como meramente transitória, até que o problema fique resolvido, numa construção que aliás não é muito antiga, portanto é uma construção recente.

----- Uma pergunta apenas, Senhor Presidente, tinha a Excelentíssima Câmara conhecimento deste problema? E se sim, que medidas e acções se propõem ou se propôs a Edilidade a emprender no sentido de obviar o problema.

----- Uma outra pergunta e curta também. Senhor Presidente ao longo dos anos e já lá vão doze anos, a Junta de Freguesia da Sé sempre se honrou nas parcerias que estabelecemos no Município de Bragança, nomeadamente com a Excelentíssima Câmara Municipal. Tendo essas mesmas parcerias resultado na organização de eventos que além de mobilizarem e motivarem os agentes económicos sociais e culturais da nossa cidade, sempre se reflectiram positivamente na imagem e na projecção publica da cidade em particular e do Concelho em geral. -

----- Contudo, Senhor Presidente, ao longo do último ano e por razões ainda por explicar, houve uma denúncia unilateral do Município, de algumas parcerias existentes e mais concretamente do natal das crianças. Iniciativa que envolvia a escolas do 1º ciclo e do pré-escolar, estamos a falar de cerca de duas mil crianças que nos merecem todo o empenho, todo o carinho e que foi iniciada pela Junta de Freguesia da Sé e bem mais tarde, há oito anos, a Câmara abraçou também essa iniciativa e por falta de comunicação atempada da Câmara Municipal, da respectiva retirada da organização e/ou concessão de meios, a pergunta, Senhor Presidente, gostaria pois de obter da Excelentíssima Câmara Municipal, se constitui intenção de retirar-se da organização dos demais eventos organizados em parceria entre a Freguesia e a Câmara Municipal, e se sim, quais as razões que subjazem a essa tomada de posição. Boa continuação de boa tarde.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente de Junta, Senhor Deputado. Terminamos a ronda de inscrições, passando a palavra representante do Partido Socialista, Vitor Prada Pereira. A Mesa, há pouco, registou por parte da Senhora Deputada Fátima Renovato Veloso, um levantamento de quase que..., é que, qual é a figura que pretende recorrer? Eu sugeria que se houver tempo restante do Partido Socialista, que tem quatro minutos, que o possa fazer no final, se não a Mesa não vê de facto, possibilidade de tal.

----- **Vitor Pereira** – Bom, quase que me apetecia dizer algo vai mal no reino da Dinamarca. Depois da última intervenção que vimos espelhada aqui neste micro, as coisas não estão lá muito bem, ó! Paulo, entre o Executivo de uma Junta de Freguesia, a maior Junta de Freguesia desta Cidade e digníssima Junta de Freguesia e o Executivo da Câmara, mas eu não me quero meter por aí, cada resolve os problemas de sua casa, não temos nada a ver com isso.....

----- Mas já que estamos a falar em, em contabiliti, ouvi aqui falar, há bocado, em contabiliti e esta Assembleia serve muito para isso, serve para as pessoas prestarem contas, e para as pessoas efectivamente darem explicações àquilo que se passa. E eu tomei

conhecimento e foi agora de manha, tomei conhecimento de uma noticia que pelos vistos já saiu ontem na RBA, que eu não ouvi, eu estive ausente ontem e anteontem da cidade, não estive cá, de um relatório que só chegou agora às minhas mãos que veio para a Assembleia e é um relatório da Auditoria, por isso mesmo é que eu não tive tempo de maneira nenhuma de o esmiuçar nem de o estudar, que chegou aqui à Permanente, à Comissão Permanente e que tem a ver com uma Auditoria que a Inspeção de Finanças fez à Câmara Municipal em 2007 e eu vou-me limitar a ler alguns considerandos que estão espelhados e plasmados aqui neste documento, e que diz assim: "os documentos de prestação de contas revelam falta de fiabilidade em 2007, é de realçar - e eu só estou a citar partes, é evidente - é de realçar o sistemático empolamento das receitas orçamentais que permite em 2007 a realização de despesas no valor de 8,3 milhões de euros para cujo pagamento não existiam meios monetários disponíveis" - diz mais em baixo, a seguir – " verificando-se ao longo do triénio, portanto, 2005, 2006 e 2007, uma situação financeira desequilibrada em termos de tesouraria, pois a Autarquia apresenta sucessivos e relevantes e crescentes saldos reais negativos de operações orçamentais"- mas diz mais - "entretanto é de relevar que não foi prestado à DGO e à DGAL, no final de 2007, informação rigorosa em termos de endividamento municipal, tendo sido omitido um montante de endividamento liquido de 3,7 milhões de euros".

----- Bom, isto, eu podia continuar por aqui, eu tenho aqui sinalizado, mas não temos tempo, e eu de maneira nenhuma, estamos numa época natalícia, queria de maneira nenhuma estragar este espírito de concórdia e de paz e de amor que nos deve reger, mas Senhor Presidente, o que está aqui espelhado neste documento e neste relatório da Inspeção de Finanças, que eu, como digo e torno a lembrar, não tive tempo de o ler, mas esta introdução que esta Senhora que se chama Senhora Directora de Finanças mandou e depois o Senhor Inspector Geral mandou para o Senhor Secretário de Estado, enferma de algumas coisas que durante esses 2007 e 2005 e 2006, que Vossa Excelência foi governo deste Município, que presidiu, afinal as coisas não eram assim tão transparentes, não é transparente a palavra exacta, desculpe eu pegar esta palavra, mas quer dizer não eram tão rigorosas como deviam ser e portanto às vezes nós temos que medir um bocado o nosso narcisismo e ter um bocado... de afirmações que fazemos aqui muitas vezes, que às vezes nós, nós deputados de oposição que temos a obrigatoriedade de executar a tal contabiliti que a deputada do CDS disse, que às vezes até aparece que nós somos os culpados deste governo de 12 anos e afinal já vamos... por

isso mesmo nós na campanha eleitoral tínhamos razão quando dizíamos, já chega, já chega deste governo, afinal isto vem provar isto. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Ora, muito obrigado Senhor Deputado, eu, eu devo fazer aqui uma informação complementar, no sentido de esclarecer o Senhor Deputado, Vitor Prada Pereira. A Câmara, em devido tempo, enviou os documentos de suporte a esta reunião, em devido tempo entregou também um CD, onde o relatório constava e esse CD foi entregue ao Partido Socialista, na pessoa do vosso representante em Comissão Permanente, na passada terça feira, dia nove, portanto, queria que ficasse aqui registado por uma lado a atitude da Câmara enviar o documento e da Assembleia entregar os documentos, neste caso o suporte informático, deste relatório. Senhor Presidente de Câmara, faz favor, pode responder às questões que foram formuladas.

----- **Presidente de Câmara** – Eu acho que a Câmara fez um excelente projecto de requalificação da Avenida General Humberto Delgado, sem prejudicar, estou de acordo com o que referiu o Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Sé, que é correcto, sem prejudicar a acessibilidade ao Bairro da Mãe D'Água, a acessibilidade é feita em condições de maior facilidade, de maior segurança, para as pessoas, para os utentes, para os condutores.

----- A cidade transforma-se, evoluiu, e quando se transforma as coisas não ficam na mesma. Aquela rotunda que está na saída, à entrada do Bairro da Mãe D'Água, junto dos blocos azuis, acho que está muito bem estruturada, evidentemente que falta...hoje o acesso ao Bairro da Mãe D'Água não é feito como no tempo em que eu cheguei à Câmara, a zona do ISLA era feita em terra batida, assim, era uma rua em terra batida, só havia lama, não se podia entrar.

----- Lembro na altura em que assumimos responsabilidades, o PSD assumiu responsabilidades na Câmara, oitenta e sete ruas, na cidade, estavam em terra batida, foi uma prioridade de facto, limpar a cidade, dar condições de mobilidade, segurança e dignidade aos bairros integrando-os em pleno direito na cidade.

----- No Bairro da Mãe D'Água que hoje que tem as ruas que tem, algumas ruas mais largas, que permitem dois sentidos e estacionamento sem problema, há outras que não o permitem, é preciso criar marcações horizontais e verticais, penso que era isso que estava a referir o Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Sé, no sentido de ordenar correctamente o trânsito, ou seja, onde uma rua só permite um sentido único e garante estacionamento aos residentes é assim que a marcação deve ser feita, onde permite dois sentidos e

estacionamentos dos dois lados é assim que deve ser feito, e nós fazemos de acordo, não fazemos com engenheiros que reprovem nas provas, são engenheiros formados antes do acordo de Bolonha, todos eles, e além disso, e além disso seguem, e os depois também são bons, se estudarem, se estudarem, têm que estudar, têm que estudar, é como tudo, ninguém à partida sabe tudo, enfim, a escola é um ponto de início e ao longo da vida é preciso estudar, assim, em todas as áreas, não vale a pena ter ilusões.....

----- Além disso seguimos as orientações do plano estratégico de mobilidade urbana, que se encomendou, provavelmente à melhor empresa do País nessa área. E é esse o plano de marcações que há-de ser seguido na Mãe D'Água, estava adjudicado o trabalho e nós não quisemos que fosse feito a correr em cima das eleições, já com temperaturas até um bocadinho pró adversas, dissemos - adiasse essa parte do trabalho para a primavera de 2010, na primavera de 2010 hão-de estar a ser feitas essas marcações horizontais, ordenar o trânsito, pôr as ruas de sentido único onde tem de ser de sentido único, criar condições de boa mobilidade, segurança, acessibilidade, é para isso que as transformações se fazem, não é para complicar a vida às pessoas. Portanto, esses técnicos da Câmara são técnicos responsáveis, procuram estudar, não fazem tudo certo, não são capazes de fazer tudo. Frequentemente é preciso recorrer a assessorias externas, fazemo-lo, tem que ser, porque se não, não conseguíamos introduzir incrementos positivos.

----- Na questão florestal que abordou, é uma questão importante no nosso Concelho, acho que é uma questão que tem sido muito descorada, o município não pode, não consegue superar a fragilidade inerente ao facto do Ministério da Agricultura ter acabado com a extensão rural, com a extensão rural onde devia ter técnicos a ensinar os agricultores, dar orientações, avaliar o estado de sanidade das plantas, dar orientações sobre novas plantações, sobre plantações autóctones, sobre o que quer que fosse, sobre novas doenças, sobre como trata-las, não há extensão rural lamentavelmente, porque nos últimos anos a agricultura foi desqualificada, social e economicamente, é uma pena e o País está a sofrer com isso, e por isso tem um grau de dependência alimentar que tem, é um grau de dependência que não lhe dá sustentabilidade nenhuma operante uma crise, quem assim pensa, não pensa na soberania do País. --

----- Há associações no nosso município, várias associações que se foram constituindo nos últimos anos e infelizmente também passam por uma situação muito difícil, ainda recentemente reuni com uma, não é com uma, é com a mais importante, acho eu, na área

florestal, que penso que é a ARBOREA, aqui na nossa zona, talvez o Dr. Luís que é do sector, confirma, evidentemente que estão com dificuldades, tem os seus técnicos, tem dificuldades financeiras, tem dificuldades de sustentabilidade, porque no PRODER não há aprovações de projectos, é um pouco o que acontece no resto, e é uma pena, é uma pena de facto, assim, não desígnio para o País, não há vontade, infelizmente tenho receio, infelizmente essa associação eventualmente também caia numa situação errada, quando de facto podia fazer um grande trabalho na área da floresta que é onde têm recursos preparados, para o castanheiro, para outras espécies autóctones, fazer um bom trabalho. Há escassez de mão de obra preparada para fazer trabalhos especializados, enfim, no castanheiro e noutras áreas, no sobreiro, associações destas podiam ter equipas contratadas, especializadas para prestar serviços a esse nível! Mas o governo, as politicas do governo têm que dar sustentabilidade mínima, não tem que financiar este tipo de actividade, digamos, dar dinheiro por dar, tem ajudar a dar sustentabilidade a actividades destas associações.

----- Estou inteiramente de acordo consigo, tenho pena, o País, a Região está a perder fruto dessas politicas claramente erradas.

----- Nas piscinas precisamos de ter algum tempo de manutenção, todos os anos temos que renovar completamente a água, água tem dos níveis mais avançados de tratamento, à base do cloro e à base do ozono, é uma mistura de dois sistemas avançados, tem um bom nível, um bom grau de tratamento, protege, protege com mais facilidade os utentes, mas durante um ano tem que se renovar completamente a água, há manutenções mais profundas que têm que ser feitas e portanto as coisas por razões de segurança para as pessoas e para utentes a Câmara tem que adoptar este tipo de medidas. Portanto, quando se fala das coisas, deve-se falar com conhecimento também, o suficiente.

----- Parte da manha é muito utilizada mais para as escolas e para as instituições, algumas instituições que na área da deficiência que estão a utilizar as piscinas, que podiam não utilizar, por exemplo, o Centro de Educação Especial tem uma piscina aquecida, financiada através de um programa Comunitário INTERREG, e que não está aberta, que acho que é uma pena, como é possível na cidade onde é preciso mais gente a fazer fisioterapia, seguir indicações médicas, há um projecto que é co-financiado com fundos comunitários e assim, o Estado não é capaz de por esse projecto ao serviço da comunidade? É uma pena, é uma pena, dava jeito, como não está aberta têm que utilizar alguns horários da piscina municipal.

----- Estimado Presidente Paulo Xavier, não percebi o primeiro problema da drenagem confesso, por lapso meu... mas na Sá Carneiro, na Avenida mesmo? Na passagem inferior? É natural que haja alguns problemas na lavagem, suponho que sim, sim não sei, tenho que ver isso, tenho que ver isso. A Câmara não denuncia, enfim, não, entendi positivamente a intervenção do Paulo Xavier naturalmente, ele aqui esteve de facto numa atitude positiva, a Câmara faz as parcerias com todas as Juntas de Freguesia, os orçamentos e as contas de gerência tem dado conta de forma suficiente e bem evidente da forma como se trabalha conjuntamente entre a Câmara Municipal e as Freguesias, mas os recursos são escassos e há iniciativas que tem que ir evoluindo, esta iniciativa de Natal, os agrupamentos acharam que não era uma iniciativa que se justificasse. Não tenho a certeza se falaram com a Junta de Freguesia ou não, mas entenderam que a concentração de cerca de mil e quatrocentos alunos, próximo disso, no pavilhão, num dia, para uma actividade, que era um despropósito, que não ia de forma adequada ao encontro daquilo que as escolas e os agrupamentos consideravam ser as iniciativas correntes das festas natalícias que fazem nas escolas. Foi essa orientação dos agrupamentos, foi assim que pensaram, nós pensamos que também é verdade isso, também nos pareceu correcto, além de que só para transportar esses alunos, a Câmara, só, fora os seus transportes, tinha que disponibilizar acima de dez mil euros, a Câmara este ano optou por fazer uma situação diferente, combinou com os Concelhos Executivos, adquiriu uma prenda pedagógica didáctica e entregou mil e quatrocentos incluindo aos colégios privados, portanto não se trata de denunciar uma iniciativa com a Junta de Freguesia da Sé, digamos que estimamos na boa actividade que tem vindo a desenvolver e que vai continuar a desenvolver.

----- No que diz respeito à Auditoria Financeira, o município teve, este ano, tem tido frequentemente, os municípios são as entidades mais auditadas no País, não é o sector publico empresarial do Estado que é auditado, se fosse não havia os desmandos que há no País. Há três, quatro empresas públicas que devem mais dinheiro do que devem os municípios todos juntos, há três ou quatro empresas do sector público empresarial do Estado que recebem de subvenção publica, ou seja de receita publicas, cerca de trinta e cinco por cento da totalidade das verbas transferidas para os municípios, para os trezentos e oito, e questiona assim, nem sequer a conta de gerência do Estado reflecte a contabilidade do sector público empresarial e devia faze-lo para dizer para onde é que esse dinheiro vai, porque nos municípios sabe-se para onde vai, a conta de gerência do município do ano passado de 2008, veio visada pode ver nas

Actas da Câmara Municipal, veio aprovada pelo Tribunal de Contas na semana passada, com factura correspondente 17.900 euros é o custo de visar a conta de gerência.

----- Naturalmente percebe assim, mas, se assim acontece com os municípios, porque é que não deve acontecer com o resto do sector público empresaria, digamos onde se gasta e desbarata imenso dos recursos públicos? Os municípios, os municípios..., não eu estou, ...peço desculpa..., peço desculpa, peço desculpa Senhor Deputado não o interrompi e vou com a minha, tenho tempo para isso vou utiliza-lo, vai-me desculpar. Naturalmente que os municípios têm, o Município de Bragança teve, este ano, três, para além das inspecções correntes que tem cruzadas inclusive, a obras comunitárias, de vez em quando temos obras comunitárias e temos inspecções cruzadas, equipas distintas, inspecção a procedimentos administrativos e inspecção a procedimentos financeiros e sabemos o que se passa noutros municípios, também sabemos, também nos chega.

----- Ainda recentemente houve uma outra inspecção feita a titulo de mostragem, no País, a trinta municípios a nível Nacional, nos quais Bragança caiu nesse grupo de trinta municípios, e sabemos o que aconteceu com vinte e um municípios e o que aconteceu com nove municípios, e nós estamos nesses nove municípios, estamos satisfeitos com por isso. As restantes três inspecções que surgiram, de nenhuma dessas inspecções resulta qualquer indicação de procedimento, seja contra o Órgão de Gestão, seja contra funcionários do município, isso do nosso ponto de vista é motivo de grande satisfação e orgulho e nessa mesma, e por isso, ontem, me pediam para comentar, não sei quem comentou numa rádio que deveria haver alguma desgraça nalgum orçamento do município, e eu disse assim, nem sequer comento, porque quem fez provavelmente esse comentário à rádio, nem sequer sabe ler e por isso eu não comentei sequer para rádio nenhuma, nem tenciono comentar. Para os Senhores Deputados tenho a obrigação, nós mandamos imediatamente as auditorias que são, faz parte da Lei, nós nem sequer estamos a fazer assim nenhum procedimento excepcional, é nossa obrigação, recebemos, a Lei determina que se mande para o Órgão Deliberativo a informação necessária, para o bem e para o mal, como é obvio.

----- Mas quero salientar assim, nas tais, que é o que interessa, isto são relatórios extensos, nós mandamos o relatório na totalidade, enfim, além das auditorias normais, correntes, que o município solicita fora. Temos assim: "sistemático empolamento da previsão" - isto é uma pequena síntese que eu quero ler - da previsão das receitas orçamentais, pois nos anos em apreço, as respectiva taxa de execução global nunca ultrapassou 79%" - estamos a falar de 3

anos, não ultrapassámos 79% relativamente a orçamentos corrigidos, eu mostrei hoje, que nós estamos em 2009, com uma taxa de execução que, relativamente ao orçamento inicial, de dotação, inicial estaria já próximo dos 85%, tivemos um bom grau de execução, mas se conhece qual é o grau médio de execução dos municípios, percebe que não ultrapassa sequer os 60%, evidentemente que um inspector quando escreve isto, gostaria que o grau de execução fosse 100%, é normal, podia ter sido aqui mais simpático dizer, olhe até 79% não está mal, porque a média nos municípios é de 60%, mas bom, para nós se pudermos chegar aos 85 é a nossa obrigação.

----- Depois diz a seguir: “todavia os resultados deste indicador a nível de execução autónoma de cada um dos anos analisados sem considerar saldos..., evidencia alguma prudência, em termos de gestão orçamental, pois nos últimos exercícios tem-se de algum modo articulado em termos anuais em relação de despesa com a real cobrança de receita”.

----- Diz também relativamente à dívida municipal, vou ler aqui a parte dos índices de endividamento que estamos com valores baixos que vocês conhecem, valores baixos, mas também deixem que vos diga assim, há municípios no nosso Distrito cuja dívida per capita, eu continuo a dizer, são municípios pequenos, a Lei das Finanças Locais dá cabo da viabilidade dos municípios pequenos, temos três município no nosso Distrito cuja dívida per capita, está imediatamente nos primeiros níveis, a nível Nacional, um deles está inclusive no quarto lugar, quarto lugar endividamento per capita.

----- Diz assim, no que diz respeito à dívida municipal. “ em síntese, o endividamento do município de Bragança manteve-se em termos globais, em montantes moderados, em termos absolutos, tendo-se no entanto verificado uma tendência de acréscimo da dívida a curto prazo, relevantes saldos reais negativos de operações orçamentais e prazos de pagamentos a fornecedores crescente”. Bom mas nós estamos no grupo dos municípios digamos, com situações mais complexas de pagamentos, este ano inclusive, apesar de ser ano de eleições, baixamos os nossos prazos médios de pagamento, daremos conta disso na Conta de Gerência. E apesar de termos uma boa execução, podíamos ter uma grande execução e muita dívida atrás.--

----- Diz ainda assim: “ em síntese, a situação financeira pode considerar-se positiva, ainda que apresente alguma falta de capacidade para cumprir atempadamente compromissos de curto prazo e tendência para um crescente de pressão sobre a tesouraria”. Estamos a fazer investimentos num período de aplicação de recursos comunitários, o desejável é que se não

estivéssemos a fazer investimento nenhum, era transitar sempre com saldos positivos, oxalá seja assim quando não houver necessidade de fazer investimentos, que haja uma boa gestão de despesa corrente e que a receita corrente consiga libertar dinheiro para aplicações, para boas aplicações financeiras da parte do município.

----- Diz ainda, relativamente à Lei das Finanças Locais: “que os respectivos níveis de endividamento, os limites são de oito, quarenta e sete e trinta e sete por cento, em termo de saneamento e reequilíbrio financeiros verificamos que o Município de Bragança, no final de 2007, não se encontrava numa posição de desequilíbrio financeiro conjuntural ou estrutural”. É assim que conclui no ponto 1.4.4 do relatório.

----- A questão, digamos, da omissão para efeitos de calculo de endividamento liquido tem a ver com uma divergência que existia entre a Direcção Geral das Autarquias Locais e Direcção Geral do Orçamento de Estrado, na altura em que este parâmetros foi introduzido, o relatório não o diz mas o resultado é esses, salientando que imediatamente na conta de gerência seguinte que foi aprovada nesta Assembleia Municipal, esse ajustamento foi feito, como é normal, as inspecções servem para isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Terminamos o período da Ordem do Dia, pelo que finalizamos, damos por finalizado o período de trabalhos da manhã, vamos todos almoçar e vamos marcar já a hora em que iniciamos aqui os trabalhos, às duas e meia da tarde, impreterivelmente, se reiniciam os trabalhos, duas horas e meia. Muito obrigado e bom almoço a todos.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - NESTE PONTO DA AGENDA DE TRABALHOS FOI INTERROMPIDA A SESSÃO, TENDO-SE REINICIADO NOVAMENTE, DEPOIS DE VERIFICADA A EXISTÊNCIA DE QUÓRUM, CERCA DAS CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS.

----- **Presidente da Mesa** – Peço a vossa compreensão para tomarem os lugares, na Assembleia, vamos recomeçar os trabalhos, peço que tomem os vossos lugares, mais uma vez.

----- Deu entrada na Mesa, um requerimento remetido pelos Senhores Presidentes de Junta, solicitando uma alteração à agenda, no que diz respeito à ordem da agenda, vamos por isso submeter ao plenário a autorização dessa alteração. Portanto queríamos colocar no cumprimento deste requerimento, eu passo a lê-lo, “Requerimento - Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, a pedido dos Presidentes de Junta de Freguesia abaixo assinados, venho solicitar a antecipação da votação dos Presidentes de Junta para os vários órgãos a que terão de proceder à votação, hoje, para o momento imediatamente seguinte à

votação do Plano de Actividades e Orçamento”. Portanto o que se passa é que após a discussão e votação do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, passar então para o ponto seguinte que é da exclusiva responsabilidade, iríamos suspender os trabalhos da Assembleia durante quinze minutos, para que os Senhores Presidentes de Junta possam proceder à votação da escolha dos respectivos representantes nos vários órgãos a que têm lugar.--

----- Por isso vamos colocar à Assembleia, a alteração da agenda. Quem vota contra esta proposta de alteração à agenda da Assembleia de hoje, quem vota contra? Força, podes, não, não, deves vir ao microfone, fazes o favor. Sim, mas também é verdade que a Mesa não abriu o período de inscrições

----- **Bruno Velosos** – Fiz logo o sinal mas não abriu o período, mas estou aqui completamente de boa fé e entendo este pedido dos Presidentes de Junta, mas uma vez que houve estes atrasos consecutivos e que de facto ainda faltam algumas pessoas nesta Assembleia, se calhar aquilo que eu proporia era que em vez de haver quinze minutos, que se pudessem fazer já e a gente esperaria mais um bocadinho e agilizava-se já o andamento desta Assembleia se assim o entendessem.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, mas temo que ainda haja falta de muitos Presidentes de Junta, e se calhar não seria curial proceder a essa votação na falta de um numero substancial de Presidentes de Junta, por aquilo que eu estou a ver neste momento, não está aqui um numero muito representativo dos Presidentes de Junta, pelo que eu avançaria com a proposta que é aquela que está no requerimento, que é a colocação dessa votação, com a suspensão dos trabalhos da Assembleia por quinze minutos, para o período imediatamente seguinte à votação, depois da discussão do Plano e Orçamento.

----- Por isso, coloco novamente a questão, quem vota contra? Quem se abstêm? Então aprovada, por unanimidade a alteração à Agenda da Reunião de hoje.

----- Muito bem, seguimos então com o

PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:

PONTO 4.2.1 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I – CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e sete de Novembro do ano de dois mil e nove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010

Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foram presentes as propostas dos documentos acima referidos, para aprovação, tendo feito a apresentação sucinta dos documentos, tecendo as seguintes considerações:

“1. INTRODUÇÃO

O Orçamento Municipal, em termos de previsão de receita, comparativamente ao do ano de 2009, diminuiu 5,88%. Trata-se de um orçamento com tendência de contenção, que deverá promover ajustamentos de sustentabilidade durante o período do mandato autárquico em face do peso relativo que os apoios comunitários vierem a ter e das previsões gerais para a economia do país e seu impacto nas receitas e transferências da administração central.

Endividamento – O endividamento do município junto da banca durante o ano 2009 teve um crescimento de 252.783,00 euros, apesar de se ter contraído um empréstimo de médio e longo prazo, para a construção dos Centros Escolares no valor de 1.500.000,00 euros e iniciado a amortização do empréstimo de curto prazo, para aquisição de 3 autocarros no valor de 482.300,00 euros. Também teve início, o pagamento da dívida bancária transferida da Sociedade BragançaPolis, no valor de 902.241,11 euros.

O esforço no sentido de manter o serviço de dívida em valores baixos tem sido constante, por isso, os limites de endividamento de médio e longo prazo se situam apenas em 48,41% e endividamento líquido regista apenas 38,10% do limite. Numa perspectiva de manter níveis idênticos, durante o primeiro semestre do ano, será contraído um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 1.500.000,00 euros, valor inferior ao previsto nas amortizações, e destinado a contribuir para o pagamento de imobilizado (725.808,76 euros) e compromissos transitados da Sociedade BragançaPolis, no valor de 1.365.94,00 euros.

Ao nível dos recursos humanos, manter-se-á a actual orientação de proporcionar formação, dirigida para as necessidades específicas da organização ao nível interno e externo, incidindo na modernização administrativa e proporcionando respostas mais rigorosas e com diminuição de tempos de espera aos munícipes, processo que será complementado com a reorganização funcional e espacial dos serviços municipais.

A avaliação do desempenho dos trabalhadores, ainda numa fase de aperfeiçoamento, embora já em execução, deverá trazer para a instituição maior mobilização para a concretização dos objectivos com obtenção de melhores resultados. Este processo imperfeito permitirá mais cedo ou mais tarde, a alteração da posição remuneratório dos trabalhadores, conforme a motivação, a qualidade e o empenho no trabalho. Este ano adoptou-se a medida gestonária prevista na LVCR de modo a reforçar a motivação, recompensando o mérito de alguns trabalhadores, promovendo a eficácia, a eficiência e a qualidade na organização, em face do impacto redutor do novo paradigma legislativo, condicionante da evolução nas carreiras. A opção gestonária, só por si não promoverá a justiça remuneratória entre carreiras e categorias, particularmente para os de mais baixas remunerações, uma vez que essa responsabilidade recai no âmbito das competências definidas a nível nacional.

Informática e sistemas – Prevemos durante o mandato e com início em 2010, promover uma reestruturação e modernização dos serviços, com investimento nos edifícios e meios tecnológicos. Os serviços do município recorrem já a um suporte e conjunto abrangente de recursos tecnológicos, base para que no presente mandato ocorra um novo impulso, optimizando infra-estruturas, integrando a informação, disponibilizando-a com mais qualidade e celeridade, tanto internamente como a nível externo.

Ao nível do ensino, a criação do Conservatório de Música e Centro Ciência Viva, as evoluções no Ensino Básico, com aulas a tempo inteiro, actividades de enriquecimento curricular, generalização do serviço de refeições, e a concentração dos alunos envolveram um aumento

significativo nos custos com: pessoal técnico e administrativo; serviço de auxiliares; serviço de refeições; serviço de transportes e apoios sociais, despesas com tendência ainda crescente, e que só serão consolidadas após reordenamento da rede escolar (funcionamento de novos centros escolares e remodelação dos existentes) representam uma melhoria global no sistema de ensino, mas também um acréscimo da despesa corrente. O Conselho Municipal de Educação e os Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas e das três Escolas Secundárias, serão um primeiro nível de envolvimento do município, na reflexão e avaliação tendo em vista uma necessária melhoria global no sistema e que assegure melhores resultados.

A tendência na área social é de envolver recursos crescentes, necessários no apoio às famílias que no quotidiano se deparam com maiores dificuldades geradas pela situação económica, pela exclusão social, pelo envelhecimento, pela desertificação e pela pobreza. A optimização do apoio social envolve a participação do município em várias frentes, nomeadamente na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; no alargamento do Cartão de Múncipe; no Gabinete de Apoio à Família; no Núcleo Local de Inserção; na Rede Social (tendo por base o Plano de Desenvolvimento Social); e no Banco de Voluntariado.

Na área da habitação social, com uma gestão mais desenvolvida, tendo por base o bom trabalho que tem vindo a ser concretizado, vamos actuar em quatro níveis: o primeiro, o da melhoria das condições de conforto e da imagem dos bairros sociais da Coxa e Mãe D'Água (pintura, caixilharia e outras melhorias) e redução de factura energética das famílias; o segundo no apoio através das Juntas de Freguesia à beneficiação das condições habitacionais de famílias carenciadas; o terceiro, a erradicação de barracas; e num quarto nível, no realojamento em fogos vagos e reajustamento das rendas apoiadas, assim como a eliminação parcial, conforme regulamento existente.

No âmbito do planeamento urbanístico, propomo-nos consolidar os instrumentos de planeamento existentes, disponibilizando on-line os elementos essenciais a uma gestão urbanística, transparente e equilibrada, continuando a construir uma cidade moderna, atractiva e respeitadora da sua história e identidade. Ao nível da urbanização destacam-se como prioritários os trabalhos de conclusão das Avenidas General Humberto Delgado e Luciano Cordeiro, o prosseguimento e início dos trabalhos de construção da Ciclovia, da repavimentação de passeios, área em que iniciamos um novo ciclo, adoptando materiais mais

nobres e adequados à consolidação de espaços públicos de elevada qualidade, prosseguindo as orientações dos últimos anos, construindo uma cidade para o futuro.

Ao nível do saneamento básico, nos últimos anos ocorreu uma evolução muito positiva. Passamos de uma situação muito insuficiente para a superação de um objectivo que tinha como meta atingir um índice de atendimento de 90% no âmbito do PEASAR, definido para 2006 e reprogramado para 2011 tendo-se, no município, concretizado com 90,6% na área rural e com cerca de 100% na área urbana. Propomo-nos continuar a investir, na construção de redes de saneamento básico, tendo como única limitação o acesso aos recursos financeiros que vierem a ser disponibilizados pelo QREN, pois consideramos impossível planear a evolução de um concelho descurando questões deste âmbito que se traduzem na qualidade de vida das populações e na defesa do meio ambiente.

No âmbito do ambiente, destacamos três prioridades ao nível do abastecimento de água: a construção da barragem de Veiguinhas, que se assume como prioritária, no sentido de conferir fiabilidade ao sistema no seu conjunto; os elevados níveis da actual qualidade da água para consumo; e a consolidação da gestão em baixa, com o contrato de consumos em todos os subsistemas e consequente adequação do tarifário.

Quanto aos resíduos sólidos urbanos, com um grau de cobertura próxima dos 100%, a orientação é de manter um elevado nível de limpeza urbana, promover a diminuição per capita do lixo produzido (1,24kg /habitante por dia), incrementar a recolha selectiva, conferir maior sustentabilidade e contribuir para a construção da Unidade Industrial de Tratamento Mecânico Biológico, cumprindo objectivos estratégicos do PERSU II para o período 2007/2016, depositando em aterro cerca de 50% do total de RSU contra os actuais 94%.

Ao nível dos espaços urbanos, propõe-se como prioridade a consolidação e a requalificação dos espaços existentes seguindo as políticas e orientações de sustentabilidade da actual gestão em parte transpostas para o Plano Verde e manual de Boas Práticas em Espaços Verdes. A boa imagem de cidade verde, amiga do ambiente, conseguida nos últimos anos deverá ser reforçada.

Fortalecer o apoio ao programa Eco Escolas e reafirmar uma política exigente contra a degradação da paisagem urbana e rural e assegurar a obtenção da bandeira verde ECO XXI, a participação em projectos e iniciativas que valorizem o turismo ambiental e de sustentabilidade, continuarão a ser prioridades para este quadriénio.

Ao nível cultural, conseguido um ciclo de construção de infra-estruturas culturais ímpares (Teatro Municipal, Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Centro de Arte Contemporânea, Graça Morais) e a realização de eventos culturais de referência, Bragança adquiriu uma dinâmica afirmativa, de qualidade, que a colocam no roteiro nacional em termos culturais. Entramos agora num novo ciclo, de consolidação e integração da programação cultural, de fortalecimento de parcerias externas e de reflexão sobre projectos de investimento (equipamentos e projectos de investigação) que venham concluir este ciclo único de construção de infra-estruturas no campo cultural.

Ao nível do desporto, do recreio e do lazer, pretendemos dar maior expressão e consolidação ao investimento já realizado, completando-o com novos equipamentos como seja o Complexo Desportivo do Trinta, a participação na conclusão do Complexo Desportivo de Santa Apolónia e a construção de Ciclovias, assegurando também neste âmbito uma marca bem positiva na gestão municipal. Quanto ao Parque Porta Norte a construir na Quinta da Trajinha, propriedade municipal desde 1998, já com projecto de execução, só será concretizado a curto prazo, se financiado pelo QREN.

Na área das funções económicas, pretendemos incentivar o esforço de investimento para criar condições de acolhimento empresarial que se assumam como uma plataforma de promoção do empreendedorismo, passando pela criação de competências na área da energia e do ambiente, apostando em dois projectos, o Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia, e a rede ECOCITRAS- Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras.

Pretendemos continuar a desenvolver as zonas industriais existentes, Cantarias e Mós/Sortes, incluindo a ampliação, assim como preparar a evolução da plataforma logística do Aeroporto e o desenvolvimento da zona Industrial das Carvas, como forma de divulgar os produtos locais de qualidade, dinamizando o investimento endógeno, e difundindo as potencialidades locais para atrair investimento para a área do município e muito em especial para fixação de jovens que por falta de oportunidades abandonam a região e o país.

A gestão dos transportes e incremento das acessibilidades, leva-nos a considerar esta área de intervenção municipal como prioritária, acompanhando todas as oportunidades de investimento que venham a surgir, com vista à construção e requalificação da rede viária e à construção do Aeroporto Regional.

A colaboração com as Juntas de Freguesia manter-se-á em termos de elevada exigência no que respeita à utilização de apoios financeiros, dada a dificuldade na criação de receitas, o que

obriga a uma criteriosa selecção dos investimentos a apoiar. As transferências de capital contempladas no PAM terão que complementar investimentos, co-financiados pelos recursos próprios das Juntas de Freguesia.

Ao nível da colaboração com as Associações continuamos assumidamente a incentivar o trabalho desenvolvido, indispensável à obtenção de respostas céleres que as comunidades mais fragilizadas necessitam, tendo presente que os apoios de ordem financeira serão direccionados para apoiar iniciativas de forma selectiva, no sentido de viabilizar o que for mais sustentável e necessário em termos sociais, com a certeza de que os apoios deverão progressivamente acompanhar a tendência de diminuição das receitas municipais.”

Após a apresentação dos documentos o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem sobre os mesmos.

Intervenção do Sr. Vereador, José Leonel Branco Afonso:

O Sr. Vereador, apresentou a seguinte declaração de voto:

“Os documentos que sustentam o Orçamento Municipal e o Plano Plurianual de Investimentos, apresentam estrutura sólida e de fácil leitura.

Todavia, enformam aquelas que são as prioridades e a visão estrutural e política da maioria que tem liderado o Município nos últimos 12 anos, da qual nos demarcamos em vectores fundamentais que se prendem com a macro estrutura organizacional da vida do concelho.

Por outro lado, considero que o presente Orçamento, embora com uma diminuição de 5,8%, em valores absolutos, comparativamente ao apresentado em 2008, não reflecte uma consequência preocupação na redução da despesa, como forma de tornar mais consequente a maximização da utilização das receitas.

Assim, por considerar os documentos em apreço, não sustentam:

- Investimentos em projectos de construção de habitação social, sustentáveis e com cariz integrador;
- Programas efectivos de captação de investimentos capazes de gerar riqueza, fixar população e gerar empregabilidade;
- A criação e desenvolvimento de um complexo desportivo municipal amplo, dotado de valências diversificadas de treino e competição, centro de estágios e infraestruturas polivalentes;

- O desenvolvimento de políticas conducentes à promoção de eventos de sustentabilidade que afirmem a importância e a capitalidade de Bragança;
- A revitalização efectiva do centro urbano como forma de consolidar e reestruturar o centro cívico da cidade, promovendo a identidade bragançana;
- A melhoria das condições de circulação para peões e veículos, bem como a promoção das necessárias condições de segurança em diversos pontos críticos, designadamente através do redimensionamento de cruzamentos e alteração de cruzamentos intercepções;
- Aposta firme no tratamento de afluentes das redes de saneamento básico na área rural do concelho.

Voto contra a presente proposta de Plano e Orçamento para 2010.”

Intervenção do Sr. Vereador, Rui Afonso Cepeda Caseiro Caseiro:

“Voto favoravelmente, pois, as grandes opções do Plano e o Orçamento para 2010, reflectem um conjunto de actividades e projectos considerados prioritários que dão respostas as necessidades da população brigantina e que foram objecto de avaliação pelos munícipes nas ultimas eleições autárquicas.

São alocados os recursos financeiros disponíveis perante um cenário real de redução de receitas, implicando uma gestão rigorosa dos meios.

Regista-se uma preocupação no controle das despesas correntes e um direccionamento de receitas correntes para investimento.

Contempla-se o aumento de recursos humanos e também o mérito do desempenho dos trabalhadores foi considerado através da afectação de uma verba significativa por intermédio da opção gestonária que permite a alteração do posicionamento remuneratório a vários trabalhadores.”

Intervenção da Sra. Vereadora, Maria de Fátima Gomes Fernandes:

“O PPI é um Plano coerente com orientações precisas e específicas que concretizam objectivos delineados face a uma conjuntura de crise social.

Traduz uma política de transparência, rigor e realista face aos conditionalismos impostos pela situação económica e social sentida.”

Intervenção do Sr. Vereador, Hernâni Dinis Venâncio Dias:

“ O presente documento, apesar de todas as dificuldades provocadas pela conjuntura económica nacional e internacional e que obriga a que o investimento seja menor, traduzido na diminuição das receitas, que exigirá maior rigor, contém e reflecte, no entanto, as principais

acções dentro da estratégia de desenvolvimento pretendida e pensada pela maioria do Executivo Municipal.

Assim e porque entendo que as acções/actividades nele contidas contribuirão para o progresso e bem estar dos cidadãos do Concelho de Bragança, voto favoravelmente.”

De seguida procedeu-se à votação dos documentos – Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Actividades Municipais; Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o Ano de 2010, tendo sido aprovados, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias e dois votos contra dos Srs. Vereadores, Humberto Francisco da Rocha e José Leonel Branco Afonso, relativo aos documentos, Plano Plurianual de Investimento; Plano de Actividades Municipais, e Orçamento Municipal, sendo o Mapa de Pessoal, aprovado, por unanimidade, dos membros presentes.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros, presentes, submeter as propostas dos documentos para aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) e o), do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do disposto nos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de Fevereiro, e em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 30 de Novembro de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO/ANO 2010

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Boa tarde para todos, para o Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhores Deputados, Presidentes de Junta. Ainda antes de passar à apresentação do Orçamento e Plano Plurianual de Actividades, queria dar nota de algumas actividades que decorreram neste período, que por lapso meu não salientei, a Semana de Mobilidade Europeia, a Semana Europeia de Mobilidade em que Bragança participou. Ligada a este processo para se pôr num projecto europeu assinado move together em que foi a única cidade Portuguesa que participou nesse projecto conjuntamente com mais meia dúzia de cidades europeias, fez-se recentemente, parece-me, é uma competência da Autarquia, hoje, que é o reconhecimento de fronteira, enfim, um processo que se ultimou agora conjuntamente com os restantes municípios espanhóis.....

----- Também dar uma nota de que recentemente num estudo que tem o título “Portugal nos Alvores do século XXI”, que envolve um conjunto de seis publicações e uma delas é o papel das cidades no desenvolvimento de Portugal. Numa das páginas, pagina duzentos e cinquenta trás o seguinte título, “As cidades desenvolveram-se, diferenciaram-se e ganharam identidade”. Bragança é um dos casos que vale a pena reter, a fotografia é já um bocadinho antiga, mas deixar essa nota, é um livro que está à venda.

----- Também um referencia recente à evolução de aspectos relacionados com a vida cultural na cidade no interior do País em que a Senhora Ministra numa das, talvez suas primeiras entrevistas feita à revista Visão deu o exemplo de boas surpresas no interior do País, como o caso de Bragança. De vez em quando é preciso que os bons exemplos também sejam apreciados de fora, vão sendo registados pela nossa parte, portanto, numa atitude menos deprimente e mais positiva.....

----- Relativamente às opções do Plano de Actividades ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos, passar alguns, alguns, algumas imagens e depois farei leitura mais detalhada de, embora sintética de algumas partes explicativas que já constam, os Senhores Deputados já dispõem.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA



Grandes Opções do Plano e Orçamento

- 2010 -

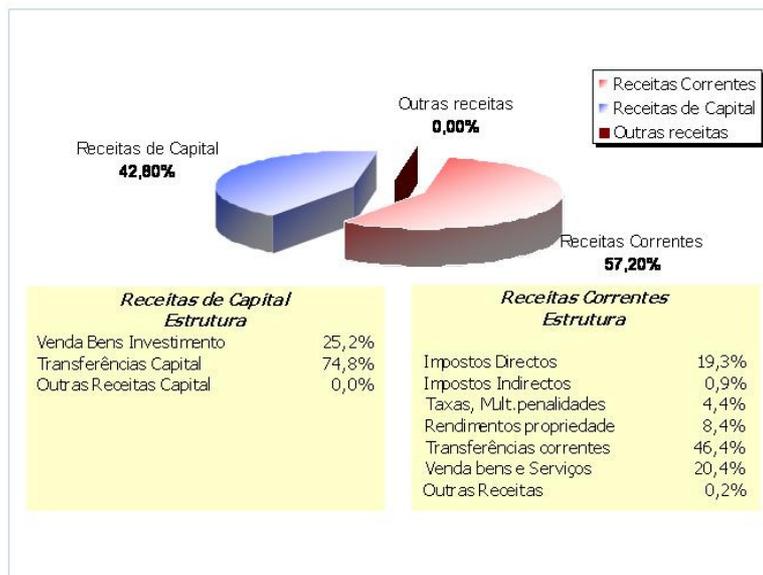
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

25



PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DA RECEITA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

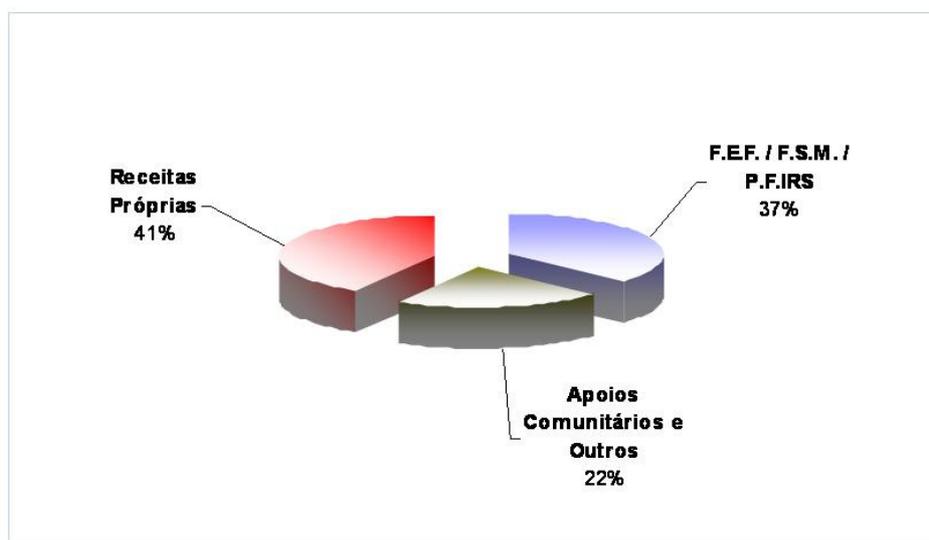
18 de Dezembro de 2009

26

----- O Orçamento relativamente a 2009 tem uma diminuição de receitas e despesa de 5,88%, estamos com uma receita de capital de 42,8%, receita corrente de 57,2%, outras receitas, não têm expressão. A estrutura das receitas de capital e a estrutura das receitas correntes está indicada.....



ESTRUTURA DO ORÇAMENTO RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

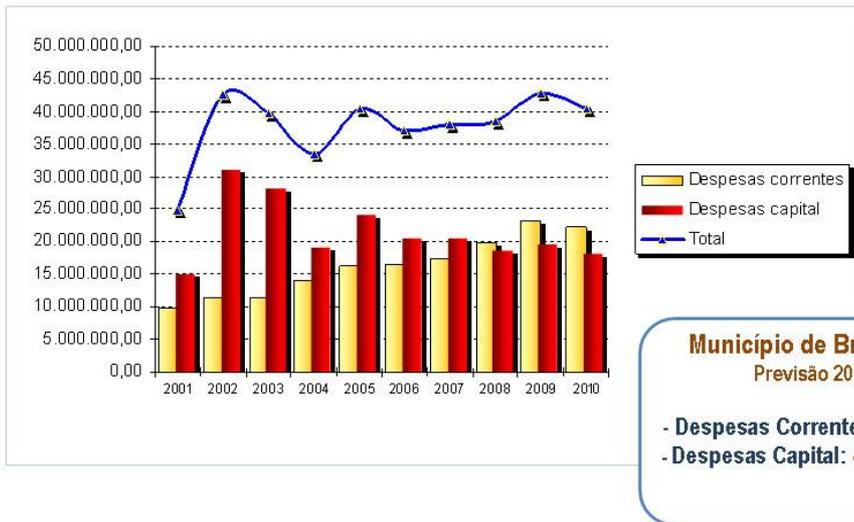
18 de Dezembro de 2009

27

----- Em termos das receitas próprias estamos com 41%, de Apoios Comunitários com 22%, participação no FEF 37%, portanto o valor da previsão de receitas de Fundos Comunitários é ainda significativa no Orçamento, 22% tem peso. No momento em que esta receita terminar, o Orçamento tenderá a baixar. Há um gráfico de evolução das receitas, da despesa de capital, da despesa corrente e da despesa total, portanto estamos com uma ligeira quebra, previsão de quebra em 2010, creio que 2011 a quebra será mais significativa porque as transferências do FEF que serão indexadas o ano é de menos dois, neste caso será 2009, como há uma quebra muito significativa nas receitas de IRS, IVA e impostos sobre impostos petrolíferos, IRC, evidentemente que vamos ter uma quebra nestas transferências.



EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA 2001-2010



Fonte: Boletim de Out. da DGO

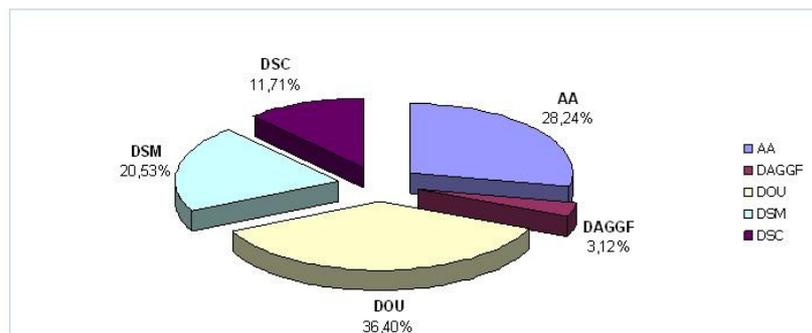
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

28



DESPESA GLOBAL POR DEPARTAMENTO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

29

----- Temos a repartição das receitas pelos principais sectores do município: Departamento de Serviços Municipais, Departamento Sócio/Cultural, Administração Autárquica, Administração Geral e Gestão Financeira, Departamento de Obras e Urbanismo.



PROECÇÃO ESTIMADA DA DÍVIDA E ENCARGOS PARA 2010



Descrição	Ano de 2009			Ano de 2010		
	Dívida (01.01.2009)	Amortizações	Dívida (31.12.2009)	Dívida (01.01.2010)	Amortizações	Dívida (31.12.2010)
Empréstimos contraídos até 31.12.2008	9.794.763	1.663.163	8.131.600	8.131.600	1.116.625	7.014.975
Empréstimos contratados durante o ano de 2009	MLP 0	0	1.915.946	1.915.946	415.946	1.500.000
TOTAL	9.794.763	1.663.163	10.047.546	10.047.546	1.532.571	8.514.975

Ano de 2009	valor (euros)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.889.833,41
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	18.898.334,13
Limite ao endividamento líquido	23.622.917,66

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

30

----- A estrutura do endividamento, dívida de médio e longo prazo, empréstimos contraídos, limites de endividamento de curto prazo, médio prazo e longo prazo, portanto como é sabido estamos com valores relativamente baixos, relativamente aos limites máximos previstos, eles estão explicados no texto.



LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL - 30/09/09 -



48,41% do limite legal:
18.898.334,13 euros

38,10% do limite legal:
23.622.917,66 euros

Designação	Montante (euros)
Endividamento bancário de curto prazo	121.454,70
Capital em dívida de médio e longo prazos	9.496.658,30
Endividamento líquido	9.392.858,26
Contribuição do sector empresarial local para o endividamento bancário de médio e longo prazos	1.500.118,10
Contribuição do sector empresarial local para o endividamento líquido	1.455.733,04
Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	1.848.509,26
Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	9.148.267,14
Endividamento líquido a considerar	9.000.082,04

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

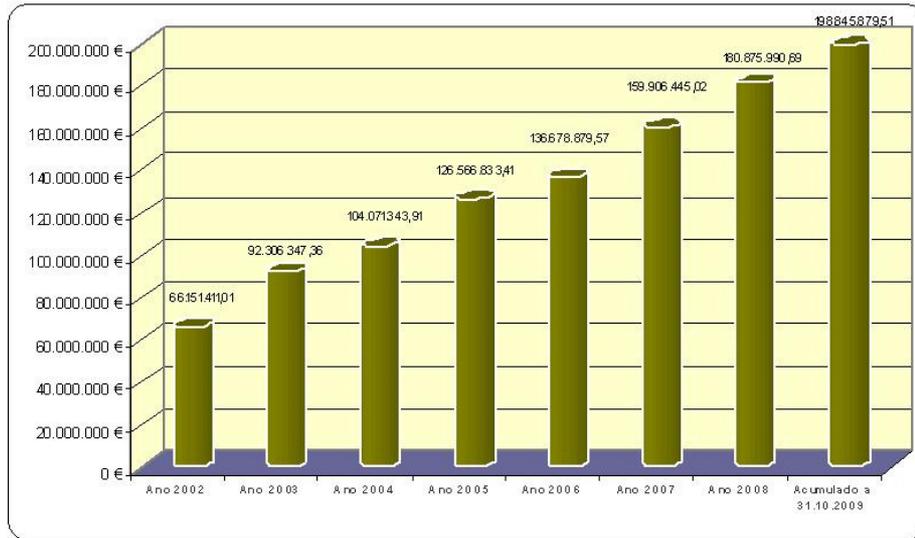
31

...

----- Estão aqui indicados também, respectivamente para limite legal para endividamento legal de médio e longo prazo, 48,4%, limite de endividamento líquido de 38,10%. Saliento que estes limites, quando na ultima Lei de Finanças Locais foram reduzidos em 50%, limites globais para os municípios, portanto significa que os municípios a nível Nacional tem estado a dar um contributo importante, digamos para o controle do défice, contrariamente a outros sectores da Administração Pública.



EVOLUÇÃO DO ACTIVO FIXO BRUTO DO MUNICÍPIO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

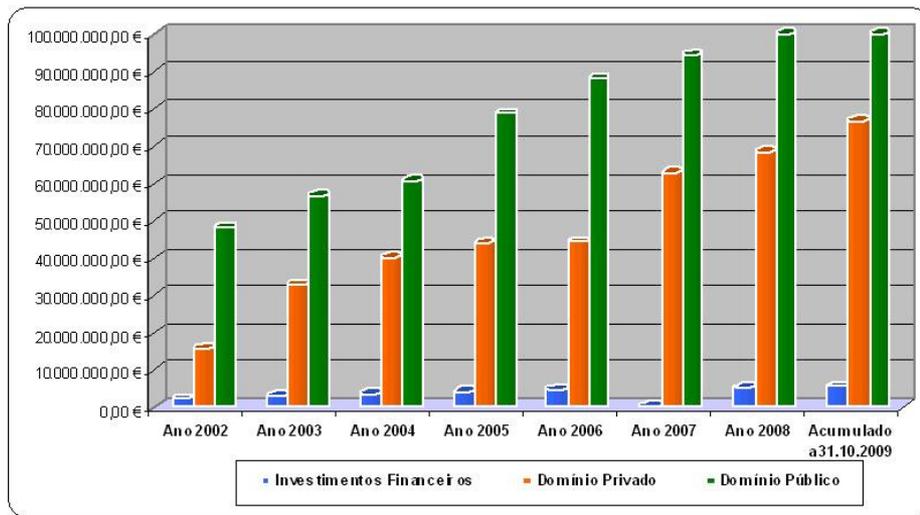
18 de Dezembro de 2009

32

----- Temos este gráfico indicativo da evolução do activo fixo do município, também com uma evolução muito positiva, fruto de um bom ciclo de investimento que marcam um ciclo de gestão de forma clara, temos os valores acumulados a 31 de 10 de 2009, desde esta data até Dezembro de 2009, haverá ainda algum acréscimo adicional de registos patrimoniais de bens municipais.



EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO BRUTO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

33

----- Temos o activo desagregado entre o que é, são investimentos financeiros, investimentos do domínio activo do domínio privado e do domínio público, é nessas três categorias que se divide.....



EVOLUÇÃO DO RECURSOS HUMANOS 2004-2009



	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<35	57	58	55	51	54	57
De 35 até 54	250	254	246	248	245	244
> 54	89	94	93	90	89	77
Total	396	406	394	389	388	378



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2009

34

...

----- Temos uma evolução relativa aos recursos humanos também, desde 2004 a 2009, qual é a estrutura dos recursos humanos. Passadas estas notas breves. Na Certidão que foi distribuída aos Senhores Deputados, fala-se qual é a situação do endividamento, pela qual já passamos. A nível de recursos humanos a política é de manter uma orientação de proporcionar formação dirigida às necessidades específicas da organização ao nível interno e externo, incidindo na modernização administrativa e proporcionando respostas mais rigorosas e com diminuição de tempos de espera aos munícipes, processo que será complementado com a reorganização funcional e espacial dos serviços municipais, é um objectivo inscrito no Plano de Actividades e no Orçamento.....

----- A Avaliação de desempenho dos trabalhadores ainda numa fase de aperfeiçoamento, embora já em execução, o nosso município faz, desencadeia o processo de fixação de objectivos e avaliação de resultados de uma forma já, não digo fácil, que não é fácil, mas relativamente, enfim, já o faz, ao contrário de instituições que ainda não estão nesse processo. O objectivo é naturalmente melhorar a satisfação e o desempenho dos trabalhadores e os resultados da instituição. Este ano adoptou-se uma medida gestionária, prevista na Lei de vínculos e carreiras, de modo a reforçar a motivação, recompensando o mérito de alguns

trabalhadores, promovendo eficácia, eficiência e a qualidade na organização em face de um impacto digamos mais redutor do novo paradigma legislativo que condiciona a evolução nas carreiras. Portanto este processo permitirá antecipar em média três, quatro anos o progresso dos trabalhadores que reúnem condições para esse efeito. A opção gestonária só por si não promoverá certamente a justiça remuneratória entre carreira e categorias, particularmente para as de mais baixas remunerações, há carreiras e categorias de baixíssima remuneração na administração pública, no meu ponto de vista, uma vez que essa responsabilidade recai no âmbito das competências definidas ao nível da administração central.

----- Ao nível de informática e sistemas, prevemos durante o mandato e com início em 2010, promover uma reestruturação e modernização dos serviços, com investimento nos edifícios e meios tecnológicos. Os serviços do município recorrem, já a um suporte e conjunto abrangente de recursos tecnológicos, base para que no presente mandato ocorra um novo impulso, otimizando infra-estruturas, integrando a informação, disponibilizando-a com mais qualidade e celeridade, tanto interna como externamente.

----- Ao nível do ensino, com a criação do Conservatório de Música, Centro de Ciência Viva, as evoluções que ocorreram no ensino básico, com as aulas a tempo inteiro, actividades de enriquecimento curricular, generalização de serviços de refeições, concentração de alunos que envolveram aumento significativo de custos, com pessoal técnico, administrativo, serviços auxiliares, serviço de refeições, serviço de transportes e apoios sociais, despesas com tendência ainda crescente, não são despesas consolidadas ainda e que só serão consolidadas após reordenamento da rede escolar, funcionamento de novos Centros Escolares, remodelação de outros centros existentes e que é necessário, nos quais é necessário intervir, representando uma melhoria geral do sistema de ensino, representam também um aumento da despesa corrente.

----- O Conselho Municipal de Educação e os Conselhos Gerais, os três Agrupamentos de Escolas e das Escolas Secundárias não agrupadas, será um primeiro nível de envolvimento do Município na reflexão e avaliação tendo em vista uma necessária melhoria global no sistema, e que assegure melhor resultados.

----- A tendência prevista na área social é de envolver recursos crescentes necessários no apoio às famílias, que no quotidiano se deparam com maiores dificuldades geradas pela situação económica, pela exclusão social, pelo envelhecimento, pela desertificação e pela pobreza, optimização do apoio social envolve a participação do município em varias frentes,

nomeadamente na omissão de Protecção de Crianças e Jovens, no alargamento do Cartão do Múncipe, no Gabinete de Apoio à Família, no Núcleo Local de Inserção, na Rede Social, tendo por base o plano de desenvolvimento social e no Banco Voluntariado.....

----- Na área da habitação social, com uma gestão mais desenvolvida, tendo por base o bom trabalho que tem vindo a ser concretizado, vamos actuar em quatro níveis, o primeiro, o da melhoria das condições de conforto e da imagem nos bairros sociais, respectivamente da Coxa, da Mãe D'Água, Previdência, com vista à melhoria de conforto e redução de factura energética, o segundo nível no apoio através das Juntas de Freguesia, beneficiando as condições habitacionais de famílias carenciadas e o terceiro com erradicação de barracas e um quarto nível de realojamento em fogos vagos e reajustamento de rendas apoiadas, processo que iniciaremos proximamente.

----- No âmbito do Planeamento Urbanístico, propomo-nos consolidar os instrumentos de Planeamento existentes, disponibilizando-os on-line, disponibilizando on-line os elementos essenciais a uma gestão urbanística transparente e equilibrada, continuando a construir uma cidade moderna, atractiva, respeitadora da sua história e identidade.....

----- Ao nível de urbanização destacam-se como prioritários os trabalhos de conclusão da Avenida General Humberto Delgado, Luciano Cordeiro, prosseguimento e inicio dos trabalhos de construção de Ciclovia, repavimentação de passeios, área em que iniciaremos um novo ciclo, adoptando materiais mais nobres e adequados à consolidação de espaços públicos de elevada qualidade, prosseguindo as orientações dos últimos anos, construindo um município com futuro e de sustentabilidade crescente.

----- Ao nível do saneamento básico, nos últimos anos ocorreu uma evolução claramente positiva, passámos de uma situação de grande insuficiência para a superação de um objectivo que tinha como meta atingir um índice de atendimento de 90%, no âmbito do PLVAR, é definido para 2006 que foi reprogramado pelo governo para 2011, tendo, no nosso município, sido concretizados 90,6% na área rural e cerca de 100% na área urbana. Ainda assim, atingidos estes níveis, propomo-nos continuar a investir na construção de redes de saneamento básico, tendo como única limitação, quando falo no saneamento básico falo na construção de novas redes mas também na substituição de alguns sistemas de tratamento que carecem de modernização. Temos como limitação, o acesso aos recursos financeiros que vierem a ser disponibilizados pelo QREN, pois consideramos absolutamente impossível planear a evolução

do Concelho, decorando questões neste âmbito, nas receitas, mas também da resolução de aspectos essenciais na qualidade de vida das populações na defesa do meio ambiente.

----- No âmbito do ambiente também destacamos três prioridades: ao nível do abastecimento de água, a construção da barragem de Veiguinhas se assume como prioritária no sentido de conferir fiabilidade ao sistema no seu conjunto, os elevados níveis de qualidade actual de água para consumo, continuar a manter esse padrão de elevada qualidade; a consolidação da gestão em baixa com o contrato de consumos em todos os subsistemas e consequentemente adequação do tarifário.

----- Quanto ao resíduos sólidos urbanos, com um grau de cobertura próxima dos 100%, a orientação é de manter um elevado nível de limpeza urbana, promover a diminuição per capita do lixo produzido, incrementar a recolha selectiva, conferir maior sustentabilidade e contribuir para a contribuição da unidade de tratamento, unidade industrial de tratamento mecânico/biológico cumprindo objectivo estratégicos do PAZAR II, pelo período 2007/2016, depositando cerca de 50% do total dos resíduos sólidos urbanos em aterro em vez dos actuais 94%. --

----- Ao nível dos espaços urbanos propomo-nos como prioridade consolidar e requalificar os espaços existentes, seguindo as políticas e orientações de sustentabilidade da actual gestão, em parte transpostas para o Plano Verde, e manual de boas praticas em Espaços Verdes, que distribuiremos aos Senhores Deputados na Assembleia de Fevereiro e que ficará disponível aos cidadãos através site da Câmara, no sentido de ajudar a construir também os espaços privados com sustentabilidade, a boa imagem de cidade verde, amiga do ambiente, conseguida nos últimos anos deverá ser reforçada.....

----- Fortalecer o apoio ao programa Ecoescolas, reafirmar uma politica exigente contra a degradação da paisagem urbana e rural, assegurar a obtenção da Bandeira Verde Eco21, continuar a assegurar a participação em projectos de iniciativa que valorizem o turismo ambiental e de sustentabilidade, continuarão a ser prioridades para este quadriénio.

----- A nível cultural, conseguido um ciclo de construção de infra-estruturas culturais, impares, o Teatro Municipal, Biblioteca Municipal, Biblioteca Adriano Moreira, Museu Ibérico da Mascara do Traje, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais e a realização de eventos culturais de referencia, Bragança adquiriu uma dinâmica afirmativa de qualidade que a colocam no Roteiro Nacional em termos culturais.....

----- Entramos agora num novo ciclo de consolidação e integração da programação cultural, de fortalecimento de parcerias externas e de reflexão sobre projectos de investimento, equipamentos e projectos de investigação, que venham concluir este ciclo único de construção de infra-estruturas no campo cultural.

----- Ao nível do desporto, do recreio e do lazer, pretendemos dar maior expressão e consolidação ao investimento já realizado, completando com novos equipamentos, como sejam o complexo desportivo do Trinta, a participação na conclusão do complexo desportivo de Santa Apolónia, a construção de Ciclovias, assegurando também neste âmbito uma marca positiva, na gestão municipal conforme previsto na Agenda 21 Local, quanto ao Parque Porta Norte, a construir na Quinta da Trajinha, propriedade municipal desde 1998, já com projecto de execução feito, só será concretizado a curto prazo se co-financiado através do QREN.

----- Na área das funções económicas, pretendemos incentivar o esforço de investimento para criar condições de acolhimento empresarial, que se assumam como uma plataforma de promoção do empreendedorismo, passando pela criação de competências na área de energia e do ambiente, apostando em dois projectos, Bigantia Ecopark, Parque de Ciência e Tecnologia e a Rede EcoCitras, Rede de Cidades Ecológicas Inovadoras.....

----- Pretendemos continuar a desenvolver as zonas industriais existentes, Cantarias e Mós de Sortes, incluindo a ampliação, assim como preparar a evolução da plataforma logística do aeroporto e o desenvolvimento da zona industrial das Carvas como forma de divulgar os produtos locais de qualidade, dinamizar o investimento endógeno, difundindo potencialidades locais para atrair investimento para a área do município e muito em especial para a afixação de jovens que por falta de oportunidades vão abandonando a região e o País.

----- Quanto à gestão de transportes, incremento das acessibilidades, leva-nos a considerar esta área de intervenção municipal como prioritária, acompanhando todas as oportunidades de investimento que venham a surgir com vista à construção e requalificação da rede viária municipal, onde, como já citei, estamos a tentar desenvolver algumas candidaturas a apoios comunitários, assim como de encontrar enquadramento financeiro para concretização do aeroporto Regional.

----- Colaboração com as Juntas de Freguesia, manter-se-á em termos de elevada exigência no que respeita a utilização de apoios financeiros, dada a dificuldade na criação de receitas a que obriga a uma criteriosa selecção dos investimentos a apoiar. As transferências de capital

contemplados no PAM, terão que completar investimentos co-financiados pelos recursos próprios das Juntas de Freguesia.

----- Ao nível da colaboração com as Associações continuaremos assumidamente a incentivar o trabalho desenvolvido, indispensável à obtenção de respostas céleres, que as comunidades mais fragilizadas necessitam, tendo presente que os apoios de ordem financeira são direccionados para apoiar iniciativas de forma selectiva, no sentido de viabilizar o que for mais sustentável e necessário em temas sociais, com a certeza de que os apoios deverão progressivamente acompanhar a tendência de diminuição previsível ao nível da receitas municipais.

----- De traços gerais, era este o enquadramento que eu tinha para apresentar aos Senhores Deputados.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Presidente. Estão abertas inscrições para pedidos de esclarecimento. Registamos apenas três inscrições para pedidos de esclarecimentos. Tem a palavra o representante do Partido Socialista, Deputado Pires, é o primeiro inscrito.

----- **Luís Pires** – Muito boas tardes a todos. Como estava a falar aqui à beirinha, aproveitar este momento para desejar a todos umas Boas festas, que o próximo ano seja melhor que este, com muita saúde para todos vocês e para as vossas famílias. Espero que o almoço tenha corrido bem, eu já sabia que aquilo ia estar salgado, porque se vocês virem a mesa do Senhor Presidente está cheio de garrafas de água desde de manha, portanto já havia ali algum problema que indiciava excesso de sal.

----- Eu vou fazer apenas duas perguntas muito rápidas, e é o seguinte, eu não sei se vocês têm conhecimento, há um documento que entre o diagnostico, o plano de acção, o plano de sustentabilidade que é feito no âmbito da Agenda 21, existe na Câmara Municipal, é uma pena que ele venha sendo divulgado às pinguinhas aqui na Assembleia, mas é um documento se vocês o imprimirem dá quase três resmas de papel, é um documentos muito bem feito, e eu gostava nesse sentido também de perguntar à Câmara Municipal, quais os montantes envolvidos na execução desse documento, qual foi o dinheiro gasto para produzir um documento desses. É uma curiosidade também, porque acho realmente que o documento está bem feito, é pena depois é que a convergência entre aquilo que lá está e aquilo que seja plasmado aqui no plano de acção, ou aliás no Plano e Orçamento da Câmara Municipal, não tenha uma convergência plena. Fazia-lhe também essa pergunta, qual seria na sua óptica, um

valor de taxa de convergência entre o plano de acção que lá tem e o plano de sustentabilidade que eu acho que não podem ser dissociados, e este plano que aqui nos apresenta, até porque há coisas interessantes, o Presidente hoje falou aqui, houve varias pessoas que abordaram o tema, que tem a ver com a Ciclovía, é que se o que está no plano for seguido à risca, o Senhor Presidente vai ter de esquecer as Ciclovias, porque os índices de aconselhamento relativamente a declives, não há nenhum em Bragança que seja passível de integrar naquela tabela que lá aparece, porque os declives aqui são todos muitos maiores, portanto, ou pomos um sistema teleféricos ou então a coisa vai ser complicada.

----- Já gora e uma nota que eu aproveito também é que, Bragança Ecocidades, centralidade, documento não sei de quantas páginas, impresso apenas de uma lado, meus caros amigos isto é um mau indicio, muito obrigado, é só.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o representante da CDU, Senhor José Brinquete.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, boa tarde a todos. Nós estamos a discutir três documentos ou quatro, portanto temos aqui um pacote de documentos e todos eles muito importantes. Eu, neste período de informações e de esclarecimentos, até porque o tempo não permite dedicar-me a muito mais, que também mereciam atenção, vou dizer alguma coisa sobre o tema que o Senhor Presidente da Câmara iniciou, ou seja sobre o pessoal e o Mapa de Pessoal e começava por esclarecer que, para nós, para a CDU e para o PCP, “defendemos como princípios basilares

----- Uma melhor gestão dos recursos humanos.....

----- O aproveitamento de todos os trabalhadores ao serviço do Município, *aqui ou em qualquer outro Município, mas estamos a falar de Bragança*.....

----- *Mas concretamente em relação ao*

----- **SIADAP**

----- A CDU denuncia a legislação actual, aprovada pelo Governo PS, com o silêncio e conivência do PSD, *porque senão, como é natural, o PS teria tido muitas dificuldades em fazer passar esta legislação. Eu sou daqueles que penso que a maior parte dos trabalhadores da Administração Local ainda não têm plena consciência do que lhes vai acontecer no futuro e do que lhe fizeram. Dou só alguns dados:*.....

----- *Com o SIADAP*

----- Acabaram com as Carreiras.....

----- Acabaram com as Categorias

----- Acabaram com os Concursos. *Isto diz logo da profundidade desta reforma.....*

----- Tudo ficou dependente *de um palavrão que é a Avaliação de Desempenho – SIADAP*

----- *Assim, em palavras simples podia dizer que o trabalhador, a partir de agora, terá que contar com o “aumentozinho” que lhes queiram dar, e já vamos ver o que é.*

----- Depois tem de estar mais de 10 anos para subir o escalão na carreira para receber, diz a Lei, mais ou menos 28 euros.....

----- *Mas entretanto reparem, se um trabalhador tem um ou dois anos de Bom mas há um ano em que a chefia lhe dá zero, então tem que ficar mais um ano a “marcar passo” (necessita de desenvolvimento, diz a Lei)mas depois podem também não lhe darem as tarefas para esse desenvolvimento, neste caso, se ficar um ano, poderá precisar de 11 anos para subir de escalão.....*

----- Por outro lado deixaram nas mãos dos Presidentes, *e neste caso do nosso Presidente*, para todos os anos fazer aquilo a que chamam a opção gestionária, que será: dar mais umas “migalhas”, colocando no Orçamento o valor que entender.

----- O que é a opção gestionária? = o trabalhador que tenha 5 anos de bom passa de escalão. Porém, até pode ser que o dinheiro orçamentado não chegue para todos e parece-me que é o que acontece aqui com a proposta que temos em debate.

----- Exemplo de Bragança

----- No ano de 2009 o Presidente da Câmara tinha a possibilidade de usar esta figura jurídica da opção gestionária, mas não o fez, porque não achou útil provavelmente, em nosso entender prejudicou seriamente o rendimento dos trabalhadores

----- Na proposta para 2010 estão Orçamentados 80 mil euros, que na realidade são só 64 mil euros, uma vez que lhe são retirados 20% para a Segurança Social e, que irão abranger, somente, cerca de 50% dos 161 trabalhadores que reúnem condições.

----- *E reparem, se o Senhor Presidente tivesse utilizado a opção gestionária em 2009 os trabalhadores tinham tido a oportunidade de receber mais no ano de 2009 e agora já tinha menos trabalhadores dentro do escalão da opção gestionária. Agora quantos têm? Diz também o relatório que tem cento e sessenta e um trabalhadores para reunirem essas condições. Então quer isso dizer que os oitenta mil euros, que não são oitenta mil euros, são só sessenta e quatro mil euros não vão chegar para metade, nem para cinquenta por cento. Também há a possibilidade depois, a Lei tem alguns critérios muito complicados, vai quase até*

à décima, das pontuações, de decidir, ou o orçamentado fica só para estes trabalhadores ou fica só para aqueles.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Deputado, eu lamento ter de o interromper, tratava-se de um pedido que era considerado como intervenção.....

----- **José Brinquete** – Não, não, é um pedido de esclarecimento. O assunto é complicado, não acham? É preciso perceber. “Algures na pág. 51, fala-se em todas as carreiras do regime geral e das carreiras subsistentes mas, quando se apresenta o quadro da distribuição das verbas menciona-se, apenas, as carreiras do regime geral. A pergunta é a seguinte: quanto cabe a estes trabalhadores e onde está a orçamentação? Ou será que está escondida?

----- Algures na pág. 49, refere-se que não estão verbas orçamentadas para pessoal que complete os tais 10 pontos. A pergunta é a seguinte: como resolver as situações daqueles que completam os 10 pontos, com avaliação atribuída em 2009? Ou será que esses trabalhadores passam a ser menos bons só para não atingirem esse objectivo?

----- **Será com este tipo de política que o senhor Presidente pretende motivar os trabalhadores?**.....

----- A posição da CDU e do PCP sobre esta matéria é muito clara e, é a seguinte:

----- *Achamos que* enquanto esta tenebrosa e macabra *lei* não for destruída, *em termos democráticos* leia-se - não for revogada - todos os trabalhadores em condições devem ser contemplados. E como resolver o assunto? Garantindo que a entidade dê a garantia e orçamente a verba adequada.

----- Porquê? Porque **pensamos que os trabalhadores merecem melhor tratamento!**.....

----- O eleito da CDU, José Brinquete”tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Peço desculpa pela interrupção quando estava a fazer o seu pedido de esclarecimentos, mas parecia mais uma intervenção do que um pedido de esclarecimento, mas, muito obrigado, com certeza.

----- A Mesa dá a palavra agora à Doutora Ana Cláudia Guedes de Almeida, em representação do CDS/PP, tem a palavra.

----- **Ana Cláudia** – Bom, antes de mais e por uma questão de princípio e não querendo ser a ovelha negra aqui da Assembleia, agradeço francamente o almoço de Natal, mas não seria coerente com os meus princípios, se não protesta-se o facto de não ser cada um a pagar o almoço, porque eu fui a única que votei contra o facto de não se dispensar a cobrança dos 5% e também manifestei contra a falta de redução das taxas do IMT, por isso acho que, eu

agradeço, fui, estava a contar pagar, mas sempre que se repita, não me vejam como ovelha negra, mas não irei por esta razão, por estes princípios que acho que me devo pautar, não voltarei a estar no almoço de Natal.

----- Quanto ao pedido de esclarecimentos, eu gostaria de folhear os dois documentos que o Senhor Presidente... ..

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa à Assembleia... ..

----- **Ana Cláudia** – É um direito, é uma opinião pessoal, portanto, sou eu que estou a dizer que não vou.....

----- Quanto, quanto aos documentos que foram enviados para apreciação, eu só gostaria de, ponto a ponto, ir fazendo algumas perguntas, nomeadamente no documentos do Plano Plurianual, de análise e discussão dos documentos provisionais.... ..

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, peço que haja silêncio na sala enquanto está a Senhora Deputada no uso da palavra.

----- **Ana Cláudia** – Quanto ao endividamento eu perguntava directamente, ao Senhor Presidente da Câmara, se está aqui consagrado a verba da compra do estacionamento da Praça Luís de Camões, ou melhor, dos estacionamentos BragaParques, porque ao que se sabe, esses estacionamentos são municipais, ainda estão por pagar, qual é a previsão orçamental para o pagamento, para a regularização ainda dessa dívida?

----- Depois quanto à informação, quanto ao nível dos recursos humanos, subscrevo o dito pelo Membro da Assembleia da CDU.

----- Quanto à informática e sistema, aqui mais do que uma pergunta de esclarecimento é uma questão de conhecimentos prático da realidade, esperamos, francamente, que a Câmara Municipal saiba aproveitar as plataformas informáticas que são dadas pela Agencia da Modernização Administrativa e não entre ou não tenha a tentação de entrar num mercado desenvolvido por várias empresas, nomeadamente no que concerne à obrigatoriedade de as Câmaras Municipais de terem uma plataforma informática, nomeadamente para efeitos de cumprimentos dos Códigos de Contratos Públicos.....

----- Como sabem todas as adjudicações, todos os concursos obrigam à certificação e à inscrição numa plataforma, devo dizer que é do conhecimento publico que a plataforma da Agencia da Modernização Administrativa desde que as pessoas que se vão responsabilizar pelos concursos tenham o Cartão do Cidadão, apenas pagam 12,50€ pela certificação da assinatura e se forem pela Vortal, 150€ não chegam para o processo só de certificação da

assinatura, o mesmo para o portal RJUE, nomeadamente no que diz respeito, que é um dos pontos também da vida da actividade do município, da Modernização Administrativa, nomeadamente a celeridade dos procedimentos de controle de operações urbanísticas, o mesmo se diga quanto ao portal RJUE que tem comparticipação estadual.....

----- Depois aqui no âmbito do planeamento urbanístico eu perguntava directamente ao Senhor Presidente, como é que estamos em relação ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação? Nomeadamente se ele já foi adaptado às alterações introduzidas pela Lei 60 de 2007, que entrou em vigor em Fevereiro de 2008. E isto porque? Porque foi previsto um novo tipo de procedimento de controle de operações urbanísticas, nomeadamente comunicações prévias, e eu gostaria de saber se já foi feita essa adaptação porque se não foi, ou os munícipes estão a pagar sem saber que devem estar a pagar, porque só podem pagar aquilo que está previsto em regulamento e se não estiver em regulamento, estão a pagar ilegalmente, ou então se já foi revisto e portanto se as comunicações prévias já estão a ser taxadas via adaptação do Regulamento Municipal.....

----- Ainda, quanto ao Regulamento Municipal, perguntar ao Senhor Presidente se tendo sido, eu tentei encontrá-lo na internet, confesso que se calhar por inabilidade minha não o encontrei, se já estão previstas as figuras de impactos urbanísticos relevantes. Ou seja, o que eu quero com isto dizer, é porque nós estamos a falar de falta de dinheiro que nos há-de vir e que nos próximos anos ainda irão ser mais magros do que o presente, mas de facto, uma das grandes fontes de receita dos municípios não é o planeamento, uma grande fonte de receita dos municípios é precisamente a gestão urbanística em que são os particulares a terem a iniciativa da ocupação do território, através do pagamento de taxas e o legislador criou uma figura dos impactos urbanísticos relevantes que têm como consequência substancial e financeira o facto de permitir aos municípios alargar a estas situações o Regime Jurídico dos Loteamentos, isto é dizer, através da classificação de certas operações urbanísticas como de impactos urbanístico relevante, por exemplo, a instalação de um posto de combustíveis, a criação de um prédio de vários andares, também permite ao abrigo das alterações da Lei 60, ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, obrigar os privados, por exemplo, a prever áreas para espaços verdes, infra-estruturas e equipamentos de utilização colectiva, ou na sua desnecessidade, a pagar compensações. E mais! E também obriga a cedências! E eu pergunto se isso já está a ser aproveitado, pelo município e até como forma de suprimento então das dificuldades futuras.

----- Depois pergunto, ainda a nível de Regulamento de Taxas Municipais, se também estão a taxar nomeadamente as comunicações prévias ou melhor, as declarações prévias, resultantes dos Regimes Especiais de Restauração e Bebidas, da instalação de actividades Comerciais e de Serviços e portanto se essa legislação já está a ser assegurada.

----- E ainda quanto ao Planeamento Urbanístico, quando o Senhor Presidente refere aqui que pretende portanto reforçar a actividade do planeamento tal como tem feito aqui, eu pergunto, à custa da Câmara? Ou associando-se aos privados? À custa da unidades de execução, é que eu não vejo, Senhor Presidente, por exemplo no Orçamento, falar-se no Orçamento que as novas regras dos Planos Directores Municipais nomeadamente em solo urbanizável, obriga a que o município delimite, delimite unidades operativas de planeamento e gestão ou unidades de execução e delimitando essas duas figuras, tem necessariamente que escolher um dos sistemas de execução, se a imposição administrativa em que o município está disposto a expropriar porque aquela área de intervenção é crucial para a sua estratégia municipal ou se um dos outros sistemas de execução previstos.

----- E, por ultimo, pergunto, contratos para planeamento? Como sabe o planeamento e efectivamente nós já passámos por várias fases do planeamento em que até à existência dos Planos Directores Municipais de primeira geração a gestão urbanística era feita ad hoc, já passámos por uma segunda fase em que a gestão urbanística era feita para não contrariar Planos Municipais, mas, eu, agora, acho que o legislador não está a dar grandes sinais de que a gestão urbanística não pode ser mais feita dessa forma e que acabou, digamos assim, o encosto dos municípios aos privados, nomeadamente às operações de loteamento que permitiam ajustes directos por exemplo de obras de urbanização feitas só porque o promotor queria ali o loteamento, não sei se me estou a fazer entender, o promotor queria ali o loteamento, mas não estava dotado de infra-estruturas e a Câmara dizia, ou indefiro, porque tinha de indeferir, ou então o senhor faz as infra-estruturas, mas fazia as infra-estruturas dele e a dos outros, isto são verdadeiros ajustes directos que o Tribunal de Contas anda em cima deles. Portanto pergunto se estas, e o que eu estava a dizer, o legislador anda-nos a dar uma mensagem de efectivamente a gestão urbanística ser feita para cumprir planos e não para os contrariar e cumprir planos significa fazer planeamento e fazer planos nomeadamente planos de pormenor, qual é para a estratégia da Cidade de Bragança, qual é essa estratégia, se através da assunção sozinha pelo município dos encargos de elaboração num plano, porque eu saiba, que eu saiba infelizmente a capacidade técnica instalada da Câmara se calhar não consegue

dar resposta a essas necessidades, se contratando gabinetes de projectista privados o que é muito e aliás a PLURAL que serve, tem servido as Câmaras, se continuarmos a ir por essas prestações de serviço ou por outro lado, se não será melhor divulgar as figuras do contrato para planeamento em que os privados se podem associar aos municípios na convergência dos interesses municipais e privados que não têm de ser necessariamente contraditórios.

----- O último esclarecimento é saber quais são as regras da gestão dos espaços verdes infra-estruturas e equipamentos colectivos, é a Câmara que os faz? Ou tem aproveitado a figura da concepção prevista no art. 46º no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação em que pode contratualizar com os promotores a manutenção e gestão desses espaços comuns? Obrigada.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada Senhora Deputada. Eu noto alguma preocupação dos Senhores Deputados relativamente a este período de esclarecimentos, foram um bocadinho longos, mas eram de facto pedidos de esclarecimento, não se preocupem que o tempo é contado e o tempo que cada Grupo Parlamentar tem, contamo-lo no período de esclarecimento, associando, somando-o ao pedido de intervenções, portanto no que diz respeito aos tempos não se preocupem, os Senhores Deputados têm todo o direito de usar o tempo como muito bem entenderem. Se a Mesa entender que estão fora daquilo que é Regimental nós actuaremos, não é o caso.....

----- Senhor Presidente da Câmara, quer responder às questões?

----- **Presidente da Câmara** – Tentarei responder, na medida do possível, às muitas questões colocadas. Começando pelo Senhor Deputado, Luís Pires - grau de convergência entre o plano de sustentabilidade e o plano Plurianual de Investimentos apresentado - não tenho esse indicador de medida, o plano de sustentabilidade para um município, para uma região, envolve, não envolve só o município, o município define uma orientação, uma estratégia. E há instituições: são as empresas; são os cidadãos; são as instituições sociais; são as instituições de ensino superior, onde há mais massa cinzenta, aquelas que mais têm de trabalhar para a sustentabilidade, para a inovação, para a competitividade, para a produtividade, é um trabalho de todos, esse grau de convergência tem de ser avaliado envolvendo muita gente, designadamente o Instituto Politécnico de Bragança, que é a instituição parceira da Câmara naquilo que são projectos chamados projectos ancora, digamos nesse plano, é inquestionável que será sempre e só pode ser assim.....

----- Os gastos com estes estudos, que temos de facto excelentes estudos, continuo a pensar que temos que aprofundar alguns estudos, penso que temos que aprofundar alguns estudos, o dinheiro que se gasta nesse âmbito é um dinheiro bem gasto, do meu ponto de vista, ajuda a clarificar perspectivas, pensamentos, orientações, teremos que continuar.

----- O valor não sei precisar mas nas Actas da Câmara, como se trata de adjudicações, é uma adjudicação no caso concreto desse trabalho feito à SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, com facilidade, se por acaso surgir dificuldade, eu tentarei... se faz o favor... muito obrigado.

----- Quanto à situação do SIADAP, Senhor Deputado Brinquete, evidentemente, a Câmara não pode, eu compreendo que esta questão, há várias questões envolvidas, eu não sou sindicalista, não compreendo, entendo, procuro entender como responsável da instituição, ouvindo os sindicalistas, de várias tendências, para perceber alguns aspectos complexos da lei laboral, da remuneração dos trabalhadores das autarquias.

----- É inquestionável que há alguns desajustamentos importantes, há desajustamentos que têm que ser corrigidos, do meu ponto de vista, para evitar excessos, excessos e alguns comportamentos errados de alguns trabalhadores, que não são a regra, a regra é do grande desempenho, do grande sentido de aplicação e da responsabilidade dos trabalhadores.....

----- Mas há evoluções que é necessário que sejam feitas, também há evoluções, do meu ponto de vista, e portanto do meu, acho que um processo de avaliação, hoje, não é contestado por estrutura sindical nenhuma, é verdade que não houve acordo, digamos a legislação que foi produzida pelo governo teve a concordância de um sindicato, não teve a concordância de outro sindicato, não houve consenso global.

----- Mas a lei tem alguns aspectos positivos, também tem alguns aspectos negativos, do meu ponto de vista, já agora se quiser, a opção gestionária, aquilo que eu imaginava inicialmente era poder dizer assim, aqui está uma atitude que permite ao responsável da instituição, eventualmente, de entre os trabalhadores menos remunerados, poder promover alguma evolução, não é assim, a opção gestionária não funciona assim, do meu ponto de vista, eu pensava que fosse o contrario, mas não funciona assim, funciona naturalmente, privilegiando e premiando aqueles que obtêm num processo de avaliação, melhores resultados.....

----- O município de Bragança não tem estes dados, vão aparecer na Conta de Gerência, tem mantido uma atitude de elevadíssima abertura relativamente aos seus trabalhadores, no

que diz respeito às progressões e às promoções, nenhum sindicalista da Câmara diz o contrário, antes pelo contrário, valorizam essa atitude permanente de abertura da parte da administração da Câmara e a Conta de Gerência, hei-de pedir para que traga, enfim alguma, dos últimos meia dúzia de anos para que se perceba essa evolução.....

----- Evidentemente que esta Lei, SIADP I, II e III, agora como é designado, tem limitações, tem algumas, tem alguns aspectos positivos e também tem alguns aspectos negativos.....

----- A opção gestonária que está feita com o valor que está indicado, é um valor possível no quadro orçamental que nós considerámos, definiram-se os critérios nos termos da lei, e é dentro daquilo que está escrito na pagina cinquenta e um que os serviços de pessoal da Câmara irão aplicar esta cota gestonária.....

----- Relativamente a outras questões que foram colocadas, designadamente quanto ao endividamento, se a verba de pagamento da compra do Parque da Praça Camões, eu penso que a Senhora Deputada quereria dizer eventualmente o valor de eventual indemnização do Parque da Praça Cavaleiro de Ferreira, porque o da Praça Camões está pago pela Sociedade de Bragança Polis. Essa verba não está incluída, não está incluída porque há um litigio em Tribunal. Os Senhores Deputados sabem de forma clara qual é a posição da Câmara, pode dar origem a uma indemnização ou pode dar origem a um retomar de um contrato de exploração, portanto não tem que estar aqui presente.

----- Quanto à plataforma informática, o município de Bragança tem pessoas abertas às novas tecnologias, de um modo geral, gente que se prepara, que estuda, que vai à formação e enfim tem havido evoluções significativas, temos tido alguns dos nossos técnicos a intervir em seminários de outras autarquias, designadamente na área dos sistemas de informação geográfica.....

----- O município trabalha com o sistema de compras públicos, o sistema VORTAL.GOV, vai utilizar o cartão de cidadão através desse processo de identificação de assinatura, através de protocolo com o Serviço Nacional de Notariado, procuramos encontrar as soluções que nos parecem mais económicas e mais eficientes para o município.

----- Esta plataforma electrónica de compras não é utilizada isoladamente pelo município, fizemos uma opção de utilização conjunta dos seis municípios da Associação de Municípios da Terra Fria. No prazo de um ano o custo anual reduziu em 50%, quer dizer, o mercado foi abrindo, inicialmente estava numa situação de monopólio, hoje não há uma situação de monopólio, portanto há uma situação de evolução mais favorável em termos de custos.....

----- O Regulamento Geral das Edificações, urbanização e edificação, entrega naturalmente, desde o início da aplicação da nova legislação, tudo aqui que diz respeito às operações urbanísticas relevantes, às cedências legais, sempre, no município de Bragança, isso foi aplicado, mesmo antes de eu chegar à Câmara, isso é lei, sempre foi cumprida nesse âmbito, podia haver uma falha aqui uma falha ali, mas quer dizer, o município, os serviços do município sempre cumpriram com a lei, quer dizer, não estamos sequer perante situações novas que os técnicos do município não dominam, desconheçam, não! Conhecem isso tudo, preparam e adequaram o sistema de tabela de taxas e licenças nos termos em que a lei o exigiu e fizeram-no como já referi de manha, atempadamente, apresentado aqui aos Senhores Deputados de forma detalhada, cada um dos passos necessários para calcular cada um dos serviços prestados, o respectivo custo e a subvenção ou digamos a compensação em termos sócias que o Município pretendia percentualmente atribuir a cada uma das taxas.

----- Portanto esse processo está todo feito, está disponível para os Senhores Deputados poderem aceder, se houver alguma dificuldade podem require-lo, porque os documentos estão de um modo geral acessíveis.....

----- O planeamento urbanístico - temos um instrumentos de planeamento urbanístico aprovado recentemente, que é o Plano de Urbanização, com o respectivo regulamento onde as orientações de gestão estão consignadas. Não há nenhum, não do meu conhecimento, nenhum processo de licenciamento, feito na Câmara, que tivesse sido feito ah doc no sentido de penalizar um investidor. A Câmara não penaliza investidores, enfim, exige aquilo que é sensato, do conhecimento que eu tenho, digamos a pessoa ainda que perante um quadro legal menos bem estruturado, digamos um edifício legal menos elaborado como existe agora na parte da Edificação Urbanística, dos processos que eu conheço, a pessoa claramente mais exigente neste âmbito, foi inquestionavelmente o Engenheiro Pinheiro, e sempre a defender o município, nunca a prejudica-lo.

----- Quando um promotor, feito uma exigência que aparentemente pode ir além daquilo que pode ser a sua responsabilidade imediata, é preciso que se avalie se essa sua responsabilidade imediata ou se essa viabilidade de operação não se prende com exigência adicionais e feitas essas exigências adicionais, naturalmente que o município não poderia em circunstancia alguma e eu desconheço qualquer situação a esse nível, poder vir a beneficiar terceiro ou um outro promotor à custa do sacrifício de um promotor.

----- Tem uma tabela taxas licenças que aplica com rigor a espaços verdes e espaços verdes equipados, a regras de construção, e de utilização, estão devidamente definidos, hoje melhor definidos do que estavam anteriormente. Num loteamento com o novo plano de urbanização um promotor não quantifica espaços verdes, pequenas parcelas dispersas, há regras, o município portanto nesse, no novo regulamento definiu regras que nos parecem bem estruturadas, bem ajustadas, define qual é a responsabilidade do promotor, até onde chega, chega até à construção dos espaço verde inclusive, até à sua entrega e recepção por parte do município.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Depois destes esclarecimentos, está aberto o período para as intervenções. A Mesa pede então que coloquem os braços bem no ar, vão-nos permitir com calma registar quem está inscrito. Ora penso que podem baixar, muito obrigado. Damos a palavra à primeira inscrição, em representação do Partido Social Democrata, o Deputado, Eduardo malhão, tem a palavra.....

----- **Eduardo Malhão** – Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Gostaria de, em linguagem simples e de forma resumida, deixar aqui a análise do Grupo Municipal do PSD aos documentos provisionais, orçamento, plano plurianual de investimentos, plano de actividades municipal e mapa de pessoal, para o ano de 2010, e por esta via contribuir para um debate esclarecedor, aberto e responsável, como aliás espero sinceramente o mesmo da parte de todos os outros grupos municipais.

----- Julgo ser consensual que os documentos em apreciação se apresentam bem estruturados, e respeitam todas as regras e princípios que lhe estão subjacentes, sendo igualmente de fácil consulta e interpretação gráfica, por isso dispenso-me de repetir aqui, aquilo que são evidencias e constatações e de falar muito em números, uma vez que eles podem ser extraídos dos documentos em vosso poder e constituem uma matéria mais do foro técnico e sujeita ao constante escrutínio das entidades competentes na matéria.

----- Depois desta breve introdução passarei então a apresentar sucintamente os aspectos nucleares e programáticos que na óptica do PSD se destacam positivamente nesta proposta da Câmara Municipal de Bragança e que são os seguintes: - Primeiro, desde logo destaco a sua concepção de caris eminentemente participativo, na medida em que o numero significativo das acções contidas na proposta resulta da parceria entre a Câmara Municipal de Bragança e

uma vasta rede de instituições do Concelho, designadamente IPSS, Associações Culturais e Desportivas, Comissões Fabriqueiras, Estabelecimentos de Ensino e Juntas de Freguesia.

----- A construção dos Centros Escolares, a construção das Sedes de Junta de Freguesia e dos Centros de Convívio, a recuperação de património religioso ou ainda o plano de actividades das associações, são exemplos disso mesmo em que de facto sobressai a grande participação de todas as entidades envolvidas em particular das Juntas de Freguesia que participam de forma activa na implementação e na concepção da obra, acompanhando de forma interessada e corrigindo aquilo que na sua perspectiva é melhor para o interesse das comunidades locais.

----- Os responsáveis destas instituições previamente à elaboração do orçamento concertam e planeiam com a Câmara Municipal de Bragança, o desenvolvimento dos seus projectos e actividades, isto são características e marcas próprias de um orçamento participativo e de uma democracia de proximidade e cooperação institucional, ao invés da promoção on-line da participação dos cidadãos na concepção do orçamento municipal, afigura-se como um mero exercício de demagogia e populismo e de ruptura com os compromissos para com o eleitorado.....

----- O segundo ponto tem a ver com as políticas municipais ao nível da dinamização da economia local. Sendo esta uma matéria objecto de críticas frequentes à acção dos sucessivos executivos presididos pelo Eng.º Jorge Nunes, não posso estar mais em desacordo com as mesmas. Eu explico: as obras estruturantes contempladas neste e anteriores orçamentos e planos plurianuais de investimento são potenciadoras e indutoras de empreendedorismo ao criarem condições transversais e ambientes favoráveis à captação de investimentos públicos e privados, geradores de emprego e de riqueza, exemplos como a instalação do Parque de Ciência e Tecnologia na zona da Trajinha, visando a localização de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do Ensino Superior são objectivamente projectos que estimulam a competitividade a inovação e o desenvolvimento da economia do Concelho e da região.

----- Estamos assim, hoje, perante um novo paradigma ao nível do desenvolvimento local, depois de um ciclo de investimentos em infra-estruturas básicas praticamente inexistentes na altura. Hoje, de facto, ao nível municipal não se fala em rotundas, não se fala em saneamentos básicos, que estão praticamente concluídos, não se fala da politica do paralelo, porque

praticamente todas as freguesias estão pavimentadas, assim como a maior parte das ruas da cidade, fala-se, de facto, em políticas de outra geração e muito mais desenvolvidas.....

----- A ampliação da Zona Industrial das Cantarias e da Zona Industrial de Mós, o projecto aprovado no âmbito do PROVER, o projecto Bragança Criativa, a criação da Loja Arca da Terra Fria, a incubadora de empresas do Brigantia EcoPark, o Eco Polis, centro de competência na área da energia e ambiente, ou ainda a unidade de tratamento mecânico e biológico de resíduos sólidos, não são apostas, aliás, são apostas inter-geracionais da economia e na sustentabilidade do Concelho e da Região. As próximas gerações terão assim um futuro melhor, fruto destas iniciativas.

----- A Câmara como disse, compete de facto criar estas condições transversais, criar um ambiente favorável ao investimento, as Câmaras não podem substituir-se à iniciativa privada, não podem oferecer o terreno, não podem construir o pavilhão, colocar as máquinas e por o capital, portanto, isso terá que ser uma responsabilidade da iniciativa de cada um, não podemos esperar que as Câmaras façam tudo e não podemos constantemente queixar-nos que os problemas que existem, nomeadamente no comércio tradicional, que são da responsabilidade da Câmara, portanto, eu penso que isso é claramente uma fuga para a frente e uma forma fácil de não assumirmos as responsabilidades que cada um tem.

----- E entendo também que não é sustentável promover a economia de uma forma artificial e através da subsidio/dependência, entendo que as pessoas devem pedalar com a sua própria bicicleta e devem sim, aproveitar as condições que são criadas pelas autarquias e penso que contrariamente ao que tem sido dito, os Executivos presididos pelo Eng. Jorge Nunes têm sabido criar esse ambiente favorável e as infra-estruturas necessárias ao investimento.

----- Depois um terceiro aspecto, e não menos importante, tem a ver com a presença forte da componente social neste orçamento e anteriores orçamentos e que parece passar despercebida a muita gente.

----- As políticas sócias confundem-se muitas vezes com a construção de bairros sociais, quando, hoje, as novas políticas de integração apontam para a necessidade, inclusivamente da demolição de alguns bairros sociais problemáticos, que não são mais do que autênticos guetos e espaços de exclusão social e até mesmo de xenofobia. Por via da acção social da Câmara Municipal de Bragança muitos jovens e famílias carenciadas têm acesso à habitação, à alimentação, à educação, à cultura, ao desporto e aos transportes, promovendo a sua

integração social, a isto chama-se um modelo de democracia social e de humanismo social democrata, com grande destaque para o voluntariado e para o apoio às IPSS do Concelho e ainda resultado também da importante acção das Juntas de Freguesia.....

----- Recordo aqui, por exemplo, o caso da Junta de Freguesia de Salsas que, de uma forma correcta e de coesão social, promove a recuperação de habitações a baixos custos e cria de facto, condições de habitabilidade aos seus moradores, únicas e de facto exemplares.

----- Por isto tudo, Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, penso que são razões mais que suficientes estas que acabei de vos expor, e que motivam, inequivocamente, o apoio do PSD e o voto favorável às propostas que a Câmara Municipal hoje nos apresenta e da sua execução resultará certamente um Concelho mais feliz, mais solidário e mais desenvolvido, reforçando a confiança no futuro e auto-estima colectiva dos Bragançanos.

----- Por falar em solidariedade e esperança, aproveito esta oportunidade para desejar a todos vós, em meu nome pessoal e do Grupo Municipal do PSD, festas felizes e muitos sucessos pessoais e colectivos. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. A Mesa chama a Dr.ª Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra, por favor, lembro que tem ainda dez minutos e cinquenta segundos para utilizar.

----- **Ana Cláudia** – Ó! Senhor Presidente, com o devido respeito ouvi com atenção as respostas aos meus pedidos de esclarecimento, mas nalgumas delas ainda continuam por esclarecer, se calhar não fui eu que me fiz entender bem, se continuar com duvidas terei que recorrer à forma do requerimento e pedir por escrito a clarificação das mesmas.

----- Mas, de facto, quanto ao endividamento do parque, da Braga Parques, que assumo o erro da identificação do parque, efectivamente discordo, acho que devia estar no orçamento provisional a verba da putativa indemnização a pagar à Braga Parques,.....

----- Depois, é minha opinião, senhor arquitecto, desculpe, estamos em democracia,.

----- Quanto à informática e aos sistemas aconselhava vivamente então a um estudo de mercado para efectivamente fazer a avaliação, se estando a aderir à VORTAL não estão a pagar mais do que pagariam pela plataforma da Agencia da Modernização Administrativa que garantidamente com contactos que tenho, que tenho feito por outras razões institucionais, a Secretária de Estado da Modernização Administrativa nos tem dado de garantias de que é muito mais barato não usar a plataforma da VORTAL.....

----- Quanto ao nível da gestão urbanística e deixando os termos técnicos, Senhor Presidente eu não duvidei que a gestão urbanística estivesse a ser feita da margem das regras, o que eu disse foi, ou melhor, o que eu descrevi foi a evolução do modelo de organização e gestão territorial e o que eu disse foi - até sair o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, as obras eram feitas ah doc - eu não acusei nenhum, nem estava a pensar sequer em nenhum procedimento em que isso tivesse sido utilizado, eu estava-me a referir à própria evolução da forma de ocupação de espaço, primeiro sem planos e sem RJUE e depois e aí é que se fazia um ah doc, portanto não havia normas nem havia planos e era aí que eu me queria referir.

----- Mas, Senhor Presidente, relembro que nós temos, de empreiteiros em Bragança, seis, falidos, porque, então já agora aproveito para dizer, a Câmara tem nos motivos de indeferimento de operações urbanísticas, um motivo discricionário, nomeadamente o enquadramento na envolvente e, para já refiro-me só... até porque tenho conhecimento e o Senhor Presidente sabe que eu que tive participação nesse processo em que emiti parecer a propósito, num edifício em frente ao Polis, em que nos vizinhos do lado foi autorizado mais um ou dois andares e naquele caso concreto não foi autorizado um ou dois andares, por razões de enquadramento na envolvente, mal fundamentadas e perfeitamente, eu não diria discricionárias mas sim arbitrárias, mas eu nem sequer entrei por aí.

----- Por outro lado, quando estive agora a consultar a página da Câmara Municipal e lamento Senhor Presidente ou a página está desactualizada ou então o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação que lá têm, já, o actual, se já foi adaptada à Lei 60, não está disponível e o de taxas também não, ou seja, o que eu lhe estava a dizer é se o Município já teria feito a adaptação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação às decorrências das alterações ao Regime Jurídico. Porque ele trás verdadeiras vantagens, formas, digamos assim, de criação de receita ao município, que devem ser aproveitadas e também nas taxas, era isso que eu me estava a referir, Senhor Presidente, portanto, eu não digo que até agora que os técnicos, aliás tenho tido contacto com vários deles e o Senhor Presidente sabe, em várias acções de formação, eu tenho a certeza que os seus técnicos trabalham bem e que se esforçam, e que fazem tudo por estar, digamos assim, a par, que fazem um trabalho hercúleo para estarem a par de todas as actualizações legislativas, eu só perguntei é se o município tem consciência da necessidade de por em papel aquilo que vincula os particulares, porque se efectivamente não tem em papel e se está a ser cobrado, está a ser

feito ilegalmente ou se nem sequer está a ser cobrado, e então está a ser um desperdício, portanto foi isso.

----- Quanto aos planos, o que eu estava verdadeiramente a querer-me referir é que efectivamente acho que, também como uma fonte de receita para um município, que há aqui um instrumento que são os contratos e, que não vi no programa, que o Regime Jurídico obriga à previsão no Plano de Actividades e no Plano Plurianual das, dos custos de urbanização do solo urbanizável, nomeadamente através da adopção dos mecanismos de execução do plano e não vi isso reflectido nas contas e estava a chamar à atenção para um mecanismo que a Lei também dá, dos contratos para planeamento em que efectivamente os particulares se podem associar à Câmara e inclusivamente em vez de contratarem uma PLURAL, se calhar associar-se a um privado, e se o projecto do privado puder ser assumido pela Câmara como um projecto seu, se calhar até pode contribuir em certa medida para as despesas do plano, dada a insuficiência da capacidade técnica da Câmara. Portanto, por isto tudo, obviamente não irei de deixar de votar contra.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Obrigado, Senhor Deputado Manuel Pires, tem a palavra.

----- **Manuel Pires** – Muito boa a tarde a todos, já que de manhã disse bom dia, vamos ver se isto não se prolonga por mais tempo, depois diria boa noite, naturalmente, e passaria de imediato a apresentar aquilo que o Partido Socialista concluiu relativamente ao Plano de Actividades e Orçamento para 2010. Mais uma vez estamos aqui a discutir o Plano e Orçamento para o ano seguinte e também mais uma vez iremos aqui manifestar a nossa posição crítica, relativamente à gestão autárquica que têm vindo a ser prosseguida pela gestão autárquica do PSD.

----- Sendo este o primeiro Plano e Orçamento deste mandato de quatro anos, seria espectável que houvesse nas grandes opções do plano a discriminação dos diferentes programas, projectos, actividades e acções a desenvolver ao longo dos quatro anos, definindo estratégias de desenvolvimento do Concelho e revelando as diferentes áreas de actuação e os recursos a elas afectar onde o município perspectiva intervir.

----- Assim, nas grandes opções do plano aparecem só as grandes opções para 2010 e os recursos para a sua concretização. Relativamente às grandes opções para os anos subsequentes do mandato autárquico até 2013, o documento que hoje é colocado à discussão

apresenta-nos o Plano Plurianual de Investimentos onde também não conseguimos ver onde o município irá actuar para lá do ano de 2010.

----- Embora possamos perceber pelos projectos já candidatados ao QREN, com financiamento aprovado, e pelos que pretendem candidatar que muitos deles poderão ter execução ao longo do mandato, outros para lá do mandato autárquico e outros ainda até poderão nem sequer vir a concretizar-se e a ver a luz do dia. Da análise sucinta do Plano Plurianual de Investimentos, relativamente ao ano de 2010, podemos concluir que a maioria desses investimentos já foram efectuados no ano eleitoral que está a findar e que em 2010 o orçamento terá como função principal pagar aquilo que se fez à pressa, se calhar, às vezes, mal, em 2009, para preparar naturalmente as eleições autárquicas. Mas se analisarmos cada uma das funções do município, nas diferentes áreas de intervenção, obteremos um retrato do que foi a gestão autárquica do PSD nos últimos 12 anos, o que concebeu e incrementou, para onde nos levou e o que nos espera o futuro com este Executivo.

----- Nos últimos 12 anos, além da satisfação das necessidades básicas, edificaram-se equipamentos sociais, desportivos e culturais, construíram-se empresas municipais para em parceria com outras entidades construir e explorar o Mercado Municipal e o Matadouro da Terra Fria Carnes e os Parques de Estacionamento. Os parceiros desapareceram quando o regime de exploração e funcionamento começou, passando o município a adquirir toda a participação no capital social dessas empresas e assumir encapotadamente todos os passivos dessas empresas, recorrendo ao aumento de capital social de cada uma delas, para acudir às despesas de funcionamento do exercício sucessivo de cada uma delas ao longo dos diferentes anos. -

----- Quando a estas empresas, foram candidatas aos fundos comunitários para serem financiadas, com certeza todos os estudos económicos não desenhariam o cenário que hoje temos de suportar de injeções sucessivas de capital.

----- Estes exemplos e todas as obras construídas, como túneis, teatro, museus, centros culturais, pavilhões multiusos, descaracterização urbanística da zona histórica, poder-nos-ão levar a questionar o Senhor Presidente, e os executivos do PSD que ao longo dos 12 anos governaram o município, o que aconteceu às mulheres e homens deste Concelho. Peço-vos que reflectam no que lhes aconteceu nestes 12 anos. Quantos jovens partiram? Quantos agricultores que morreram foram substituídos no amanhã das terras? Quantos idosos rumaram para os lares? Quantos jovens qualificados ficaram nas freguesias rurais e na sede de

Concelho? Quantos novos empregos foram criados nas freguesias e na área do município? Quanto contribuíamos, antes, com bens e produtos, no mercado, e o que produzimos hoje? Podemos colocar questões como estas indefinidamente.

----- O que sabemos e o que nos indicam os estudos sobre a análise das populações é que somos cada vez menos, e mais velhos e que estaremos condenados tendencialmente a desaparecer. Em primeiro lugar, os que vivem nas aldeias e depois os da cidade, pese embora os enormes investimentos realizados na Cidade de Bragança e em muitas aldeias.

----- Da análise do Plano de Plurianual de Investimentos para este mandato, não nos parece que possamos adivinhar um futuro mais auspicioso do que o resultado que acabei de apresentar, porque nas diferentes áreas de intervenção, vamos ter mais do mesmo.

----- Por cada área de intervenção desde a reabilitação urbana, ao ambiente, à energia, cria-se um gabinete, uma casa, uma arca para os produtos, em cada local onde se intervêm como se cada uma destas áreas fosse uma paróquia e houvesse mais necessidade de equipamentos a cada sitio por forma a tornar inúteis muitos dos que estão aí edificadas e a funcionar. Eu dou exemplos: temos a Casa do Lavrador, mas temos de criar um local para colocar a arca dos produtos da terra; temos os Santos Mártires e o Clube Mãe D'Água e construímos mais uma casa da Mãe D'Água; temos Centro Cultural, um, que é este, edifício da antiga Câmara Municipal, mas tínhamos que construir um Centro Cultural, dois, que é o antigo Colégio dos Jesuítas, Antigo Liceu, Escola Augusto Moreno, como o quiserem denominar; temos muitos loteamentos e muitos lotes de terrenos por comprar nesses mesmos loteamentos, mas o Plano de Urbanização da Cidade diz que temos quinze mil e setenta e três fogos, não nos informa de quantos lotes temos ainda para construir, mas permite que possamos ainda lotear mais sete mil fogos; temos a Zona Histórica completamente infra-estruturada, quase sem uma alma, com casas a cair, mas planeamos e licenciamos mais loteamentos a quilómetros do centro cívico da cidade.

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, reflectam e parem com esta vertigem megalómana, somos poucos, perspectiva-se que poderemos vir a ser menos, reabilitemos o edificado na cidade e nas aldeias, deixemos de crescer sem gente, porque já fomos muitos mais e ocupámos muito menos espaço, porque aquilo que o Planeta e Copenhaga nos estão a ensinar, é que o modelo de desenvolvimento eco que tanto se fala no orçamento e que estamos a incrementar neste Concelho, pode afinal, passar por um modelo de

desenvolvimento urbano com cidades menores densas e compactas, afinal não será por acaso, que os bairros mais desejáveis das grandes cidades são os bairros mais intimistas.

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque às críticas construtivas devemos sempre associar contributos válidos, deixem que vos recomende, que procurem fazer deste território e dos territórios dos Concelhos vizinhos, locais atractivos para fixar e atrair população, concretizando o modelo de desenvolvimento, que potencie todos os recursos endógenos que ainda detemos. A estas recomendações poderão juntar outras até de cidadãos anónimos que conhecem melhor que nós, os locais onde residem e as potencialidades de cada um deles. Assim, permitam que lhes peça para acrescentarem ao vosso plano o seguinte: não deixem que os rios, as ribeiras e os ribeiros, sequem, edificando represas, albufeiras, aproveitando a água para rega, para produção de energia e povoem isto tudo de peixes; promovam a florestação de todos os terrenos que tenham aptidão florestal e cuidem das florestas existentes; avaliem do potencial energético, hídrico, a eólico, solar e biomassa nos diferentes locais do Concelho; incentivem e promovam programas para a sua concretização; pensem seriamente na mobilidade urbana e na estrutura viária integrada do Concelho e Concelhos vizinhos; valorizem os produtos regionais, incentivando a criação de empresas agrícolas e de empresas de agro-turismo; promovam a recuperação da parte antiga das aldeias e a zona histórica da cidade.

----- Porque não vemos nada de novo no vosso Plano e Orçamento, que mude o “modus operandi” que nos levou a este estado, porque continuam a gerir o Concelho e o nosso território sem qualquer efeito integrador, quer na zona rurais, quer na cidade, porque não planeiam o desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho com a participação das Juntas de Freguesia, das entidades ligadas ao ensino e formação, à área social, ao desporto, ao comercio, à industria, à agricultura, podendo todas elas dar contributos positivos para incrementar o desenvolvimento do Concelho, votaremos contra este Plano e Orçamento, porque com a concretização que está consignado no Plano e Orçamento não vamos ter melhores condições para a fixação de população activa no Concelho, porque não vamos criar atractividade e mais emprego para os jovens. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. A Mesa passa a palavra agora, ao representante da CDU, Senhor José Brinquete, tem a palavra.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu começava por colocar duas questões prévias, a primeira é porque gostava de que o Senhor Presidente ainda

pudesse recuperar a pergunta que fiz sobre urbanização, há pouco, se estiver em condições, claro que também posso ser esclarecido depois mais à frente.....

----- A segunda questão prévia tem a ver com o orçamento, eu gostava muito que este orçamento já tivesse contemplado também um orçamento de despesa da Assembleia Municipal, tal como a lei prevê, há muitos anos, e nunca concretizado, ainda não foi possível, não percebo bem porquê, porque as despesas fazem-se na mesma e depois são pagas pela Câmara, mas a proposta que faço, proposta recomendação, é que daqui a um ano isso venha aqui também integrado no orçamento.....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Globalmente em relação Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Actividades Municipal e Mapa de Pessoal, gostava de dizer o seguinte.

----- “As grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município de Bragança para 2010 não passam de mais um Orçamento Criativo.

----- A maioria PSD na Câmara Municipal de Bragança continua a não ter capacidade de gerar projectos mobilizadores para a cidade e para o concelho, susceptíveis de obterem financiamentos da administração central e dos fundos comunitários, que garantam o progresso e o desenvolvimento.....

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal esforça-se, a cada momento, para introduzir no seu discurso os valores da modernidade, da contemporaneidade, janelas de oportunidade, projectos ancora, do rigor e da eficácia – mas Bragança tem cada vez menos gente, a juventude não consegue encontrar trabalho na sua terra e a restante população activa tem de ir procurar meios para a sua subsistência no litoral, na vizinha Espanha ou em outros destinos europeus.

----- A afirmação de Bragança como capital regional e transfronteiriça é constantemente comprometida pelas políticas erradas que tem sido seguidas e por promessas que vão ficando para trás e não são cumpridas.

----- Não existem propostas e verbas credíveis para a área da competitividade e, o que existe é mais do mesmo, não passa de novos embrulhos para velhas políticas, que já constavam em orçamentos anteriores. Chamem-lhe Bragança Activa, Fundação Afonso Henriques, EcoPolis, EcoCidade, Brigantia Ecopark, Incubadora do Brigantia Ecopark, Distrans, Probioner, Provere, Cocitris, ou chamem-lhe Porta Norte ou Parque dos pinguins com ondas artificiais.....

----- Insiste-se até à náusea que o TVG espanhol irá parar na Puebla de Sanábria, o que não é verdade. Propõe-se de “ânimo leve” um Museu da Língua ou a candidatura de Bragança a Património da Humanidade e, sinceramente, tudo isto cheira a virtual. Parece que tudo é de plástico ou plasticina, se quisermos.....

----- A maioria PSD, nesta eternidade que leva à frente dos destinos do município, ainda não conseguiu criar uma **Feira das Actividades Económicas** digna desse nome e, à altura das necessidades, dos objectivos e das exigências que se colocam à capital do Nordeste Transmontano. O PSD e o PS há vários anos que votam contra, na Assembleia da República, uma dotação orçamental para construir um Parque de Exposições anexo ao Pavilhão do NERBA.

----- A Câmara Municipal tem-se envolvido em fracassos sucessivos que vão desde a Carníssima, iniciativa que até podia ter sucesso, em mãos competentes, mas foi um ar que lhe deu. Não nos podemos esquecer que na área da produção animal somos detentores de produtos de alta qualidade que mais ninguém tem, como seja: a Carne Mirandesa, o Cordeiro Bragançano, o Cabrito de Montesinho e o Porco Bísaro. Aliás, a história trágico-cómica do nosso Matadouro é elucidativa da falta de estratégia do município para esta área. Enquanto não “excluiu” os parceiros naturais do processo não descansou e, agora, temos um Matadouro gerido exclusivamente pelo município, sem estratégia, sem rumo e a acumular prejuízos inexplicáveis. Seria interessante saber, o que pensa o Presidente da Câmara e o PSD sobre a notícia de que, aqui ao lado, em Vimioso, vai ser construída uma unidade industrial de transformação de carne, numa parceria da Câmara Municipal de Vimioso, que é também do PSD e, a Associação de Produtores de Carne Mirandesa!

----- Ou a Feira da Castanha, que não se sabe bem para serve, mantendo o figurino actual. A feira não discutiu, nem ajudou a garantir preços decentes aos produtores que, este ano, mais uma vez, tiveram de vender a sua produção ao desbarato, bem como, não tratou dos problemas das doenças que esta fileira de produção enfrenta, como sejam a tinta e o cancro do Castanheiro, verdadeiras pragas que podem dizimar os nossos soutos, se não forem tomadas medidas sérias para as combater. É verdade que do II Fórum de Produtores de Castanha saiu uma proposta de um Observatório da Castanha. Mas, é bom não esquecer que o PCP apresenta na Assembleia da República, há vários anos, aquando da discussão do PIDDAC, uma proposta de criação de um **Centro de Documentação e Investigação do Castanheiro da**

Terra Fria e, sistematicamente, a proposta é derrotada com os votos contra do PSD, do PS e do CDS/PP. *Afinal em que ficamos?*.....

----- Sem substituir a necessidade premente de dispormos de uma verdadeira **Feira das Actividades Económicas do Nordeste Transmontano**, que servirá de apoio e dinamização às excelentes produções que detemos na região, podemos dizer que na actualidade, dispomos de duas iniciativas com imensas potencialidades para projectarem Bragança e a sua Região. Trata-se da MASCARARTE e da Feira das Cantarinhas. Porém, estes eventos sofrem dos mesmos males dos restantes: orçamentos miserabilistas, ausência de promoção atempada no espaço regional e nacional; e, muita, muita falta de profissionalismo por parte dos seus organizadores. Numa palavra: mais uma vez a ideias são boa mas a estratégia está completamente errada.

----- Aliás, o município não tem estratégia, acha-a desnecessária, pensa que bastará ir atrás de investimentos elegíveis em termos de financiamento europeu e, na maior parte das iniciativas que realiza fica-se pelo “folclore” social e pela “caridadezinha”.....

----- A proposta de Plano e Orçamento que hoje estamos a discutir é uma proposta, que fica muito aquém das necessidades do concelho e da sua população. Haverão certamente alguns aspectos positivos mas, globalmente, é pouco ambiciosa e é sobretudo mais do mesmo.

----- Por outro lado, é no mínimo lastimável o papel das restantes forças políticas representadas no Executivo Camarário. A crer na Acta que nos foi fornecida: relativamente ao PS, há um vereador que não compareceu e, o vereador do PS presente limitou-se a fazer uma pequena declaração de voto, sem sequer se dar ao trabalho de apresentar qualquer proposta para o Plano, votando simplesmente contra (ora, para quem se apresentou recentemente ao eleitorado como alternativa, é caso para dizer que a montanha pariu um rato); já o vereador do Movimento Sempre Presente, à semelhança do vereador do PS, também não apresentou nenhuma proposta, não fez declaração de voto, limitou-se a votar simplesmente contra.....

----- Infelizmente, neste mandato, os municípios do concelho de Bragança não irão dispor, no Executivo Camarário, de uma oposição combativa e construtiva. No executivo não existe alternativa!.....

----- Portanto, minhas senhoras e meus senhores!.....

----- A nossa posição, relativamente a estes importantes documentos, difere fundamentalmente dos critérios e das prioridades. A proposta do executivo enferma de problemas estruturais insanáveis.

----- Defendemos outras opções estratégicas e um Plano e Orçamento participativo, onde as freguesias tenham uma outra contribuição.

----- Defendemos projectos de investimentos mobilizadores, que invertam a tendência de depressão económica, social e cultural que se vem acentuando. Projectos que captem investimentos e criem empregos estáveis e com direitos.

----- Defendemos maiores transferências directas para as freguesias e um apoio mais robusto, na base de critérios transparentes e objectivos, para o movimento associativo, que garantam a sua total autonomia.

----- Defendemos a finalização de todos os saneamentos por construir, nos espaços urbanos, onde ainda não existem e, o tratamento de afluentes das redes de saneamento básico na área rural (*e aqui dirigia-me ao Membro da Assembleia Municipal, Senhor Malhão, para dizer que a Câmara ainda tem que se preocupar com saneamentos, porque infelizmente ainda temos muitas aldeias e estou-me a lembrar por exemplo do Parâmio que são logo as quatro: Parâmio, Zeive, Maças e Fonte. Se sabemos, devia ter salvaguardado isso*).

----- Defendemos a revitalização dos centros urbanos, nomeadamente da zona histórica da cidade e a implementação de medidas que garantam essa mesma revitalização.

----- Defendemos uma maior rentabilização dos equipamentos sociais e culturais do município e, neste âmbito, defendemos a construção de um mercado municipal, porque é um escândalo a capital de distrito ainda não estar dotada com um equipamento desta natureza e, *defendemos* a construção de um Parque Desportivo para o Século XXI.

----- Defendemos uma política de mobilidade urbana que sirva os peões e os automobilistas e que acabe com os erros crassos que, por cada nova obra, se cometem.

----- Defendemos, aproveitando a localização favorável da nossa cidade junto à fronteira, a construção de um Entreposto TIR e Centro de Coordenação de Transportes de Mercadorias, em Bragança, junto à futura A4.

----- Defendemos uma outra política de pessoal, com um melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes e, uma outra política salarial e de carreiras.

----- Como é sabido, a actual Lei não nos permite fazer, nesta Assembleia, propostas para o Plano e Orçamento. Se tal fosse possível apresentaríamos à apreciação do órgão deliberativo muitas outras propostas para além daquelas que, hoje, aqui, referimos.

----- Resta-nos portanto, reprovar a nova/velha maioria e a sua falta de ideias e de estratégia para o futuro.

----- Resta-nos votar contra uma proposta que, *em nosso ver*, não serve os munícipes e compromete o futuro de Bragança.....

----- O eleito da CDU, José Brinquete”

----- Tenho dito. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Senhor Deputado. A Mesa passa a palavra ao representante do Bloco de Esquerda, Luís do Vale, tem a palavra.

----- **Luís do Vale – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- Boa tarde a todos, obrigado Senhor Presidente.

----- “Exmos(as) Senhores(as),

----- Ano após ano, somos chamados a pronunciarmo-nos sobre estes documentos previsionais, que tanto importam e dizem respeito à qualidade de vida dos cidadãos e munícipes de Bragança. Ano após ano, para bem da verdade, somos obrigados a vir aqui dizer que não concordamos com as opções políticas e com a gestão levada a cabo por este executivo que entra agora no seu 4º mandato. Mas estes documentos, porque se trata de um primeiro ano de um novo mandato, assumem suplementar importância, pois indicam, ainda que em traços gerais, aquilo que podemos esperar num futuro próximo. E do nosso ponto de vista, pouco ou nada os munícipes podem esperar, mas vejamos:

----- Apesar do dito esforço contínuo de manter o serviço de dívida em valores baixos, a C. M. de Bragança reincide ano após ano no vício de comprar dinheiro; dinheiro que será pago apenas num futuro longínquo e que se destina não para investimentos mas para saldar dívidas e compromissos transitados de outras sociedades... ..

----- Afirmar que a tendência na área social é de envolver recursos crescentes é dizer nada, pois não se traduz ou materializa em intervenções concretas e a tendência será deixar para esse futuro aquilo que poderia e deveria já ter sido realizado. Como é possível ainda existirem barracas numa cidade como Bragança? Dizem que as vão erradicar, mas quando? E quantas vezes já disseram que o fariam?

----- Não nos cansaremos de relembrar acerca do saneamento básico, sendo que desta vez o discurso do executivo é mais honesto, pois admite que apesar de considerar que é uma questão importante, uma vez que se traduz na qualidade de vida das populações e na defesa do meio ambiente, a C. M. só irá intervir na medida exacta do acesso aos recursos financeiros provenientes do QREN, o que pode ser compreendido que se não houvesse QREN nem sequer haveria saneamento básico, ou ainda, que os Srs. Presidentes de Junta das freguesias que

ainda não foram contempladas com essa infra-estrutura deverão informar os seus municípios que só terão saneamento se a União Europeia o financiar... valha a honestidade.

----- Ao nível do ambiente, concordamos com o esforço desenvolvido mas continuamos a não aceitar que o executivo continue a apresentar a barragem de Veiguiñas como prioridade. Já não é. Já tiveram mais que tempo para encontrar outra solução.

----- Aguardamos ansiosos pelo novo ciclo cultural. Aliás, já há algum tempo o ansiamos. Esperamos então pela consolidação e integração da programação cultural, seja lá o que isso for... Cá estaremos para falar sobre ela... ..

----- Registamos também que no que diz respeito à gestão dos transportes apenas estão preocupados com a requalificação da rede viária e a construção do Aeroporto Regional e nada tencionam alterar ou reformular na rede pública de transportes colectivos.....

----- Quanto ao orçamento, a diminuição de cerca de 5% para 2010 face ao de 2009 deveria ser entendido como um reflexo lógico da conjuntura social e económica que o país vive, e da contenção por parte da Câmara, mas não, não nos parece que seja esse o entendimento do executivo, que tal como nos anos anteriores, vive dependente da receita proveniente dos impostos directos e indirectos aos municípios. A verdade é que esta diminuição de receita deveria obrigar o executivo a repensar a despesa, nomeadamente a corrente, que não só não diminui como aumenta. Repensar e perspectivar outras fontes de receita seria obrigação e prioridade autárquica.....

----- Continua o discurso de implementação e desenvolvimento das zonas industriais sem que haja uma estratégia para a captação de investimentos que proporcionem reais mais-valias económicas e sociais, nomeadamente, o emprego.

----- Mais um mandato e continua por fazer, ou por pensar uma política social, que beneficie os municípios e auxilie os mais carenciados. A habitação social continua a ser algo que o executivo considera tabu, quando poderia e deveria fazer mais, muito mais... ..

----- Mais um mandato e o centro da cidade continua desocupado, abandonado e sem perspectivas de mudança. Seria aqui, depois de tantos anos a fazer precisamente o contrário, ou seja, a fazer crescer aleatória e desmesuradamente a cidade, que este executivo deveria investir seriamente. Com apoios ou sem eles, com financiamentos ou sem eles, a aposta na requalificação do centro da cidade iria promover, decerto, como tanto gostam de afirmar, a identidade e a capitalidade de Bragança. E daqui a 4 anos, estamos certos, a cidade e suas dinâmicas seriam outras. Se assim não fizerem e depois deste longos anos à frente do

município, será uma vergonha deixar o centro da cidade bem pior do que quando iniciaram o vosso 1º mandato.

----- Assim e como já poderão ter percebido, não estão reunidas as condições para o BE aprovar este orçamento e estes planos.....

----- Obrigado”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Vamos encerrar o período de intervenções com a última intervenção do representante do Movimento Sempre Presente, Senhor Deputado, José João Lourenço, tem a palavra.

----- **José Lourenço** – Ora boa tarde a todos. Em primeiro lugar queria desejar aos presentes na sala as boas festas em nome do Movimento Sempre Presente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores presentes, caros colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, caros elementos da Comunicação Social e restantes convidados. Como força política de cariz não partidário, o Movimento por Bragança Sempre Presente, deve a sua génese à grande insatisfação de parte da nossa sociedade, com as políticas autárquicas que tem sido seguidas por este Executivo que ao fim ao cabo vemos reeleito.....

----- E a base teórica essencial que permite materializar esse conjunto de acções é efectivamente o Plano e Orçamento que nos trás aqui neste momento.....

----- Consideramos assim que este documento não corresponde minimamente à expectativa e esperança que muitos munícipes ainda acalentam, nomeadamente nas camadas laborais mais jovens, pessoas formadas e não só. Não auspiciando um futuro melhor para todos, mas só para alguns, e que ninguém fala, portanto, consideramo-lo socialmente lesivo, economicamente errado e quiçá, financeiramente injustificado, atendendo à acentuação de um fenómeno extremamente negativo, que é o empobrecimento acentuado da região, segundo dados bem recentes do INE, comparativamente a outras regiões do País.

----- Para nós, este orçamento parece mais com um livro de assentos de uma mercearia nos tempos de hoje, são dividas, e mais dividas, principalmente de obras, digamos antes, de trabalhos em betão e de muito betão que estamos aqui a falar, muitas delas executadas e como será do conhecimento dos presentes, no período de pré-campanha e campanha das ultimas eleições autárquicas. Penso que além do óbvio benefício para o Executivo Camarário em recandidatura, foram essencialmente empresas externas à nossa cidade e à nossa região, quem mais lucrou com esses trabalhos, aliás a própria foto da capa do documento que nos foi

distribuído, ilustra como mal concessionadas têm sido muitas essas obras, de elevado custo, mas sem melhorarem significativamente as condições de vida dos mais directamente abrangidos, nem tão pouco irem de encontro do problema principal da região, que é só a falta de emprego.....

----- Este documento, não apresenta de facto novas obras que se desenvolvam sustentavelmente a cidade e a região, não contendo mais que rubricas genéricas com muitos “s”, os tais “s” do QREN, etc., etc..

----- Salientamos ainda, aos Senhores elementos desta Assembleia, que não temos sequer a garantia que o passivo desta Câmara esteja realmente e rigorosamente reproduzido neste orçamento. Mais uma vez e chamamos especial atenção aos excelentíssimos Presidentes de Junta aqui presentes, se constata o esquecimento a que o meio rural é votado por este Executivo, nesta proposta. Caríssimos Senhores Presidentes, muitos deles amigos, lamentamos de veras estarem novamente à mercê da eventual boa vontade do Executivo para poderem responder às necessidades das vossas aldeias e dos habitantes que representais, acreditamos não terem sido escolhidos pelos vossos eleitores, para estarem de chapéu na mão, como pedintes de migalhas da melhoria do bem estar das populações que estais aqui a representar.

----- Genericamente, e na sua globalidade é um orçamento que não serve os interesses dos nossos munícipes, pelo que não podemos concordar e votaremos contra o mesmo. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. A gestão dos tempo que cada Grupo Parlamentar tem é da sua inteira responsabilidade, pelo que tinham já sido esgotadas as inscrições, mas o Partido Social Democrata tem ainda algum tempo e o Senhor Deputado, Amândio Gomes, pediu o uso da palavra, pelo que lhe é concedida, faça o favor de se dirigir ao microfone.

----- **Amândio Gomes** – Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador, Excelentíssimos Presidentes de Junta, caros Colegas, Membros desta Assembleia. Antes de mais queria desejar-vos um Bom Natal e um Bom Ano a todos. Ouvimos aqui várias posições e todas elas a concluir pela não aprovação do Orçamento e do Plano de Actividades. Claro está, está na vossa posição fazer o vosso teatro, e fazer os vosso números nestas coisas, ,... no teatro trabalham pessoas muito dignas e bom actores, vós também os tendes. O PS, limitou-se a dizer mal de tudo, como se só tivessem feito asneiras, coisas mal feitas. Bom, quem fez tanto como tem feito o actual Presidente da Câmara ao longo destes anos, não merece essa vossa posição, especialmente olhando ao facto de

vocês terem estado lá oito anos, na Câmara, mas tiveram lá e não fizeram rigorosamente nada, por isso querem fazer crer agora que os Executivos liderados pelo Senhor Eng.º Jorge Nunes também pouco ou nada fez.

----- Bom, então porque é que quando alguém se refere à cidade de Bragança, vista ao longo do tempo, diz sempre que Bragança teve uma evolução nunca vista, nunca sonhada, claro que pode ter havido alguns empreendimentos que não foram programados ou projectados da melhor forma, é natural, só não faz coisas mal feitas quem não trabalha nesse ramo, mais nada, agora, quem trabalha, por vezes, não consegue fazer tudo bem.....

----- O Senhor Professor Pires descreveu uma grande lista de empreendimentos que foram feitos, pelos Executivos liderados pelo Sr. Eng. Jorge Nunes, e depois não fica contente, não sabe qual o rumo que os jovens e os velhos desta região ou deste Concelho vão ter. Bom, mas essa pergunta terá que faze-la aos governos que nos governam e não só à Câmara Municipal, a Câmara Municipal tem, enfim, que colaborar na resolução dos problemas que afligem as populações, mas neste caso, as políticas dos diversos governos que nos tem governado, é que têm conduzido ao despovoamento desta região, não é a Câmara, a Câmara cria os empregos que pode criar, trabalha com privados até para criarem alguns empregos, mas não pode criar tudo. --

----- Referiu-se também e apelidou de politica megalómana, meus senhores, vocês estavam só habituados a fazer coisinhas, agora estes executivos têm feito empreendimentos capazes de servir os interesses da cidade e de causarem a admiração de muitos que nos visitam.....

----- “Não deixem que os rios sequem”, se calhar é a Câmara que vai parar ou que manda parar a chuva, não sei, mas não me parece que isso seja assim, portanto, não peçam ao Presidente da Câmara que não deixe que os rios sequem.

----- A mobilidade urbana tem sido permanente e o aperfeiçoamento dos transportes urbanos tem sido contínua, não sei porque é que se referem à mobilidade urbana como se fosse um pecado tão grande, bem que estes serviços têm que ser aperfeiçoados continuamente.....

----- Na área social, no comércio e na indústria e na agricultura, também a Câmara, nestes últimos doze anos, tem a sua quota-parte de beneficiação de qualquer destas áreas. Podia fazer mais? Bom, se tivesse meios, se o governo também as proporciona-se, porque pensamos que é a eles, especialmente, que cabe a administração destes campos.

----- A CDU fazia tudo diferente, acredito, só que não faz nada, não pode, ninguém acredita nas suas boas ideias.

----- Referiu-se também à necessidade de haver um orçamento participativo. Meus senhores, todos os orçamentos apresentados pelos diversos municípios ao longo destes doze anos, têm sido participados e neles tem intervindo todas as Juntas de Freguesia e diversos parceiros sociais, portanto não é novidade falar em orçamentos participados.

----- A nova velha maioria, está aqui para apoiar mais uma vez o bom desempenho deste Executivo.

----- O Sr. Dr. Luís Vale do Bloco de Esquerda referiu-se que só se contraem empréstimos para saldar dívidas, e então para o que havia de ser? Só para isso, para pagar as dívidas que se vão contraindo por se terem feito empreendimentos, naturalmente.

----- “ Veiguinhas já não é prioridade”, diz, nós pensamos que infelizmente ainda é prioridade e já devia tê-lo sido, não fossem alguns entraves que surgiram entretanto, entre tempo e cuja responsabilidade cabe em boa parte ao PS que na altura estava na Câmara e que não soube resolver os problemas que na ocasião se levantaram e que podiam ter conduzido à feitura da própria barragem de Veiguinhas.

----- A despesa corrente não diminui, mas aumenta, pois claro, tem que ser assim, pois se se fazem os empreendimentos, à que pô-los a funcionar e eles só funcionam com gente, e naturalmente que a gente que lá trabalha tem que ser paga e daí o aumento das despesas correntes.

----- A habitação social devia ser mais, neste últimos anos devemos destacar que no último mandato que a Câmara se empenhou imensamente no sentido de resolver diversos problemas da habitação social.

----- O Movimento Sempre Presente diz-nos que só há dívidas e mais dívidas de trabalhos em betão. Mas se as construções hoje precisam de betão, que outro material se podia comprar? As construções, não gostam delas conforme estão executadas, bom, se calhar se fossem feitas por vocês em piores condições eram as melhores deste mundo. Bom, deixemo-nos de questões menores e vamos ao que interessa. O Executivo propõe naturalmente uma política de continuidade, sempre no sentido de fazer uma cidade melhor, é por aí que temos de continuar a caminhar. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. A Mesa, embora estivéssemos imbuídos de uma vontade de podermos avançar rapidamente nos trabalhos, a

verdade é que há Grupos Parlamentares que ainda tempo para intervenção e estão a solicitar inscrição para intervir de novo. Assim o Senhor Deputado em representação do Partido Socialista Vitor Prada Pereira tem que usar o seu tempo disponível e ainda tem bastante tempo disponível, eu solicitava que houvesse um encurtamento mais possível das intervenções, porque já vai adiantada a hora mais do que nós pensamos e ainda registamos inscrição da CDU que vai tomar a palavra a seguir.....

----- **Vitor Pereira** – Boa tarde a todos antes de mais. Eu pensei seriamente se deveria vir aqui ripostar seja o que for e dizer qualquer coisa sobre isto, mas alguma coisa, Sr. Deputado, que eu não posso deixar em branco até porque os meus camaradas ali da minha bancada me disseram, alguns deles inclusivamente, que queriam defender a honra e com todo o direito, porque o Senhor usou aqui uma palavra que digamos que não o dignifica, a palavra “palhaço” quer dizer, nós.... Bom, eu quero-lhe dizer.... ..

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, silencio na sala, silencio, o Sr. Deputado, faz o favor de continuar.....

----- **Vitor Pereira** – ...Mas se não disse, tentou insinuar algo que poderia eventualmente ser parecido com isso, mas quero-lhe dizer também não é isso que nos ofende, porque nós só somos ofendidos por quem queremos, como sabe e portanto, eu não me senti nada ofendido, ante pelo contrário, mas quero-lhe lembrar ao Senhor Deputado que nós fomos eleitos democraticamente e como tal, quer nós, quer o Movimento Sempre Presente, quer a CDU, tem todo o direito de fazer as opções e as criticas que acharem justas e necessárias a qualquer documento essencialmente a um documento como este que é um documentos orientador das politicas deste Concelho.

----- Queriam-lhe dizer também que, só para lhe lembrar e já que se fala em obras e falou aqui em muito cimento, que desde que saiu de lá, vocês parece que consideram um famigerado, famigerado, para não dizer outro nome mais forte, o Executivo do Partido Socialista que governou esta Câmara durante oito anos, duplicou, duplicou, em termos orçamentais, o dinheirinho para fazer todo esse betão e toda essa obra, eu gostava de lhe lembrar isso, duplicou e algum governo foi que fez essa duplicação, e esse governo quer queira quer não, é um governo do Partido Socialista, assim como as Juntas de Freguesia, exactamente a mesma coisa.

----- Queriam-lhe dizer também e para terminar, eu vim cá mais por isso, e porque há bocado quando vinha entrar na sala ouvi falar de opção gestonária em relação aos funcionários da

Câmara que parece que o Senhor Brinquete levantou aqui e que o Senhor Presidente da Câmara disse que não poderia, aliás, só entende alguma interpretação que ele acha que é dele, em relação à opção gestonária, eu quero-lhe dizer que há organismos públicos que fizeram opção gestonária, aplicando a Lei do SIADAP, favorecendo os menos pagos, isto é, as pessoas com ordenados, com vencimentos muito mais baixo, aumentando-lhe o ordenado, fizeram opção gestonária e não foi só aqueles que tiveram os muito bons, nem os que tiveram excelentes, foram pessoas muito honestas, muito dignas, mas que ganham pouquíssimo, normalmente telefonistas, auxiliares administrativos e outros tais e portanto Senhor Presidente, eu acho que se uns fazem, os outros também podem fazer. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado, José Brinquete, lembro que tem ainda dois minutos, a Mesa vai ser rigorosa no cumprimento do tempo.

----- **José Brinquete** – Eu não vinha aqui se não fosse querer fazer um determinado comentário também de boa disposição, porque a intervenção do Dr. Amândio é uma intervenção extremamente importante, e em nome da bancada do PSD, na medida em que depois do debate todo, tenta esvaziar as posições do adversário, e introduziu um elemento muito interessante de bonomia e até humorístico, eu não acho que tenha chamado palhaço a ninguém, falou em teatro, é teatro não tem nada... e até mesmo de palhaço é interessante, não é? Até mesmo palhaço é interessante, porque também, também é uma actividade e todas as profissões são dignas, porque se chamarmos varredor a uma pessoa fica ofendida é?

----- Bem, agora, porque é que eu pedi para falar? Porque há uma linha geral da intervenção do Dr. Amândio que eu quero comentar que é a do conformismo, tem que ser assim, quer dizer, para o Senhor Doutor tem que ser assim. E eu chamava atenção de duas coisas e para terminar, a primeira é que o homem é humano, os homens e as mulheres, há milhares de anos, se tivessem aceite que tinha que ser assim Deus criou o homem e ao sétimo dia disse – descansa - e está tudo criado, e o mundo, não tinham sequer inventado a roda nem o moinho.

----- A segunda nota é de que o Senhor Doutor, por acaso, exercita, não é por acaso, tem este dom, exercita há muitos anos e eu acho que com bastante gosto e mestria, as mãos e o espírito, das mãos e do espírito do Senhor Doutor saem obras de arte excelentes que eu conheço, já vi muitas delas em exposição e então eu espera de si uma eterna luta pela utopia, por mais coisas, por desejos maiores e não pelo conformismo, porque o desejo de utopia não

tem idade. E portanto era só essa nota também de perspectiva no futuro que aqui queria deixar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, utilizou racionalmente o seu tempo, nós vamos ter que avançar e pedia ao Senhor Presidente da Câmara se tem intenção de fazer alguma intervenção. Sim? Tem a palavra, Senhor Presidente.....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Se eu fosse escritor, tivesse essa capacidade e tivesse assistido a alguma intervenções eu atrever-me-ia a escrever um livro e colocar-lhe-ia um título, “o pessimista”. Houve aqui intervenções verdadeiramente pessimistas, nem sequer equacionaria o termo próximo de algum realismo, é preciso de facto cultivar uma atitude algum optimismo, associado a uma necessária capacidade de análise da realidade de perceber a evolução que a gestão do município tem tido, que é positiva, é inquestionável que sim. Durante a apresentação passámos declarações da Senhora Ministra da Cultura, enfim, as primeiras declarações publicas que fez, passámos uma referencia de um estudo importante para o município, para o país, desafios do país, digamos que, soluções para resolver os problemas da competitividade, da inovação, da produtividade, da criação de riqueza, de emprego, no fundo de qualidade de vida e bem estar.

----- Aquilo que eu gostava e desejava e desejo a todos os Senhores Deputados neste momento e desejava para todos os portugueses e para todos os cidadãos do mundo, de facto é um Bom Natal e um Bom Ano, com muita felicidade.....

----- Mas as coisas, não existe só à nossa volta, não existe só aquilo que nós conseguimos ver ao nosso lado próximo, é preciso ver um bocado mais e não esquecer que durante este ano, durante este ano, a nível das quinhentas maiores e melhores empresas do país, a melhor empresa de metalomecânica está em Bragança e também não quero deixar de salientar que ao nível da PME's do país, a melhor PME na área de metalomecânica está em Bragança, essa gente não podia ser incluída nessa publicação com o titulo de “o pessimista”, essas estariam exactamente numa publicação com um titulo oposto, é vida, é uma realidade que integra o desenvolvimento do Concelho, o desenvolvimento do Concelho não é só a estratégia do município, não é só a estratégia que está na cabeça dos Senhores Deputados e do Presidente da Câmara e dos Vereadores! É dos cidadãos que estão nas empresas, nas instituições, nas associações, que impulsionam, dão valor e fazem progredir a sociedade. O município tem uma parte e um quota parte dessa responsabilidade, mas não é seguramente com uma visão tão pessimista que as coisas podem evoluir, desde, temos equipamentos modernos, é claro que

sim, que obtiveram, inclusive, já, bons prémios, são boas peças e arquitectura, antes de serem premiados eram elefantes brancos, assim, provavelmente ninguém iria assistir, ninguém frequentaria esses espaços, eles não seriam úteis para nada, eram autenticas obras de, digamos, megalómanas, da gestão do município.....

----- De facto o Senhor Deputado disse bem, o Dr. Amândio Gomes, há gente que estava habituada a não ter nada, a não ver nada, não perspectivar nada. A vida da nossa cidade hoje é outra, reforçou, reafirmou a sua capacidade de ancoragem regional e de facto aumentou a população, aumentou a actividade económica, era importante que conseguir-se continuar a reforçar essa sua capacidade de atracção e de ancoragem regional através de politicas nacionais com base de incidência regional que dessem e reforçassem essa capacidade de atracção. Eu penso que só por essa via, da criação de uma rede de cidades de média dimensão no interior do país será possível conter a desertificação, o despovoamento e a desqualificação do território, são politicas nacionais necessárias que é preciso, que evoluam e é por essas que é preciso lutar, lutar com esperança, com optimismo e com orçamento realista naturalmente, não com orçamentos criativos, as cidades criativas de resto, são hoje, são hoje a ser estudadas, como cidades inteligentes, cidades criativas, faz-se muita reflexão a esse nível, se a nossa cidade pudesse ser uma cidade criativa, enquadrar-se nesse conceito, é bom, vamos tentar trabalhar nesse sentido.....

----- O orçamento do município não esquece as politicas de cooperação fronteira, se há reforço de cooperação fronteira, tem sido nos últimos anos, eu lembro que na altura em que o Partido Socialista governava a Câmara Municipal foi convidada então pelo Dr. Miguel Cadilhe, que presidia a Fundação Rei Afonso Henriques, para integrar a vice-presidência da Fundação e não o quis fazer. Trabalhamos noutra dimensão, uma dimensão mais afirmativa, mais positiva, enfim que procura mais espaço, mais oportunidade para a qualidade de vida dos cidadãos.

----- É verdade que a cidade precisa, partilha-o com a preocupação do Senhor Deputado, Brinquete, precisa de um pavilhão multiusos capaz, precisava de reestruturar o pavilhão do NERBA, a nossa cidade tem associações de empresários, tem associações de comerciantes, numa situação débil, precisávamos que fossem muito mais fortes, precisávamos que fossem muito mais apoiadas, precisávamos que as politicas nacionais os apoiassem, não é aceitável, do meu ponto de vista, que para uma capital de Distrito, uma Associação Empresarial que agrega os principais empresários do Distrito, não lhes seja dada a oportunidade de terem um

bom pavilhão multiuso de exposição com condições de conforto, a Câmara tratou de toda a envolvente, fez já investimentos para melhorar as condições, disponibilizou-se já se necessário para participar obras desse nível, mas o município não tem dinheiro para ir fazer isso, aquilo que compete também fazer a outras entidades, como nós gostávamos que esse projecto evolui-se e ajuda-se a dignificar o nosso município.

----- O Matadouro não tem uma história trágico/cómica, serve os interesses da lavoura, serve os interesses dos nossos agricultores, necessita de um esforço público financeiro de cerca de vinte mil euros/ano, o que é uma insignificância, porque isso paga-se num bom espectáculo no teatro, onde na melhor das hipóteses estão quatrocentas pessoas a assistir. Os nossos agricultores merecem seguramente este esforço, portanto não partilho consigo essa visão, relativamente ao matadouro, antes pudesse haver muitos mais agricultores, jovens agricultores, que se pudessem instalar, pudessem governar as suas vidas, pudessem educar os seus filhos, como acontecia antigamente, um agricultor médio criava e educava, formava os seus filhos, hoje um agricultor médio morre de fome se não tiver subsídios, de tal forma está o abandono da agricultura, acho isso uma situação miserável sob ponto de vista da política nacional, gostava que fosse de forma bem inversa e essa situação repercute-se na fragilidade das associações.

----- O que é feito da Associação da Raça Churra Galega Bragançana, por exemplo, entre outros exemplos? Alguma coisa não está bem. Não está bem na economia, não está bem nos apoios, não está bem na extensão rural, não está bem na necessidade dos técnicos do sector agrícola estarem próximos dos agricultores, bem como os técnicos do Parque Natural de Montezinho estarem onde devem estar, junto dos agricultores, ajudando-os a progredir a sua vida, a sua organização, a sua economia, há muito trabalhinho a fazer por parte de cada um, todos nós temos de facto democraticamente a liberdade e felizmente que temos, de raciocínio e quanto maior for essa nossa liberdade de raciocínio, maior é a capacidade de impulso e de progresso que nós conjuntamente conseguimos dar à sociedade, mas não estejamos só a pensar e a dizer aquilo que o outro nosso vizinho deve fazer, nós também temos obrigações de fazer. -

----- O Centro de Investigação na área da castanha, estou convencido que é uma necessidade para Bragança e acho que é uma necessidade e uma urgência que ele se centre onde tem que se centrar, no Instituto Politécnico. É necessário que as competências, as significativas e muitas competências, digo muitas competências, que o Instituto Politécnico

tem, sejam colocadas ao serviço do progresso do desenvolvimento da agricultura da nossa região. O Instituto Politécnico tem, neste âmbito, competências superiores a outras instituições da região, e deve, do meu ponto de vista, marcar o terreno através dos projectos de investigação agregando recursos financeiros necessários em termos comunitários e servir o progresso e o desenvolvimento da agricultura, desta grande escola agrária que tem o nosso Instituto Politécnico, tem uma das melhores senão a melhor Escola Agrária do País, é necessário que saia, também para o terreno, que saia para junto dos agricultores, para junto das associações para que essa evolução possa ocorrer.....

----- A gestão, não temos, seguramente, um orçamento preparado para pagar dividas de obras de campanha, algumas temos, é inquestionável que sim, como é normal, em qualquer orçamento, mas a nossa perspectiva e eu disse de manha, sobre o Estado e Vida do Município, que a nossa perspectiva aponta já nesta data, que estamos quase a fechar o ano, no sentido que tanto a divida de médio como de longo prazo será, particularmente a de curto prazo, será menor do que aquela que foi no ano anterior, o que significa que houve prudência, não houve desmando nem exageros quando não devem ter que existir, nós temos tentado governar o município de forma estável, coerente e com sentido de responsabilidade, não é o facto de haver umas eleições que nos faz perder a orientação.

----- Relativamente aos transportes urbanos, basta olhar para a página sessenta e sete do orçamento e perceber a idade média da frota de transportes urbanos é actualmente de nove vírgula zero nove anos. Herdamos uma frota sem condições mínimas, pequena, envelhecida, sem condições mínimas de segurança. De facto, nesse âmbito, não é justa essa referência, a idade média da frota está dita e mais, e o orçamento prevê o reforço da frota STUB em equipamentos de capacidade mais reduzida para ajudar o movimento associativo.....

----- A nível da mobilidade o nosso município ainda não há muito tempo, foi classificado na primeira posição a nível nacional, estando há doze anos podíamos ter uma frota com uma idade média de vinte anos, temos uma frota com a idade média inferior a dez anos, significa que a situação tem sido bem orientada. Como disse o Dr. Amândio Gomes, o betão e o asfalto, hoje, faz parte da vida do homem, do progresso, do desenvolvimento, naturalmente no futuro próximo haverá outros matérias compósitos que farão mais, estarão mais presentes na vida dos povos, hoje esses estão presentes, para nós a revolução do asfalto ainda não chegou, portanto estamos à espera que chegue e portanto enquanto há equipamento de acessibilidades, de infra-estruturas em vários níveis: do desporto, da cultura, da mobilidade,

do abastecimento publico que a região careça, é inquestionável que o betão, o asfalto, o aço, etc., continuam a fazer parte daquilo que são os materiais fundamentais para que o homem crie condições de bem estar e qualidade de vida.

----- Diz o Movimento XXI - abandono das aldeias - Os senhores Presidentes de Junta nunca andaram de chapéu na mão, nenhum Presidente de Junta, em doze anos, do meu ponto de vista, não sei, algum pode ser que diga o contrário, mas nunca percebi, nenhum Senhor Presidente de Junta de chapéu, à volta de Sua Excelência o Presidente da Câmara, não! Tenho-os tratado como iguais, com respeito, são pessoas eleitas, com legitimidade politica, administrativa e financeira e é nesse quadro que eles têm de ser tratados, foram sempre tratados. Há doze anos atrás andavam com os papeis da Junta, com o carimbo da Junta, alguns deles nos seus próprios carros, nas carrinhas de construtores, para carimbarem os papeis, era mau para os Senhores Presidentes de Junta e para os cidadãos, nós, eu orgulho-me, durante doze anos, conjuntamente com a equipa que me tem acompanhado, de ter criado condições de dignificação do poder local e das nossas populações, não sinto arrependimento absolutamente nenhum disso, pode ter havido algum investimento que hoje tem menos utilidade do que tinham, mas é verdade quando foi concebido e foi feito, ele foi considerado como necessário e foi considerado num plano de reflexão e de respeito absoluto pelos Senhores Presidentes de Junta, como referi, com a necessária autonomia politica administrativa e financeira e nunca me relacionei com nenhum dos Senhores Presidentes de Junta a não ser nessa condição e não o quero fazer de forma diferente em circunstancia alguma.....

----- Os municípios não recebem favores do Estado, do governo, quando recebem as transferências que estão previstas, os municípios fazem parte e são parte integrante do estado democrático, da estrutura de poder do estado democrático, têm competências, têm atribuições e têm que ter as necessárias contrapartidas financeiras para exercer essas competências e essas atribuições, e essas só têm uma proveniência, que são os impostos dos cidadãos e como quem arrecada os impostos dos cidadãos é a administração central, aquilo que compete à administração central é justamente repartir esses recursos e o esforço dos cidadãos, na medida da proporção das competências que cada nível de poder publico exerce e nos últimos anos, aquilo que tem estado a acontecer, é tal como ao nível do salário mínimo, comparativamente a mil novecentos e setenta e quatro, há perca de valor por parte dos

cidadãos, também os municípios, no conjunto deste processo, têm estado a perder capacidade financeira.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Posto isto, vamos passar à votação. De imediato, vamos então votar sobre o Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Actividades Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2010.

----- Atenção, de acordo com a agenda estamos a votar um único tema, temos no ponto 4.2.1 análise e discussão dos pontos.... Trata-se de um ponto exclusivamente, foi assim que foi decidido na Comissão Permanente, portanto vamos votar tudo junto.

----- **Após análise e discussão a proposta da Câmara foi submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com dezassete votos contra, três abstenções e sessenta e cinco votos a favor, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.**.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Regista, a Mesa, neste momento, quatro declarações voto. José Brinquete, eu peço que venha intervir, se faz o favor.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente, eu pretendo declarar que votei contra o Plano de Actividades e Orçamento e o Mapa de Pessoal pelas razões que invoquei na intervenção que fiz durante o debate.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. De seguida Senhor Deputado, Manuel Pires, faça o favor.....

----- **Manuel Pires** – Senhor Presidente, Senhor Deputados, o Partido Socialista, o Partido Socialista votou contra o Plano e Orçamento porque de acordo com aquilo que foi aqui enunciado relativamente àquilo que tínhamos a dizer relativamente ao Plano e Orçamento, nós não concordamos na linha com o rumo que está a ser dado ao município e por causa disso e porque queremos que a Zona Histórica e o Município se afirme por essa via e não crescendo ainda mais, por tudo isso nós votamos contra.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Ttem a palavra o Deputado, Luís Pires.....

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde a todos novamente. Eu vou fazer a declaração de voto, porque, como vocês sabem, ela além da índole de Grupos Municipais, tem também uma componente pessoal e eu faço também esta declaração de voto com uma índole de componente pessoal, revejo-me completamente naquilo que o meu camarada Manuel Pires aqui referiu, portanto no seguimento da linha do Partido Socialista, no entanto tenho que acrescentar que digamos quase à laia de protesto, e pegando nas palavras do Senhor

Presidente da Câmara, que realmente aquela expressão que ele utilizou aqui de liberdade de raciocínio é extremamente importante, se for conjugada com a postura de respeito que merecem todas as posições de todos os Grupos Parlamentares. Choca-me que se façam, às vezes, algumas intervenções a roçar alguma arrogância, porque a tal liberdade de respeito exigiria que tal não fosse realizado, por outro lado, também me choca por que existe uma postura dialéctica incongruente e um pouco ambígua, onde se critica uma postura que evidencia algum negativismo de atitudes autárquicas, quando esses mesmos depois pegam nessa atitude relativamente a políticas nacionais e a postura que adoptam pauta exactamente pelo negativismo ainda mais vincado, parcial e discriminatório.

----- Meus caros amigos, há que haver respeito pela diversidade de opiniões e não se deve brincar com coisas sérias. Como disse o senhor Presidente da Câmara e seguindo um pouco o pensamento dele, há elefantes brancos que, por vezes, se transformam em cisnes, portanto, tenham respeito pelas opiniões de hoje, porque amanhã podem vir a reconhecer que eles tinham razão, obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhora Deputada, Ana Cláudia. Uma declaração de voto do Partido Social Democrata, também, ok.....

----- **Ana Cláudia** – Eu só gostaria de justificar a minha declaração de voto no sentido de que não me revejo em nada, ou em muito pouco, nos pessimistas qualificados pelo Senhor Presidente, porque o sentido da minha, quer dos meus pedidos de esclarecimento, quer da minha intervenção, foi tentar apurar se o município estaria a aproveitar todos os recursos e os instrumentos de quem tem ao seu dispor, para dinamizar a cidade, e o que conclui é que eles não estavam a ser aproveitados, e portanto que o documento da forma tal como está redigido, de uma forma como lírica, portanto, de literatura e pouco concretizada, não convence uma intervenção estratégica para um município e cada vez mais continuamos na resolução do caso concreto conforme ele vai aparecendo. Por isso não podia deixar de votar contra, mas não é por pessimismo mas sim por entender, reforço, que o município não está a aproveitar os recursos que tem ao seu dispor.

----- E já agora aproveito num exemplo concreto e contraditório avançado perlo Senhor Presidente da Câmara, disse ele a propósito da extensão do NERBA - nós já fizemos investimentos, nós já ajudámos naquilo que podíamos ajudar efectivamente - ó! Senhor Presidente, então mas se... ..

----- **Presidente da Mesa** – Senhora Deputada, peço desculpa mas no uso da palavra a declaração de voto tem que ser sintética.

----- **Ana Cláudia** – É só para dizer isto, porque não aproveita o mecanismo das cedências efectivamente para instalar o equipamento de utilização colectiva, necessário à utilização de todos e portanto a Câmara já não teria que investir e não precisava dos promotores privados. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada Senhora Deputada. Peço desculpa ter feito a A Assembleia vai suspender-se, a requerimento dos Senhores Presidentes de Junta, durante apenas quinze minutos, mas eu vou dar essa informação, já te vou dar a palavra, mas eu queria dizer o seguinte, os quinze minutos têm que ser respeitados por todos, peço aos Senhores Deputados que quando se retirarem depois de dar a palavra ao último elemento para a declaração de voto, o Partido Social Democrata, que se retirem da sala, mas antes vamos proceder ainda à instalação de um deputado que vai ser instalado de imediato, depois a seguir tomo novamente a palavra, bom, mas o que eu quero lembra a todos, é que o período de quinze minutos é para ser respeitado, para seguirmos os trabalhos. Tem então a palavra para declaração de voto o representante do Partido Social Democrata, faz favor.

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente. Dado o adiantado da hora, procurarei responder às suas solicitações de rapidez, dizendo apenas que procuro aqui reafirmar de forma muito clara, do ponto de vista do Partido Social Democrata, apesar das divergências que subsistem na forma como vemos e na forma como concebemos o projecto autárquico para este Concelho, temos o maior dos respetos e a maior das considerações por aquilo que é o mandato e aquilo que são as perspectivas políticas que cada um dos Grupos Municipais tem nesta Câmara.

----- No entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados eu gostaria de lembrar uma coisa, a fonte de legitimidade de todo o poder reside num mandato eleitoral que é conferido de quatro em quatro anos aos titulares dos órgãos autárquicos, e se existe um princípio que o Partido Social Democrata sempre se prezou de observar nesta Assembleia, foi o de viabilizar orçamentos que dão cumprimento, que executam, que materializam aquilo que foram os compromissos eleitorais que nós assumimos em cada um dos actos eleitorais que vencemos. ..

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, além das considerações que, do meu ponto de vista, foram tecidas pelos Senhores Deputados, Eduardo Malhão e Amândio Gomes que me parecem que foram muito claras na expressão da posição do Partido Social Democrata,

gostaria de sublinhar e reafirmar, que este orçamento é viabilizado pelo Partido Social Democrata, na exacta medida em que dá cumprimento àquilo que foi o mandato popular que nos foi conferido ainda este ano. Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, senhor Deputado. Então, de imediato, e terminadas que estão as declarações de voto, vamos proceder à instalação... ..

~... ..

----- **Presidente da Mesa** - Não! Não! O regulamento diz quatro horas seguidas... ..

----- Dizia eu, vamos proceder à instalação do Deputado José Carlos Correia Mota Andrade, que já se encontra na sala, peço que se dirija aqui à Mesa, para proceder à sua instalação na Assembleia Municipal de Bragança.

----- Ora, muito obrigado, Senhor Deputado, posto agora o acto formal de instalação do Senhor Deputado do Partido Socialista, eu então interrompo esta Assembleia dizendo, são seis horas da tarde, às seis e um quarto retomamos os trabalhos, ficam na sala apenas os Senhores Presidentes de Junta, apenas ficam aqui na sala os Senhores Presidentes de Junta, os restantes Deputados, às seis e um quarto estão aqui novamente na sala, por favor.....

----- **Presidente da Mesa** –Senhores Deputados, retomamos os trabalhos, para lá do período que tinha sido definido inicialmente, mas, a metodologia de votação da escolha dos representantes dos Presidentes de junta, foi um bocadinho demorada, muito bem. Ora silencio na sala por favor, compreendo que após esta discussão que estejam ainda a proceder a algumas explicações entre vocês, mas os trabalhos vão-se reiniciar de imediato.

..... **Foi presente uma Lista única de candidatos a Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, do PSD, nos seguintes Órgãos:**

Comissão Permanente – Adriano Augusto Correia – PJF de Rebordãos

Associação Nacional de Municípios Portugueses - Luís Aníbal Rodrigues Martins - PJF de **Donai**.

Conselho Municipal de Educação – Maria Rosa Galhardo Pinto Pires – PJF de Izeda

Assembleia Distrital – Gualter Dinis Gonçalves Garcia – PJF de Faílde

Defesa da Floresta Contra Incêndios – Amândio dos Santos Costa – PJF de França

Comissão de Protecção Civil – Telmo Ramiro Prada Afonso – PJF de Espinhosela

Resíduos do Nordeste – António Jorge Brás Pires – PJF de Pinela

Parque Natural de Montesinho – Paulo Hermenegildo de Castro João - PJF de Rabal

Concelho Cinegético Municipal – Eduardo Joaquim Portela – PJF de Samil

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Filipe Osório Caldas – PJF de Salsas

e Dinis Augusto Dias Pinela – PJF de

Sendas

O Proponente: Adriano Augusto Correia.

----- **Após votação, por escrutínio secreto, e num universo de trinta e sete votantes, foi obtido o seguinte resultado:**

Votos a Favor – 30

Votos Contra – 3

Votos em Branco – 3

Votos Nulos - 1

----- **Presidente da Mesa** – Vamos passar ao ponto

PONTO 4.2.2 – DESAFECTAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 13 168 M2 SITA NA QUINTA DA TRAJINHA, DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de Novembro do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DESAFECTAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 13 168 M2 SITA NA QUINTA DA TRAJINHA, DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

A Câmara Municipal, por deliberação de 25/09/2007, adquiriu à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, um terreno com a área de 26 829,50 m2, destinado à construção de equipamentos públicos e via de acesso (Av. Cidade de León), a destacar de um prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 683/19940126, adquirido para o domínio público do Município.

Pelo IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P., foi solicitada a cedência de direito de superfície, sobre 3 736 m2, integrada na parcela adquirida com a área de 26.829,50 m2.

Da parcela adquirida, 13 661,50 m2 destina-se à construção de vias e a área restante 13 168,00 m2 destina-se à construção de equipamento público (Centro de Saúde, Centro de Respostas Integradas e outro (s)).

A constituição de direito de superfície exige que a parcela destinada à construção de equipamentos venha a integrar o domínio privado do Município, que será fraccionada em três lotes.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a desafecção do domínio público Municipal, para domínio privado do Município, da parcela de terreno com a área de 13 168 m² e que a presente deliberação, seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para efeitos da alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º do citado diploma.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a desafecção de uma parcela de terreno com a área de 13 168,00 m², do domínio público Municipal, para domínio privado do Município.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a desafecção da referida parcela de terreno do domínio público Municipal para o domínio privado do Município, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para efeitos da alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º do citado diploma.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 30 de Novembro de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente de Câmara, tem a palavra. O Senhor Presidente solicitou se havia alguns pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria que leve à intervenção do Senhor Presidente. Senhor Presidente eu acho que era conveniente, é melhor explicar, fazia o favor

----- **Presidente da Câmara** – Bom na verdade este documento deveria ter uma planta anexa, eu pensei que tinha, na deliberação de Câmara conta a planta, com a identificação da área, a área diz respeito à zona onde está implantado o novo Centro de Saúde, enfim, e terreno contíguo, trata-se de quando o município o adquiriu, a área para via pública, para a Avenida Cidade de Leon e para esses equipamentos, adquiriu e fez o registo para o domínio publico do município. Trata-se neste momento de desafectar parte dessa área, parcela de

13.661 m² do domínio público para o domínio privado do município, para na sequência o município fazer três lotes, que já estão designados, A, B, C e D, o lote A fica afecto ao Centro de Saúde, o lote B será feito um direito de superfície ao IDT para avançar com o projecto que pretendem candidatar a Fundos Comunitários e o lote C ficará para outro equipamento a construir futuramente, portanto é uma operação simples.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente pelas explicações. Pedidos de esclarecimento? Não regista, a Mesa, nenhum pedido de esclarecimento. Pedidos de intervenção? Não registamos nenhum pedido de intervenção. Passamos de imediato à votação.

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há declarações de voto. Muito obrigado Senhores Deputados por serem muito céleres. Passamos ao ponto

PONTO 4.3 – A SOLICITAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, COM VISTA AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PREVISTA NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 49.º DO REGIMENTO, PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO
(Constituição de Comissões da Assembleia Municipal)

Exposição de Motivos:

A diversificação da actividade e intervenção Municipal, registada ao longo dos últimos anos, vem exigindo das Assembleias Municipais um trabalho mais atento e cuidado dos assuntos que lhe são submetidos para discussão e aprovação pelas Câmaras Municipais e pelos cidadãos.

Sucedem porém, que a complexidade de muitas das matérias que são submetidas para a apreciação das Assembleias Municipais exigem, hoje, um acompanhamento e debate mais profundos e detalhados que em larga medida não se coaduna com a natureza e tempos dos debates em sede de sessões plenárias que, não raras vezes, se quedam pela análise superficial

e meramente partidária das questões que, pela sua importância e impacto, na vida dos cidadãos, apelam a um exercício mais profundo e sustentado de consideração das matérias e propostas submetidas ao debate político – autárquico.

Por outro lado, o presente momento histórico e político vem demonstrando que o exercício do poder exige dos agentes públicos maiores capacidades de diálogo e concertação de estratégias públicas que façam perdurar e consolidar, para além de cada quadriénio, as decisões e linhas de acção macro – políticas que, muitas vezes, a exposição e emotividade do debate plenário tende a inviabilizar.

Impõe-se assim, que a Assembleia Municipal de Bragança responda e saiba ultrapassar os desafios com que, em cada momento, se vai confrontando, procurando dar resposta às expectativas e anseios das populações Bragançanas e contribuindo activamente para o processo de desenvolvimento do Município.

Nestes termos, os Membros da Assembleia Municipal de Bragança, eleitos pelo Partido Social Democrata – PPD/PSD –, vêm, em representação do respectivo Grupo Municipal, ao abrigo do disposto no art. 49.º, b) do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, apresentar a seguinte proposta de deliberação:

1. A Assembleia Municipal de Bragança delibera aprovar o seguinte elenco de Comissões Municipais:
 - a) Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação;
 - b) Comissão de Economia, Orçamento e Plano;
 - c) Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Assuntos Sociais;
 - d) Comissão de Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território.
2. As Comissões Municipais compreenderão sete membros, obedecendo à distribuição de um membro por cada Grupo Municipal.
3. Os Membros das Comissões Municipais são designados por indicação dos Grupos Municipais, que, além dos membros efectivos, devem designar um número equivalente de suplentes, sempre que possível.

4. As Comissões Municipais funcionarão sob a presidência de uma mesa, eleita de entre os seus membros, na primeira reunião, compreendendo um Coordenador e um Secretário;
5. Sem prejuízo do quórum de funcionamento e de deliberação e das regras aplicáveis às presenças dos Membros da Assembleia Municipal em Comissão, nas votações por maioria simples os votos de cada Grupo Municipal reproduzem a sua representatividade no Plenário da Assembleia Municipal.
6. As Comissões reunirão por convocação do respectivo Coordenador por deliberação do Plenário da Assembleia Municipal ou por requerimento, escrito, da maioria dos seus Membros.
7. Cada Comissão Municipal deverá elaborar e aprovar uma proposta de regulamento interno.
8. Incumbe às Comissões Municipais apreciar as propostas ou iniciativas que lhes sejam remetidas pelo Presidente da Assembleia Municipal, procedendo nos termos seguintes:
 - a) Recebida a proposta ou iniciativa, deve o Coordenador convocar a Comissão para a apreciação e discussão preliminar;
 - b) Finda a discussão deverá a Comissão Municipal concluir pela sua incompetência para a apreciação da proposta ou designar, de entre os seus Membros, um Relator para a formulação de uma proposta de Parecer;
 - c) A designação dos Relatores deve obedecer ao princípio da alternância entre os Grupos Municipais;
 - d) Os Pareceres devem, obrigatoriamente, compreender três partes:
 - i. Parte I – Enquadramento Político – Legislativo;
 - ii. Parte II – Posicionamento crítico do Relator;
 - iii. Parte III – Conclusões.
 - e) Depois de recebido pelos Membros da Comissão, o Parecer, deve ser submetido a discussão, no prazo de quarenta e oito horas, a qual se conclui pela respectiva aprovação ou rejeição;
 - f) Finda a votação do Parecer, a Comissão Municipal remete o Parecer e a Acta da reunião de apreciação do documento presente pelo Relator ao Presidente da Assembleia Municipal.

9. Compete ainda às Comissões Municipais:

- a)* Apreciar as propostas de deliberação e respectivas propostas de alteração e produzir os correspondentes pareceres;
- b)* Apreciar as iniciativas populares dirigidas à Assembleia Municipal em função das respectivas competências materiais;
- c)* Tomar conhecimento de questões políticas e administrativas que sejam da sua competência e facultar à Assembleia, quando solicitados, elementos necessários à apreciação dos actos do Câmara Municipal e dos Serviços;
- d)* Acompanhar, apreciar e pronunciar-se, nos termos da Lei e do Regimento sobre a participação do Município nos processos de cooperação transfronteiriça;
- e)* Verificar o cumprimento pela Câmara Municipal e pelos Serviços das deliberações da Assembleia Municipal, podendo sugerir-lhes as medidas consideradas convenientes;
- f)* Propor ao Presidente da Assembleia Municipal a realização de debates em Plenário sobre matéria da sua competência, para que a Comissão Permanente julgue da sua oportunidade e interesse, e designar relator se a proposta for aprovada;
- g)* Elaborar, até ao final de Outubro, as suas proposta de plano de actividades e respectiva proposta de orçamento o ano subsequente seguinte, para serem submetidas à apreciação do Presidente da Assembleia;
- h)* Elaborar um relatório de actividades anual de actividades, para apreciação do Plenário na Sessão Ordinária de Fevereiro.
- i)* Elaborar e aprovar o seu regulamento.

10. As Comissões podem solicitar a participação nos seus trabalhos de quaisquer cidadãos, bem como membros da Câmara Municipal, dirigentes e funcionários da administração autárquica, dirigentes, funcionários e contratados do sector empresarial do Município e bem assim solicitar-lhes informações ou pareceres.

11. Para o bom exercício das suas funções, as Comissões podem, nomeadamente:

- a)* Constituir subcomissões e grupos de trabalho;
- b)* Proceder a estudos;

- c) Requerer informações ou pareceres;
- d) Solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos ou entidades;
- e) Efectuar missões de informação ou de estudo;
- f) Realizar audições públicas;
- g) Conceder audiências;
- h) Promover a realização de Colóquios e Seminários sobre temas da sua competência material;
- i) Efectuar visitas a instituições e entidades relacionadas com a sua esfera de acção.

12. A Comissão Municipal de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação terá competência nas matérias previstas pelas alíneas a), c), i), j), l) [saneamento básico], p) e q) do art. 13.º e pelo art. 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

13. A Comissão Municipal de Economia, Orçamento e Plano terá competência nas matérias previstas pelas alíneas b) e n) do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, bem como em todas as questões que se relacionem com o exercício municipal de poderes tributários e de aprovação dos documentos previsionais da autarquia.

14. A Comissão Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Assuntos Sociais terá competência nas matérias previstas pelas alíneas d), e, f), g), h) e m) do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

15. A Comissão Municipal de Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território terá competência nas matérias previstas pelas alíneas l) [ambiente] e o) do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, competindo-lhe, particularmente, acompanhar os processos de aprovação dos Planos de Ordenamento do Território de carácter municipal.

16. Os Grupos Municipais designarão, no prazo de dez dias, perante o Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Assembleia Municipal que integrarão as Comissões Municipais, devendo realizar-se no prazo máximo de trinta dias a primeira reunião de cada Comissão.

Bragança, 3 de Dezembro de 2009

P'LO GRUPO MUNICIPAL DE BRAGANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Os Membros da Assembleia Municipal

Subscrita por: Rui Fernando Rodrigues Correia, Maria Madalena Morais Morgado, Pedro Luís Esteves Fernandes, Aníbal de Jesus Raimundo Morais, José Alberto Moutinho Moreno, António Manuel Teixeira Baptista, João Paulo da Veiga Matos, Nuno Filipe Machado Reis, António Eduardo Fernandes Malhão, Amândio dos Anjos Gomes, Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho e Acúrcio Álvaro Pereira.....

----- **Presidente da Mesa** - Sobre esta matéria, eu passava a palavra ao representante do Partido Social Democrata, para explicar aos Senhores Deputados o que se pretende, muito obrigado.

----- **Rui Correia** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Foi entregue, acho eu que foi entregue, porque eu só entreguei, na Mesa, na segunda-feira, esta proposta de deliberação, eu penso que terá sido distribuída na terça-feira, Senhor Presidente não sei se é assim, se foi distribuída terça-feira aos Líderes Parlamentares, certo? Pronto muito bem, mas de qualquer maneira eu vou ler, são cinco páginas, prometo não demorar muito, não? Tem que ser, eu vou tentar sintetizar, portanto o que nos propomos de facto, é atendendo à diversificação de actividades e intervenção municipal, o Grupo do PSD decidiu apresentar uma proposta que vai no sentido de criarmos permanentemente quatro Comissões, quatro Comissões que eu paço a explicar quais são, que é a Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação; a Comissão de Economia, Orçamento e Plano; a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Assuntos Sociais e a Comissão de Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território. São estas as quatro Comissões que serão permanentes ao longo dos quatro anos, se bem que esta própria proposta, prevê que anualmente haja um prestar de contas aqui ao Plenário.....

----- Esta comissão será constituída por tanto Membros quantos os Grupos Municipais, considerando também que os partidos que só têm um elemento, estamos a considerá-lo também como um grupo e também os Presidente de Junta, também estamos a considerar como um grupo. No entanto, apesar de serem só sete elementos, cada elemento na sua comissão representa em termos de votação e isto é o que está na proposta, claro em termos de votação representa o plenário, ou seja, para ser mais claro, o elemento do PSD representará vinte e seis votos, o elemento das Juntas de Freguesia representará quarenta e nove votos, portanto é esta a proposta. Não sei se querem mais alguns esclarecimento, se quiserem eu terei..., ai, os objectivos? Pois, deixa-me ver onde é que está isso, nas cinco

páginas, se calhar eu vou ler a primeira página, porque no fundo é onde estão os objectivos, está bem? Não sei, não te chegou com certeza Luís e está bem.

“A diversificação da actividade e intervenção Municipal, registada ao longo dos últimos anos, vem exigindo das Assembleias Municipais um trabalho mais atento e cuidado dos assuntos que lhe são submetidos para discussão e aprovação pelas Câmaras Municipais e pelos cidadãos.

Sucedem porém, que a complexidade de muitas das matérias que são submetidas para a apreciação das Assembleias Municipais exigem, hoje, um acompanhamento e debate mais profundos e detalhados que em larga medida não se coaduna com a natureza e tempos dos debates em sede de sessões plenárias que, não raras vezes, se quedam pela análise superficial e meramente partidária das questões que, pela sua importância e impacto, na vida dos cidadãos, apelam a um exercício mais profundo e sustentado de consideração das matérias e propostas submetidas ao debate político – autárquico.

Por outro lado, o presente momento histórico e político vem demonstrando que o exercício do poder exige dos agentes públicos maiores capacidades de diálogo e concertação de estratégias públicas que façam perdurar e consolidar, para além de cada quadriénio, as decisões e linhas de acção macro – políticas que, muitas vezes, a exposição e emotividade do debate plenário tende a inviabilizar.

Impõe-se assim, que a Assembleia Municipal de Bragança responda e saiba ultrapassar os desafios com que, em cada momento, se vai confrontando, procurando dar resposta às expectativas e anseios das populações Bragançanas e contribuindo activamente para o processo de desenvolvimento do Município.

Nestes termos, os Membros da Assembleia Municipal de Bragança, eleitos pelo Partido Social Democrata – PPD/PSD –, vêm, em representação do respectivo Grupo Municipal, ao abrigo do disposto no art. 49.º, b) do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, apresentar a seguinte proposta de deliberação:”

----- **Presidente da Mesa** – Terminou? Muito obrigado. Pedidos de esclarecimento? Dinis, tens a palavra.

----- **Dinis** – Senhor Presidente, muito obrigado. Eu não sei se é propriamente um pedido de esclarecimento, mas eu dado o adiantado da hora e com a permissão de vossa excelência, eu fazia já a síntese daquilo que é a posição do Grupo Municipal do Partido Socialista sobre a matéria e ganhávamos todos tempo com isso. E começo pelo princípio, meu caro Rui, nós não temos em relação ao princípio da criação de Comissões, nada a obstar, como princípio geral de

funcionamento da Assembleia Municipal, agora o que me parece é que, o que nós devíamos fazer, era procurar que esta matéria fosse integrada com mais consistência, no âmbito daquilo que vai ter que ser feito durante o mês de Janeiro, que é a revisão do Regimento desta Assembleia Municipal. Isso dava-nos tempo, por um lado, para integrar a criação destas comissões, no âmbito do Regimento que acabava por ter uma componente de obrigatoriedade muito mais clara, e simultaneamente dava-nos tempo de aferir, de entre a boa vontade que esta proposta contempla, as questões de ordem prática que a boa vontade muitas vezes não serve para, num momento assim tão rápido, para precaver.....

----- Eu estou-me a lembrar de uma questão de ordem prática que é evidente, referindo-me ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, ao Grupo Municipal do CDU e ao Grupo Municipal do CDS, assim de repente, pensando bem, cada um destes Membros de grupos Municipais que é constituído por apenas uma pessoa, quase que teria que ser dotado do dom da ubiquidade, para dar, para poder corresponder à assiduidade em cada uma destas comissões, até porque o texto, nem sequer, tal como está consagrado, e se estiver enganado, corrige-me, mas nem sequer atribui a possibilidade dos Grupos Municipais, pura e simplesmente não integrarem uma das Comissões, e pendia, sobre cada um deles, uma obrigatoriedade que depois, do ponto de vista prático, à qual dificilmente poderiam corresponder.

----- Portanto, basicamente a questão é esta. Como nós todos, Assembleia Municipal, vamos ter que tratar da questão Regimental já em Janeiro, e portanto na próxima reunião da Assembleia Municipal, creio eu, estaremos em condições de votar uma proposta de Regimento, faríamos então, durante o mês de Janeiro, as reuniões da comissão encarregue da alteração estatutária, tínhamos em atenção a razoabilidade desta proposta e faríamos o debate mais consistente de maneira a que ela fosse integrada com toda a eficácia e eficiência que é suposto. Era isto que eu, basicamente queria dizer, o que em termos práticos no que diz respeito a esta reunião, implicava pedir-te para retirares esta proposta, com a condição óbvia, de nós no âmbito destas reuniões, a fazermos integrar com mais substância e com mais debate, é só isto.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. Há mais pedidos de esclarecimentos? Não. Senhor Deputado, vou-lhe pedir que tome atenção ao que a Mesa lhe está a pedir, que é, faça o favor de responder à questão que lhe foi colocada, se faz o favor.....

----- **Rui Correia** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, de facto a próxima reunião do Regulamento aqui da Assembleia será no dia 11 de Janeiro, não vejo problema nenhum em que, em isto seja de facto debatido nessa reunião, salvaguardando, de facto, que vai ter de que ser debatido, portanto, e nesse sentido, retirava até Janeiro, certos de que, uma vez que também faço parte da Comissão, iremos debater esta situação.

----- Aproveito já para dar as boas festas a todos e um bom ano.

----- **Presidente da Mesa** – Posto isto, não havendo mais intervenções, e tendo sido retirada por iniciativa do Grupo Municipal que apoiou, para lhe dizer o seguinte: não podia, a Mesa, deixar-vos ir embora sem também dar os nossos votos de boas festas a todos vocês, por isso para todos vocês, votos de um Bom Natal e um feliz Ano Novo.

----- E quero lembrar aos elementos dos vários Grupos Parlamentares, que fazem parte da Comissão de Revisão do Regimento, que a primeira reunião vai ter lugar no dia 11 de Janeiro, às 21,30 horas, aqui. Precisamos que os Senhores Presidentes de Junta que nos indiquem dois nomes, o Adriano sabe, para a Comissão de Revisão do Regimento, também.

----- Muito Boas Festas, dou por terminada esta sessão e até Fevereiro, se Deus quiser.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Amândio dos Anjos Gomes

Isabel Maria Lopes

José Alberto Moutinho Moreno

Carlos José Cadavez

Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
António Eduardo Fernandes Malhão
Maria Teresa
Rui Fernando Rodrigues Correia
Domingos Moura dos Santos
Nuno Filipe Machado Reis a)
Cândido Vaz Alves
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Carlos Abílio Moreno
António de Almeida Dionísio
António Manuel Teixeira Baptista
Pedro Luís Esteves Fernandes
João Paulo da Veiga Matos
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues
Aníbal de Jesus Raimundo Morais
António Manuel Pereira
Maria Eugénia C. Barreira Afonso
Maria Natália Rodrigues Alves
Maria do Amparo Mendes Alves

PARTIDO SOCIALISTA

José Carlos Mota Andrade a)
Vítor Prada Pereira
Maria de Fátima Renovato Veloso
Luís Carlos Magalhães Pires
Alcídio Augusto Castanheira
Sandra Marisa Rodrigues Valdemar
Luís Filipe Pires Fernandes
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Manuel António Pires
Marisa Rodrigues Gomes Alexandre
Dinis Manuel Prata Costa

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

José João Martins Lourenço
Agostinho Gonçalves Esteves
Armando José Morais
Manuel Agostinho Pires Diz
Cristina Maria Rodrigues Afonso
José Fernando Cameirão
Normando dos Santos Lima

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José António Saraiva Brinquete

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernando Valente
Baçal	João Francisco Alves
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Amilcar Pereira Ventura
Castro Avelãs	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veida
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Anibal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
Fáilde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Vitor Alves
Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo de Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires

Macedo	João Nascimento Fernandes
Mato	
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Mós	Anselmo Anibal Martins
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto dos Santos Costa
Paradinha	Domingos António Seca
Nova	
Parâmio	José Augusto Afonso
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela	Vitor Manuel Costa
Lampaças	
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Filipe Osório Caldas
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa C.	Elídio Alexandre Morais
Rossas	
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias dos Santos Vara
Palácios	
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

a) Aplicação do disposto no n.º 9 do artigo 64.º do Regimento da AM.

II – FALTAS

PARTIDO SOCIALISTA

Alzira Conceição Bento
Fernando Jorge Loução Lima

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Babe – Alberto Manuel de Sousa Pais (Justificada)
Serapicos – Armando Augusto Venâncio Miranda

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Humberto Francisco da Rocha

Hernâni Dinis Venâncio Dias

.....Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezassete horas, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na segunda sessão ordinária (mandato 2009/2013) desta Assembleia Municipal a realizar em 26/02/2010 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. -----

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

A Segunda Secretária, _____

NOTA: As páginas 99 a 321 dizem respeito ao documento (Grandes Opções do Plano e Orçamento /Ano 2010) que foi enviado através da convocatória n.º 103 de 18/12//2009

